



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES - FICS**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**ANTONIO CARLOS CORTEZ PINHEIRO**

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O  
IMPACTO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NA REDE PÚBLICA  
ESTADUAL EM ITACOATIARA/AMAZONAS - BRASIL**

ASSUNÇÃO  
2022

**ANTONIO CARLOS CORTEZ PINHEIRO**

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O  
IMPACTO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NA REDE PÚBLICA  
ESTADUAL EM ITACOATIARA/AMAZONAS - BRASIL**

Dissertação apresentada à Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS, Curso de Pós-Graduação de Mestrado em Ciências da Educação, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Doutor Marciel Costa de Oliveira.

ASSUNÇÃO  
2022

PINHEIRO, Antonio Carlos Cortez.

Relação família e escola: percepções docentes sobre o impacto na aprendizagem de alunos na rede pública estadual em Itacoatiara/Amazonas – Brasil.

**133 p.**

Tese (Pós-Graduação Mestrado) – Curso de Pós-Graduação Mestrado em Ciências da Educação. Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, 2022.

1. Relação 2. Família-escola 3. Processo de ensino-aprendizagem 4. Educação 5. Percepção docente

**Código da biblioteca:**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**ANTONIO CARLOS CORTEZ PINHEIRO**

### **RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O IMPACTO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM ITACOATIARA/AMAZONAS - BRASIL**

Tese apresentada à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestra em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS, defendido e aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ pela banca examinadora, constituída por:

---

**Profº. Dr. Marciel Costa de Oliveira (Orientador)**

---

**1º Membro**

---

**2º Membro**

*Dedico “in memoriam” aos meus pais  
Oswaldir Pereira Pinheiro e Edna Cortez  
Pinheiro, pelo carinho, amor, estímulo e  
incentivo, para que eu conseguisse esta  
vitória. Vocês sempre estarão presentes na  
minha vida. Muito obrigado Pai e Mãe!*

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, minha eterna segurança e presença constante em minha vida.

Em especial à minha esposa Nuncia Farias de Alencar e seus filhos, Gerson Cavalcante Cruz Neto, Ingrid Beatriz Sena e minha neta Nicole Valentina Sena, pelo apoio incondicional, amor, carinho, paciência e compreensão em todas as minhas atividades acadêmicas e pela alegria que trouxeram à minha vida.

Aos meus irmãos Aldir Cortez, Sônia Cortez, Ademir Cortez, Simone Cortez, Sandra Cortez e Aparecida Cortez, o meu muito obrigado pelo apoio e ajuda no decorrer desta caminhada.

Aos meus amigos Domingos Cortez, Melquiades Neto, Aristeu Neves, Alcilene Dias, Nazaré de Alencar e ao professor Alexandro que me ajudou nas aulas de espanhol, a minha eterna gratidão por suas amizades.

Aos amigos e colegas de classe pela compreensão, convivência, aprendizado e confiança, em especial Lucas Lima, Emanuel Cardoso, Omar Alves, Valdemira, Carlene e Jeane Lima.

Pelas dificuldades e vitórias alcançadas ao longo do curso. Graças a Deus... nós conseguimos...

Ao meu orientador Prof. Dr. Marciel Costa de Oliveira, pela ajuda e dedicação dispensada a mim na construção da Dissertação de Mestrado, os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus admiráveis professores do Curso de Mestrado, representados pelo Prof. Dr. Juan Alberto Beranger, meu respeito e eterna gratidão.

*“Este hábito dos pais brilhantes contribui para desenvolver em seus filhos; autoestima, proteção da emoção, capacidade de trabalhar perdas e frustrações, de filtrar estímulos estressantes, de dialogar, de ouvir. ”*

*CURY, 2003, p. 21.*

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo verificar a relevância da relação entre família e escola considerando os impactos na aprendizagem discente na rede pública estadual na cidade de Itacoatiara. A percepção de que os alunos têm acompanhamento efetivo das famílias, nas atividades realizadas no ambiente escolar e nas tarefas escolares direcionadas para casa, essa extensão converge com o melhor desempenho apresentado no processo ensino-aprendizagem. Essa diferença foi sentida quando de efetua o comparativo entre os estudantes que não têm essa assistência mais frequente. Para alcançar tais objetivos, utilizou-se, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa descritiva por meio de instrumentos de coletas de dados. Os dados do estudo foram coletados junto a quatro professores que residem e trabalham na cidade de Itacoatiara, no Estado do Amazonas. Como base teórica, foram considerados os postulados dos processos de ensino-aprendizagem na educação do Brasil, com especial ênfase para a relação entre família e escola, sendo que enfatiza as percepções docentes sobre o impacto na aprendizagem de alunos. A análise dos dados evidenciou que a participação das famílias na vida escolar dos alunos ocorre durante o acompanhamento das atividades e culmina com as reuniões de pais e mestres, a cada final de bimestre. Constatou-se que as famílias que participam efetivamente da vida escolar dos alunos influenciam de maneira positiva na realização de atividades em sala de aula, como também nas atividades propostas para casa, sendo que os alunos apresentam melhor desempenho e um aprendizado se faz mais significativo. Ficou evidente que os alunos das famílias que pouco ou nunca participam da vida escolar apresentam baixo nível de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Relação família-escola. Processo de ensino-aprendizagem. Educação. Percepção docente.

## RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo verificar la relevancia de la relación entre familia y escuela considerando los impactos en el aprendizaje de los estudiantes en la red pública estatal de la ciudad de Itacoatiara. La percepción de que los estudiantes tienen un seguimiento efectivo de las familias, en las actividades realizadas en el entorno escolar y en las tareas escolares dirigidas al hogar, esta extensión converge con el mejor desempeño presentado en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Esta diferencia se sintió al comenzar entre los estudiantes que no tienen esta atención más frecuente. Además de la investigación bibliográfica, se utilizó la investigación descriptiva a través de instrumentos de recolección de datos. Los datos del estudio fueron recolectados de cuatro docentes que viven y trabajan en la ciudad de Itacoatiara, en el estado de Amazonas. Como base teórica, se consideraron los postulados de los procesos de enseñanza-aprendizaje en la educación en Brasil, con especial énfasis en la relación entre la familia y la escuela, y enfatiza las percepciones de la enseñanza sobre el impacto en el aprendizaje de los estudiantes. El análisis de los datos mostró que la participación de las familias en la vida escolar de los estudiantes ocurre durante el monitoreo de las actividades y culmina con las reuniones de padres y maestros, en cada extremo de dos meses. Se encontró que las familias que participan efectivamente en la vida escolar de los estudiantes influyen positivamente en el desempeño de las actividades en el aula, así como en las actividades propuestas en el hogar, y los estudiantes presentan un mejor rendimiento y un aprendizaje es más significativo. Era evidente que los estudiantes de familias que han participado poco o nunca en la vida escolar tienen un bajo nivel de aprendizaje.

**Palabras claves:** Relación familia-escuela. Proceso de enseñanza-aprendizaje. Educación. Percepción docente.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	Relacionamento com a família dos alunos	101
GRÁFICO 2 –	Contato da família com a escola ou com o docente	102
GRÁFICO 3 –	Frequência em que o contato ocorre	103
GRÁFICO 4 –	Motivos que levam a família até o professor ou à escola	103
GRÁFICO 5 –	Participa das reuniões de maneira espontânea	104
GRÁFICO 6 –	Percepção sobre o desempenho do aluno que é acompanhado pela família	105
GRÁFICO 7 –	Independência quanto à necessidade dos alunos estudarem sozinhos	106
GRÁFICO 8 –	Comportamento adequado para aprendizagem	106
GRÁFICO 9 –	Acompanhamento efetivo	107
GRÁFICO 10 –	Aluno sem acompanhamento da família apresenta dificuldades na aprendizagem	108
GRÁFICO 11 –	O papel da família na educação dos filhos	108
GRÁFICO 12 –	Participação efetiva no desenvolvimento da aprendizagem	109
GRÁFICO 13 –	Diferença entre alunos acompanhados pela família e alunos pouco ou nunca acompanhados	110

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1	–	Mapa da cidade de Itacoatiara	88
FIGURA 2	–	Mapa do bairro da Colônia	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Propostas Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TDH	Transtorno de Déficit de Atenção
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 FAMÍLIA E ESCOLA: PROCESSOS NECESSÁRIOS E EFETIVOS .....</b>	<b>17</b>
2.1 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO SOBRE O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO .....	17
2.2 O QUE DIZEM PESQUISADORES EM DISCUSSÕES PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS NORTEADORES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA?.....	28
2.2.1 Família Tradicional.....	33
2.2.2 Família Contemporânea.....	37
2.2.3 Família Nuclear.....	41
2.2.4 Interação Família e Escola .....	44
2.2.5 Família como Parceria no Fazer Educativo .....	50
2.2.6 Família Atual Frente às Demandas na Educação.....	55
2.2.7 Equipamentos Eletrônicos.....	57
2.2.8 Pais Separados.....	59
2.2.9 Problemas de Saúde que Afetam os Educandos .....	61
2.2.2.1 Situações socioeconômicas.....	65
2.2.2.2 A influência da família no processo ensino-aprendizagem .....	67
2.2.2.3 O Sentimento da infância .....	69
2.2.2.4 As Brincadeiras de criança .....	71
2.2.2.5 Nível de escolaridade.....	73
2.2.2.6 O desemprego.....	77
2.2.2.7 Processo ensino-aprendizagem: conceitos e efetivações.....	78
2.2.2.8 Procedimentos que a família pode realizar para ajudar no processo ensino-aprendizagem .....	84
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>87</b>
3.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA .....	87
3.2 BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO DA COLÔNIA.....	88
3.3 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....	89
3.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	90
3.5 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO .....	92
3.6 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS .....	94

3.7 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....	99
<b>4. ANÁLISES E RESULTADOS .....</b>	<b>101</b>
4.1 RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÕES DOCENTES .....	101
<b>5 DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS ENTREVISTAS E DO PROCESSO .....</b>	<b>111</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE Modelo de questionário específico ao professor: relação entre família e escola .....</b>	<b>133</b>

## INTRODUÇÃO

O processo ensino aprendizagem não se faz sozinho, ele precisa da convergência de ações da escola e da família, a participação nas discussões sobre a relação entre família e escola e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem tem se tornando tema relevante por ser uma iniciativa de entender o papel de cada indivíduo dentro do sistema e a convergência deles para uma educação mais cidadã.

Dessa forma buscar entender de quais formas a relação entre família e escola impactam no processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM? Ponderando sobre quais aspectos motivam a participação da família na vida escolar dos alunos na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM? E questionar como o acompanhamento da família influencia a vida escolar do aluno na rede estadual de ensino, tomando como base uma escola em Itacoatiara/AM, de acordo com a perspectiva dos professores?

Ainda a abordagem de quais percepções os professores que atuam na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM possuem sobre os impactos da relação entre família e escola no aprendizado discente?

Ao obter respostas para tais questionamentos, se converge para o melhor entendimento da relação entre a família e escola no processo de ensino-aprendizagem e, assim, poder contribuir novas perspectivas com o melhor entendimento da busca de resultados na sala de aula. Para caminhar dentro do universo educacional e obter informações claras, foi necessário desenvolver estratégias que, como objetivo, propõe analisar o impacto da relação entre família e escola no processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino em Itacoatiara-AM.

A Verificação dos aspectos motivadores, a presença da família na escola, segundo a visão de docentes, que atuam na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM foi sinal de alerta para as atualizações e aplicações de estratégias inovadoras.

Também a possibilidade em analisar, como o acompanhamento da família tem influenciado a vida escolar dos alunos, segundo a concepção dos docentes que atuam na rede estadual de ensino em Itacoatiara/Am e, apresentar as crenças que os docentes que atuam na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM têm sobre os impactos da relação entre família e escola no aprendizado dos docentes.

De acordo com as experiências dos professores sobre a conexão entre família e escola, o principal aspecto que motiva a presença da família na escola são as reuniões pedagógicas

que ocorrem no final de cada bimestre. Além disso, os docentes acreditam que o acompanhamento da família influencia na vida do aluno, tornando-o mais atencioso dentro do espaço escolar, motivando-o para a realização das atividades escolares, o que impacta positivamente em seu aprendizado.

A relação entre família e escola é foco de várias discussões dentro do espaço escolar, e a partir dessa concepção, é necessário compreender os aspectos dessa relação diante do processo de ensino-aprendizagem para poder traçar um plano educacional que vise alcançar metas pedagógicas plausíveis. A partir disso, este estudo acadêmico possui a relevância científica, pedagógica e social.

A relevância científica se caracteriza por se relacionar no campo das pesquisas que analisam a relação entre família e escola. Relevância pedagógica, pois por meio dos seus resultados professores e pedagogos poderão embasar estratégias para enfatizar a relação entre família e escola e melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

E, relevância social, possibilitando que pais e entidades educacionais possam debater e utilizar seus dados para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dentro da instituição educacional com o apoio familiar.

Dentre as inúmeras possibilidades, autores que discutem questões relacionadas à relação entre família e escola, a importância para o desenvolvimento educacional e social.

Dessa maneira, a pesquisa traz autores como Damazio (2010); Stengel (2011); Poli e Poli (2013); Biroli (2014); Passos (2015); Carneiro-Féres; Magalhães e Ozório (2017); Aquino, Conceição e Pereira (2017); Barros (2018) e Lima, Paiva e Guedes (2019) que promovem a discussão sobre o papel da família no processo ensino aprendizagem.

Para Fukuda (2013) a “família é um fenômeno social onde se inicia o processo de socialização, educação e formação para o mundo, processo esse fundamental à existência e sobrevivência dos seres humanos enquanto indivíduos. Araújo (2010) mostra a importância da escola, fundamentada na formação cidadã do indivíduo e que desde o princípio o homem tem a necessidade de desvendar os mistérios do mundo.

Não obstante à busca por entender o relacionamento que envolve família e escola, este marco analisa a compilação envolvendo a trajetória dessa instituição família, a caracterização de tipos de unidade familiar que existem e a influência dela no processo ensino-aprendizagem.

É mister salientar que os outros autores asseguram a condução do panorama apresentados. Foram abordadas, também, as bases epistemológicas que levo ao entendimento

desse saber e seus principais conceitos que contrairam para os percursos da relação entre família e escola e também os fundamentam. Tais literaturas respaldam as reflexões.

O momento ímpar que se aplica nesse novo contexto social, no qual um vírus freou o planeta, ou seja, a sociedade de modo em geral, que estava em casa, fez com que os olhares se voltassem para o que realmente importa: nossa vida e a nossa família. Com isso, questionamentos foram feitos acerca do papel da família em vários momentos de nossas vidas e, nessa conjuntura, voltamo-nos para um panorama dessa instituição na perspectiva educacional.

Com as aulas remotas nunca foi tão expressiva a presença da família nas tarefas escolares e na vida escolar dos alunos. Hoje a escola é em casa em muitos lugares, e o pai, mãe, tio, tia, avô, avó, irmãos e outros, se tornaram professores também, passando a contribuir para a formação das nossas crianças e adolescentes. Assim, a relevância a participação da família nas questões relacionadas ao desenvolvimento da aprendizagem dos filhos.

A partir do exposto, tem-se que o estudo foi desenvolvido a partir do enfoque qualitativo, o tipo de pesquisa teve uma abordagem descritiva, os instrumentos de coletas de dados utilizados para obter as informações necessárias dos informantes, sendo assim foram aplicados, o questionário estruturado e as estratégias usadas para coletar os dados foram por meio da plataforma Google Formulários, via internet,

Uma vez que no período da aplicação dos mesmos, as escolas estavam sem funcionamento regular e as aulas suspensas, pois alunos, professores e demais servidores estavam em isolamento social ou quarentena devido o vírus causador da doença covid-19, que estava em expansão global e, também no estado do Amazonas, impossibilitando a presença da comunidade escolar de forma presencial.

A dissertação está dividida em seções que expressa no capítulo 2 que aborda as discussões e as aspirações acerca da relação entre família e escola, o processo de construção e modificação da estrutura familiar ao longo do tempo e as influências sofridas nesse processo do aprendizado.

Além do capítulo introdutório, este trabalho apresenta um capítulo de fundamentação teórica, outro referente aos aspectos metodológicos, que apresenta análise de dados coletados e outro com as considerações apresentadas à luz dos dados obtidos e analisados. Seguido das referências, o cronograma, os anexos e os apêndices.

## **2 FAMÍLIA E ESCOLA: PROCESSOS NECESSÁRIOS E EFETIVOS**

Apresentação dos fundamentos teóricos, estado da Arte. Nele foi demonstrado a contextualização da construção familiar ao longo da história, seus valores, dogmas, sistemas hierárquicos e como essa formação se adéqua ao longo do tempo. Isso realizado por meio de experiências vividas nos grupos familiares, os quais subsidiaram o processo educacional e permitiram uma mudança de percepção que se converteram em mudanças e atitudes, ancorando-se em ações educativas, desenvolvidas no âmbito familiar e, posteriormente, no âmbito escolar.

Este estudo permitiu conhecer de maneira mais profunda a instituição familiar, partindo da sua estrutura, organização, hierarquia, valores e sua relação social com o mundo, características específicas de uma das primeiras instituições sociais e, por isso, sua sistematização é relevante para construção de uma sociedade.

Nesta parte foram abordadas, também, as bases epistemológicas que levaram ao entendimento desse saber, bem como seus principais conceitos que conduziram a esse panorama histórico. A seguir, as informações sobre a conceituação hodierna de família e o seu papel no processo de ensino-aprendizagem dos educandos foi conduzido, observados em documentos oficiais que regem a educação brasileira e, por outro lado, nos diversos trabalhos científicos que enaltecem essa temática.

### **2.1 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO SOBRE O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO**

A família é vista como entidade primordial no acompanhamento e participação do desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes, sendo que tais responsabilidades estão relacionadas com os princípios morais, éticos e sociais que fazem parte da estrutura familiar e, de caráter legítimo, estão regulamentadas em documentos que norteiam o processo educacional perante as instituições de ensino.

E sobre a sua eficácia e garantia, também é responsabilidade da família, que deve estar vinculada ao processo educativo dos educandos. Nesse intuito, são apresentados alguns documentos que tratam e evidenciam o papel da família junto aos discentes para potencializar o processo ensino-aprendizagem.

Diante da percepção da família dentro do processo educacional dos alunos, foi analisada a performance da educação brasileira por meio de sua legislação e quanto ao dever da família no processo ensino-aprendizagem.

Diante disso, esta seção apresenta os documentos reguladores que amparam legalmente a Educação do Brasil, ou seja, documentos específicos como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2004), Projeto Político Pedagógico (2021) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Dentre esses, o destaque para o Projeto Político Pedagógico, que é um documento específico das instituições escolares e que contribui para o fortalecimento e a organização do processo educacional, como também reivindica o acompanhamento das famílias e da comunidade escolar.

A apresentação desses documentos tem por finalidade demonstrar como a legislação resguarda, valida e acompanha a educação do país e que com a mesma finalidade pleiteia a participação das famílias no processo escolar dos educandos, ressaltando que o cumprimento desses documentos são fundamentais para o desempenho da educação de crianças e adolescentes. Para dar visibilidade aos documentos citados acima, destacamos pontos relevantes que consolidam o papel da família de forma integral e participativo no processo ensino-aprendizagem dos educandos.

Diante desse questionamento, foi acionado como suporte teórico, para apoiar a pesquisa sobre a relação família e escola, algumas percepções docentes sobre o impacto na aprendizagem de alunos na rede pública estadual em Itacoatiara. Para isso, fez-se necessário discorrer sobre alguns aspectos ligados a essas questões que envolvem diretamente o dever da família no suporte educacional.

A educação está entre os principais direitos previstos na Constituição Federal, e diante da necessidade desse bem social ser garantido para todos os cidadãos, os dirigentes dos entes federados e os ligados à esfera educacional elaboram várias regulamentações e estratégias que buscam efetivar a qualidade da educação para todos os cidadãos que buscam por esse benefício legal.

Para salientar o dever da família na vida escolar dos educandos, foram analisados alguns documentos oficiais que contribuíram para a organização do sistema educacional brasileiro.

E o primeiro documento a auxiliar nesse percurso foi a nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo 205, a educação é um viés que necessita de critérios específicos e uma ação conjunta para alcançar seus objetivos legais, visto que [...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998)

O artigo 205 da Constituição Federal não é específico para a família ao tratar dos deveres da educação, entre outros, pois aborda a família também como asseguradora do dever e de promover a educação, ou seja, tem o compromisso de assegurar o pleno desenvolvimento educacional dos discentes, e ressalva garantir seu preparo para o exercício da cidadania e sua inserção no mundo trabalho.

A necessidade de se conviver com a família é mencionada em várias regulamentações legais, tendo como objetivo principal propiciar às crianças e adolescentes um desenvolvimento social ajustado para se relacionarem adequadamente também em seu grupo familiar, que é responsável pela formação da estrutura da personalidade das crianças.

O laço familiar é essencial para que haja o desenvolvimento social e emocional de uma criança e, conseqüentemente, haverá o seu desenvolvimento integral, pois envolve a parte intelectual, relacionada à aprendizagem no processo educacional.

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 205 deixa clara a importância do envolvimento da família dos educandos na aquisição do processo ensino-aprendizagem. Esse pressuposto reforça a referida citação quando ressalta que a família deve incentivar e apoiar os estudantes na busca do processo educacional.

Conseqüentemente, percebe-se que por meio de seus instrumentos normativos a educação brasileira torna-se um direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade; materializando-se por meio das escolas.

Diante desse processo histórico, a escola foi constituída para propiciar aos alunos a apropriação dos conhecimentos científicos de modo sistematizado, sendo, também, mais um espaço social onde o indivíduo aprimora a sua capacidade de socialização. Porém, segundo Brugim (2014), muito embora o papel da escola seja de suma importância para a formação

das novas gerações, a evasão escolar ainda é um fenômeno muito expressivo no seio das instituições formais de ensino.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal e as percepções de Brugim (2014), a educação está estruturada no seio de várias instituições sociais e depende da participação de cada entidade para colocar em prática aquilo que foi traçado, visando o aprimoramento da educação, cabendo a todos o dever de cumprir com o seu papel para que se possa sistematizar os interesses contidos em cada documento.

Pelas normas contidas no documento, ainda é possível perceber um grande distanciamento entre escola e família, que pode ser responsável pelos baixos rendimentos escolares de alguns educandos, pois se a família não compartilha das ações promovidas pela escola, e se não acompanha efetivamente os filhos nas atividades propostas pela escola, estes podem se tornar vítimas do baixo rendimento escolar.

A relação entre a escola e a família nasce do propósito de se entender a realidade da criança diante da participação e a motivação desse núcleo no universo escolar e seu desenvolvimento, dada sua importância na vida das crianças, pois ela é a genitora da personalidade do indivíduo, propondo algo que estimula o seu crescimento físico e psíquico.

Compreende-se que a família é a base primordial que a criança tem, pois é dela que vem a proteção, amor, crenças e valores, e a primeira a estabelecer contato e interação da criança com o meio social, e é por meio das experiências familiares que a criança se desenvolve, e ao participar das interações entre seus membros, reforça-se a percepção de que a família é a estrutura na vida da criança, sendo a primeira escola da mesma, ficando o corpo docente da escola responsável em dar continuidade ao seu desenvolvimento.

Diante desse pressuposto familiar, segundo Ivan Roberto (2012) “os filhos precisam de pais presentes, que proporcionam a vivência da afetividade”. É por meio da afetividade que as famílias vão entrelaçando suas experiências vividas com as das crianças, inserindo-as nas relações com a sociedade, pois é na presença da família que eles aprendem a se adequar ao meio social, onde ela cria personalidade e identidade para viver em sociedade.

Os pais são os responsáveis em buscar o melhor para seus filhos, relacionando-os com o entorno social para que juntos possam se desenvolver em sociedade. Quando isso não ocorre, é pelo fato de estarem mal acostumadas com os pais, que não educam seus filhos para terem uma boa relação social e isso dificulta o relacionamento da criança com as regras sociais e escolares e, posteriormente, resultando em baixo nível de aprendizagem.

Para Nunes (2015) educar é

Passar da consciência de ser indivíduo, membro da espécie humana, à consciência de ser pessoa, com tudo o que isso implica de empenho na formação permanente, na estruturação da personalidade e no amadurecimento humano. É um processo de elevação, de aperfeiçoamento do ser humano, que conta com a capacidade de transformação de cada um, ao mesmo tempo adaptativa e projetiva, e com a ação estimuladora externa, marcada por uma intencionalidade. (NUNES, 2015, p. 30).

O professor precisa direcionar seu caminhar para que ele fique ao lado do aluno, nunca a sua frente, para, assim, direcionar ações significativas, instigando seu raciocínio para que ele obtenha informações de diferentes aspectos.

O docente deve ser capaz de despertar e motivar o discente nas práticas educacionais, mas para isso é preciso estar diante de um bom planejamento, e que os conteúdos aplicados tenham significados para a vida e o conhecimento do aluno.

No caso da família, ela deve amparar o educando e isso se reflete na escola, pois com o estímulo dos pais e a sua colaboração para acostar-se de uma boa convivência e de um crescimento harmonioso, isso fomentará a vontade de se superar futuros obstáculos que venham a acontecer com a criança, transmitindo, assim, segurança e compromisso no desempenho da mesma, tornando-a um indivíduo que fará a diferença na sociedade.

Mais à frente, promove a confiança dos pais. Professores que se sentem mais seguros para exercer sua função de educador por saber que pode contar com a participação da família, concebendo proteção no que diz respeito ao comprometimento das atividades no espaço escolar e, posteriormente, nas atividades direcionadas para casa.

Pelo fato de os pais serem os primeiros educadores a ensinar a língua, os símbolos e os significados usados na sua cultura, e como modelo de papel primário, contribuem muito para o desenvolver as capacidades intelectuais e cognitivas das crianças.

Contudo, é indispensável o envolvimento dos pais na educação e bem-estar de seus filhos, seja em casa, no lazer, como também na vida escolar, visto que as crianças não são iguais, elas mudam de acordo com o passar do tempo. Com isso, cada sociedade tem suas especificidades na sua época, portanto a educação também acompanha a evolução de cada tempo.

A experiência vivida por educadores dentro espaço escolar especifica que a participação dos pais é de extrema relevância para o desenvolvimento escolar e social dos educandos.

Em similaridade com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º versa:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, Art. 4º).

É correto afirmar que ambos os documentos têm similaridade nos seus artigos, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente como a Constituição Federal, posto que seguem o mesmo direcionamento no que diz respeito à relevância da família frente ao processo ensino-aprendizagem.

No processo de escolaridade, diante de uma diretriz vigente que está presente nos diversos documentos oficiais que regem a estrutura educacional para a educação de crianças e adolescentes em todo o território nacional, na busca de assegurar a eficácia do processo ensino-aprendizagem dos educandos.

No Estatuto da Criança e do Adolescente Brasil (1990), art. 53, também consta o seguinte: “[...] É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Para isso, a escola deve ter instrumentos eficientes para levar os pais até escola, para que de fato, eles vivenciem a rotina escolar dos estudantes. E que não os chamem somente para ouvir as reclamações dos professores ou para assinar boletins no final de cada bimestre.

Cabe à escola o acolhimento aos pais para que se sintam pertencentes ao espaço escolar, porém a instituição deve estar preparada para atendê-los, já que a comunidade escolar é sempre heterogênea, isto é, abarca pessoas de diferentes classes sociais e econômicas, pois dependendo da forma como são recebidas, certas famílias podem se sentir discriminadas e expostas.

De acordo com as experiências vividas por alguns professores, as escolas sofrem com a ausência de determinadas famílias nas suas atividades escolares e pedagógicas, pelo motivo de alguns pais ou responsáveis apresentarem dificuldades na sua escolaridade, ou seja, apresentam problemas de letramento e assim sentem-se constrangidos no ambiente escolar.

Se a escola usar instrumentos coerentes com a realidade da comunidade escolar, a mesma será capaz de conduzir a participação das famílias de acordo com a sua proposta pedagógica, de maneira que todos entenderão, de maneira clara e eficaz, a ação da escola de tentar fazê-las cumprirem as suas obrigações.

Desse modo, a unidade escolar terá uma gestão democrática que poderá colher bons resultados quanto ao ensino-aprendizagem, e é certo que o desempenho escolar dos alunos irá melhorar e até dirimir os problemas que interferem no processo educacional.

Embora os documentos vigentes ou os que fizeram parte da organização do sistema educacional da educação brasileira, que tratam diretamente da qualidade do ensino referente aos processos formativos, principalmente aqueles que são exclusivos da família, abordando o amparo ao ensino-aprendizagem do educando, estarem ativos em todos os documentos presentes no âmbito educacional, ainda é pertinente o discurso que um dos problemas que interferem diretamente no desenvolvimento dos estudantes no processo ensino-aprendizagem é a falta de acompanhamento familiar de forma efetiva.

Segundo Picanço (2012) o papel da família no processo educativo dos alunos é fundamental, se não o mais importante, porque o acompanhamento sistemático, metódico e constante permite que o aluno tenha uma organização e desempenho escolar efetivo, pois o apoio parental é fulcral para o “crescimento” acadêmico, no qual o educando sente-se “protegido” e acompanhado.

Vale ressaltar que ainda é possível encontrar muitos obstáculos para a efetivação do papel da família frente ao processo educacional dos educandos, não sabemos de maneira concreta quais são os fatores que levam esse distanciamento de pais e estudantes. Sabe-se muito bem que esse confronto não ocorre de forma satisfatória, sendo um dos principais problemas do ensino no Brasil.

Em decorrência desse distanciamento familiar, escolas, pedagogos, professores e pais, enfrentam graves problemas referentes ao ensino-aprendizagem, os alunos estão avançando na sua formação, mas com baixo rendimento escolar.

Os versos escritos nos documentos em destaque apontam a família como um dos eixos centrais do processo ensino-aprendizagem, e é primordial enfatizar que a efetividade da família na construção do processo educacional dos educandos é indispensável e, por este motivo é abrangente em todos os documentos oficiais que regem a educação, tanto que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que tratam da organização do ensino de 9 anos, trazem em sua roupagem os seguintes critérios:

Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o processo contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagem significativa, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida. (BRASIL, 2013, p. 120).

Em consonância com os documentos já mencionados, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) também apontam a relevância sobre o dever da família e sua interferência sobre o desenvolvimento educacional dos estudantes, ponto este que infere no apoio familiar como uma das estratégias fundamentais para assegurar a continuidade do ensino-aprendizagem e a escolarização dos discentes.

No entanto, o momento atual também exige cuidados em relação ao fazer pedagógico das escolas, isso por causa do momento pandêmico que o mundo está passando, no qual se constata que a família é um elo fundamento entre o educando e a escola na produção do conhecimento.

Segundo Dias e Pinto (2019) “A educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionado ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade”.

Prática de educar é um processo contínuo da história e não será sempre da mesma forma, sempre terá suas especificidades de acordo com o tempo e lugar. E é de natureza social.

A pandemia mostrou novos conceitos ao modificar a estrutura da educação, já que os alunos deixaram de ir as escolas e ficaram em casa, buscando o apoio de seus pais para desenvolver suas atividades escolares que eram enviadas pelos seus professores por meio da internet.

Nessa perspectiva, fica evidenciado que entre todos os critérios que norteiam o processo da organização da educação brasileira, isso está previsto nos documentos legais elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e distribuído e pelas secretarias de educação para as instituições educacionais.

Também as Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) vão nesse mesmo viés, segundo o que está redigido nas suas propostas:

“[...] toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso, [...] expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados a sexualidade que a criança aprende” (BRASIL, 1997, p. 291).

Os PCNs também descrevem um conjunto de propostas que têm como objetivo assessorar os professores nas atividades escolares, inteirando-se das dificuldades ao se fazer

com que as crianças aprendam os conteúdos necessários para crescerem como cidadãos críticos e capazes de transformar, positivamente, a sociedade.

Nesse cenário, ideias contidas nos PCNs enfatizam o exposto, visto que deixam evidente a importância da participação efetiva da família no comprimento do processo ensino-aprendizagem dos educandos se desenvolver de forma significativa, e isso concretiza que as famílias têm o dever de cuidar do processo educacional e acompanhar suas crianças e adolescentes na aquisição de uma educação de qualidade.

A escola também tem autonomia de elaborar seus próprios documentos normativos, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) para que lá estejam contidos seus planos e metas a serem alcançados no decorrer de suas atividades pedagógicas, ou seja, esses documentos são responsáveis por nortear a vida da escola, favorecendo o desenvolvimento do processo educacional.

Diante da análise PPP, recomenda-se, como prioridade, o respeito e a valorização das experiências de mundo dos educandos e de suas famílias. São metas determinadas no projeto, visando uma relação mais próxima com as famílias dos educandos.

Gadotti (1998) menciona: “O projeto político-pedagógico da escola pode ser considerado um momento importante de renovação da escola. Projetar significa ‘lançar-se para a frente’, antever um futuro diferente do presente”.

Projeto Político Pedagógico expressa, na sua nona cláusula, uma questão vital para o bom desempenho do educando e da escola e pode ser considerado um documento vital para o progresso do educando e da escola, visto que ele direciona as ações da unidade, tornando-se uma filosofia que direciona as ações que devem unificar os anseios da comunidade escolar.

A família, trabalhando junto à escola, é um dos fundamentos do PPP, que está realmente engajado como o que disse Gadotti (1998): é ato de lançar-se para frente em que todos caminhem juntos em prol do aluno.

Na décima cláusula do Projeto Político Pedagógico é direcionado que “os métodos de ensino ou a didática utilizada pelos educadores devem incentivar os educandos a se assumirem como sujeitos do processo ensino-aprendizagem: que têm opiniões, posições contestações, questionamentos, dúvidas, entre si, com os educadores, pais e outros [...]”.

Sem deixar dúvidas que o documento também aborda a inserção da família em todos os processos que envolvem o crescimento e a aprendizagem do educando.

Mas é importante enfatizar que embora o Projeto Político Pedagógico seja um documento de extrema importância para desenvolver o fazer pedagógico das instituições

escolares, ainda é evidente que a grande maioria das escolas ainda não possuem esse documento de amparo na organização administrativa e pedagógica.

Em conformidade com alguns educadores, existe uma grande parcela de escolas que já elaboraram seus projetos, mas não os utilizam, os deixando de forma oculta no ambiente escolar, ou seja, não é um documento vigente dentro do universo escolar em que possa ser estudado e colocado em vigor, auxiliando o corpo docente nas atividades pedagógicas do dia a dia.

No que concerne ao PPP, é importante considerar que, como instrumento norteador e regulador das ações na escola, congrega sua filosofia e metas, ou seja, todas as atividades escolares são ou devem ser diretamente influenciadas por ele, visto que nenhuma ação permanente ou que modifique as estruturas organizacionais dentro da deve ocorrer sem que haja uma mudança ou avaliação de seu projeto, e que esta deve ser realizada com participação de todos os segmentos colegiados, já que o PPP é uma construção coletiva. (MARÇAL; ANDRADE, p. 227 - 2280).

O Projeto Político Pedagógico, em sua essência, é romper com a instabilidade, sair do marasmo e buscar iniciativas que possam expressar melhorias no processo educacional, embasado principalmente nas promessas referentes ao futuro dos educandos, mas isso não é a ideia principal que o projeto deve alcançar de forma integral tudo que nele foi elaborado.

Mas, quando isso não ocorre, faz-se necessária uma análise criteriosa nos pontos que não foram alcançados e, posteriormente, revitalizá-lo para que no futuro as metas definidas possam ser alcançadas. Lembrando que todo projeto tem um período de vigência e revitalização.

Para concluir, na cláusula sobre as ações programadas na escola, fica exposto que há reuniões bimestrais de pais e mestres. Tal propósito salienta que a escola tem compromisso com sua clientela e zela pela participação dos pais junto ao corpo docente da escola de forma regular e integral.

Esse mesmo destaque, que se refere à família quanto agente responsável pelo processo ensino-aprendizagem dos educandos, ganha ênfase também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao discorrer que:

[...] acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los com suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar [...]. (BRASIL, 2017, p. 36).

Diante do exposto nesses documentos, a família é de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem, já que “Dever da Família” é um dos temas contemporâneos mais discutidos nos espaços educacionais e estabelecidos nos documentos antigos e atuais vigentes no Brasil, como o apresentado pela Base Nacional Comum Curricular.

Nesta sessão discorreu-se brevemente sobre os documentos norteadores legais da educação brasileira que estabelecem normatizações sobre as aprendizagens essenciais para trabalhar nas instituições educacionais, ocasionando autonomia aos estabelecimentos de ensino de todas as regiões do Brasil para que possam ensinar de acordo com a realidade socio-histórico-cultural em que os alunos estão inseridos.

Sendo destaque nos documentos a abordagem da família como um dos princípios essenciais para aquisição do processo ensino-aprendizagem dos educandos.

Dassoler (2021) destaca que a família traz em seu bojo os fundamentos de uma sociedade, pois é em seu seio que aprendemos a convivência no meio social, sendo de fundamental importância na formação moral e ética do cidadão, porque integra e estabelece as conexões do eu com o outro, preparando o cidadão para as demandas do dia a dia de uma convivência saudável para o respeito às leis.

Por outro lado, a exposição tecnológica trouxe várias mudanças para a sociedade, implicando também na educação, e uma delas é a forma atual de se ensinar e aprender.

Uma das transformações vistas está acontecendo durante a pandemia, na qual há a oferta da educação a distância e com ela a inserção da educação híbrida como marco educacional, em que a participação dos pais está sendo importante para motivar e fazer a ponte entre os filhos e a escola.

Alguns dos documentos mais importantes que regulamentam a educação brasileira, e constatamos que eles estão entrelaçados e apoiados na Carta Magna, ou seja, na Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Esse entendimento dá sustentabilidade e legalidade dos conteúdos neles contidos, principalmente os que tratam da estrutura da educação brasileira e, conseqüentemente, amplia o tema em discussão “Dever da Família” no processo educacional dos estudantes.

Que por hora ficou explícito quanto à sua finalidade e seu cumprimento por parte das famílias, que se não estiverem incluídas nas propostas pedagógicas, atividades escolares diárias da escola, nas atividades extraclasse e cultural da escola, o mesmo não será cumprido

de maneira adequada e, com isso, será ponto positivo âmbito escolar e no processo ensino-aprendizagem dos educandos.

## 2.2 O QUE DIZEM PESQUISADORES EM DISCUSSÕES PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS NORTEADORES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA?

A sociedade moderna passa por grandes transformações que perpassam por todas as esferas sociais, e no centro desse contexto histórico destaca-se a instituição familiar por ser uma entidade de classe que caminhava ao longo do tempo dentro de padrões extremamente tradicionais.

Agora é necessário tomar outros rumos e se adequar à nova realidade para não perder a sua hegemonia dentro contexto social. E estudos comprovam que as famílias vêm se modificando e se adequando para viver em sociedade.

Nessa perspectiva, Santos (2021) cita que é interessante compreender quais foram os fatores responsáveis por essas mudanças, e quais os impactos causados por elas na estrutura familiar, principalmente na sua composição e nos seus valores, sendo que alguns deles devem ser apontados como responsáveis pela nova composição do grupo familiar, e que vieram refletir também no comportamento do indivíduo perante as regras sociais.

Baseando-se em alguns estudos, fica visível a mudança no contexto familiar, lembrando que deixamos para trás alguns conceitos que fazem parte das famílias em determinadas épocas. Essas mudanças alteraram significativamente o modo de ser e viver dos membros familiares de acordo com o tempo e o núcleo familiar.

Nesse sentido, foram elencados alguns aportes para conceituar a palavra “família” na visão de autores e pesquisadores contemporâneos. E, posteriormente, serão abordados diversos aspectos que classificam e caracterizam as famílias de acordo com as mudanças sociais.

O meio econômico, pode-se dizer, é o elemento direcionador sobre as concepções de família. Estas, a princípio, garantem o sustento das famílias, à medida em que seus membros foram se agrupando e formando, sob o acúmulo de posses e bens, a entidade que conhecemos hoje.

Segundo Venosa (2012) a organização familiar praticamente não existia na pré-história, os vínculos sanguíneos eram estabelecidos somente na maternidade, posto que em

estado de selvageria ou barbárie, todos se relacionavam entre si, impossibilitando a identificação do pai.

Esse momento histórico deixa bem claro que esses grupos não estavam organizados numa forma específica de família, na qual se pudesse observar a figura do pai e da mãe, o modo como eles viviam e se relacionavam não se assemelhavam com vivemos nos dias de hoje, em que existe uma relação conjugal de forma definida, e como isso quando nasce um descendente dentro de uma família, já se tem ciência quem é o pai.

Segundo Prado (2011) a família foi se constituindo com o tempo “ela é uma instituição social que varia ao longo da História e até apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado”.

É possível perceber que a família não surge por acaso, ou seja, para sua configuração e existência é necessário que ocorram eventos de natureza social, que possam aproximá-los uns dos outros.

Para Prado (2011) & Broering (2019) a família, como um processo social, apresenta características distintas, apresentando aspectos: positivos, “como núcleo afetivo de apoio e solidariedade, e negativos, que surgem quando a família impõe normas por meio de leis, usos e costumes, que aplicam de formas e finalidades rígidas. Torna-se, muitas vezes, elemento de coação social, geradora de conflitos e ambiguidades”.

Cuidar dos seus indivíduos por meio do afetivo pode ser promissor, porque o afeto tem a capacidade de aproximar as pessoas, e por meio da aproximação que surgem alguns fatores que potencializam essa relação.

Ou seja, por meio da afetividade a família pode contribuir na formação ou na identidade de um indivíduo mais sensível aos cumprimentos dos deveres sociais. Já o modo negativo de cuidar dos indivíduos ainda é muito peculiar entre as famílias contemporâneas, deixam cicatrizes irreversíveis a ponto de formar indivíduos com baixa estima e sem autonomia.

Apesar de serem constantemente alertados por especialistas, educadores e profissionais da área da saúde, esses modos de orientação familiar ainda estão enraizados na nossa cultura familiar, na qual os pais e responsáveis não conseguem instruir indivíduos por meio da afetividade, que seria uma maneira mais prática de inserir conhecimento e, ao mesmo tempo, contribuir na formação de um ser mais social.

Picchioni (2020) diz

As famílias são células primárias de pertencimento e partilha, na medida que inscrevem em cada novo ser, a partir do exercício das funções parentais e dos cuidados primários, uma dupla marca intransferível: a psíquica e a social. Aquela que faz com que cada um de nós nos reconheçamos como um sujeito único e singular, ao mesmo tempo com características similares. (PICCHIONI, 2020, p. 20).

A família apresenta-se por ser e constituir-se de um conjunto de valores que possibilitam o pleno desenvolvimento de seus membros e suas eventuais modificações para adaptarem-se em um novo modo de sobrevivência ou em um determinado lugar.

Também é importante observar que essas mudanças que ocorrerão na estrutura familiar não acontecem de forma natural, mas serão impulsionadas pelas ações sofridas ao longo dos acontecimentos, ou seja, vindas de pressões favoráveis às modificações.

Mais adiante, a individualização, por um processo histórico, estabeleceu os vínculos, fazendo com os grupos de pessoas que conviviam entre si ficassem cada vez menores, sem apresentar características afetivas e a convivência de trabalhos e interesses comuns os uniram.

De acordo com Maluf (2010) outro elemento a ser lembrado sobre da Idade Antiga, era a diferenciação de um filho para outro e o interesse na continuidade dos cultos do genitor, autoridade máxima. Destarte, conteúdo dos direitos fundamentais individuais que garantem liberdade e igualdade à vida e que se verificam nos primeiros aspectos dos laços religiosos.

Por meio desses acontecimentos, vai se evoluindo o instituto familiar e, conseqüentemente, o patriarcado.

Na concepção de Venosa (2012) todos os membros da família, inclusive os escravos, tinham que se submeter ao poder “pater famílias”, advindo do pai, especialmente no Direito Romano. A existência de afeto não era condição essencial ou de vínculo familiar. Pode-se destacar, que:

Durante séculos a família teve sua definição diretamente associada ao arranjo matrimonial, sem que houvesse reconhecimento de outros vínculos, primeiramente pela intervenção direta da igreja nos propósitos familiares, fazendo com que a família se integrasse aos seus parâmetros e também pelo interesse no dote e *status* social oferecidos. Somente na pós-modernidade concretizou-se a nova conceituação familiar e incorporaram-se os princípios de igualdade e afeto ao casamento. (VENOSA, 2012 apud SILVA *et al.* 2019, p. 132).

A igreja, portanto, teve seu intervencionismo nesse processo evolutivo da instituição família, que na contemporaneidade já se torna o centro do desenvolvimento sociocultural,

em que se modificaram os costumes e princípios ultrapassados e até adormecidos, passando-se a se considerar novos valores; agora imbuídos de mais afeto.

Contudo, Silva (2019) destaca que

Atualmente, o objetivo básico do casamento, da vida conjugal, é a afeição entre os cônjuges ou conviventes, perdurando-se a completa comunhão de vida, considerando-se a ruptura da união estável, separação ou divórcio, uma consequência da diminuição da afeição, uma vez que a comunhão espiritual e material de vida entre marido e mulher não podem mais ser mantidas ou reconstituídas (DINIZ, 2012 apud SILVA et al, 2019, p. 132).

Com a ruptura do afeto, e a diminuição da afeição, o comportamento entre marido e mulher mudou de maneira significativa, e seus efeitos romperam também com a estrutura familiar e na sua permanência, possibilitando eventos como separação e divórcio.

Dias (2011) *apud* (SILVA *et al.*, 2019, p. 132) “acrescenta ainda que bem diferente do que vislumbravam as antigas leis convencionais, a família tomou um perfil que acata a pluralidade, pois ao incorporar as famílias recompostas, monoparentais e homoafetivas, contraria as definições impostas pelo tradicionalismo”.

A partir dessa pluralidade, surge uma diversidade de estruturas familiares que vão amparar seus anseios sociais nos princípios afetivos, sendo que a afetividade é o ponto de partida para assegurar uma melhor identidade cultural dos indivíduos.

Considerando essa evolução, necessário se faz enfatizar, que a origem do termo Família no Direito Romano tinha em seu bojo a acepção de explicar tanto coisas quanto pessoas e nessa constituição, o homem é a cabeça (*caput*) do grupo familiar.

Em consonância, Faco e Melchiori (2009) explicitam que “a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas diretamente ligadas às transformações sociais buscando, tanto quanto possível, a melhor adaptação para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo”.

A família é alicerce fundamental na formação e configuração identitária e cultural de seus indivíduos.

Tiba (2009) cita que seu papel é importante no desenvolvimento e formação das crianças, na edificação de seus princípios morais, éticos e seus valores culturais, bem como seu compromisso com o sustento dos seus membros e com a preparação inicial para o mercado de trabalho, mediante sua capacitação, bem como para a sociedade de consumo, que vem sendo amplamente confirmada.

Nesse contexto, para entender essa transformação familiar na atualidade, é necessário compreender a composição familiar no decorrer do tempo e constatar como era sua transcendência dentro do contexto social de determinada época.

Para Picchioni (2020) a família exerce a função de elo.

Há aqui três dimensões sobreposta, portanto: a família, o contexto social mais amplo e o sujeito em quanto tal, de modo que a família, como instância intermediária, fornecerá as bases seguras para que a criança se socialize e compartilhe das regras sociais mais amplas que, em última análise, são as bases construtivas do pacto civilizatório. (PICCHIONI, 2020, p. 13).

A relação da família com o indivíduo é fundamental para seu completo crescimento, ela é responsável pelo crescimento saudável e humanizado da criança. “O interesse pelas transformações nas estruturas familiares no mundo contemporâneo vem se tornando frequente na literatura científica, existindo um relativo consenso sobre o declínio da família nuclear típica aqui e alhures” (TRAD, 2010, p.113).

Por outro lado, na Idade Antiga o Código de Hamurabi impunha o poder paterno, sustentado pela monogamia, embora fosse possível o concubinato sem que a amante tivesse os mesmos direitos da esposa.

A legitimidade do casamento era consubstanciada por um contrato, em que se admitia o divórcio para o marido, pois a ele era permitido repudiar a mulher, caso ela não cumprisse seus deveres de esposa e dona de casa.

Nessa época, as famílias eram constituídas dentro de um regime patriarcal, não sendo consideradas as pessoas sem família, pois se tratava de um indivíduo infeliz, incapaz de constituir laços familiares. A família patriarcal foi a base da família ocidental, o que perdurou por décadas.

De acordo com Souza (2021) o surgimento da família tradicional ocorreu por meio de arranjos sexuais de cunho monogâmico entre um homem com uma mulher, como pai e mãe, com a alcinha de gerar filhos por meio do comando, sustento e proteção do pai, em uma combinação em que os filhos podiam herdar o patrimônio familiar para resguardar a propriedade das terras dos romanos e que não passassem a outrem, perpetuando a descendência desses bens.

Não era aceita uma família que não fosse formada por um pai e uma mãe. Na Igreja Católica da Idade Média, o Direito Canônico estabeleceu sua importância na sociedade.

A partir disso, tudo que se relacionava a casamento, divórcio e legitimidade dos filhos passou a ser de sua competência. A igreja pregava que o sexo dentro do casamento era

estritamente para a procriação – o que fosse contrário a isso estava contra os preceitos de Deus. Dentro desses critérios de formação familiar, também já existiam as normas de condutas comportamentais vigentes em cada sociedade.

As diversidades de configurações da família ocidental revelam as mudanças nos papéis sociais do homem e da mulher na vida social, assim como a nova realidade das relações entre os sexos. Os critérios de relacionamentos que existiam ou se existiam, são bem diferentes daqueles aplicados à família nuclear burguesa.

A família atual não é mais caracterizada pela “parentalidade”, mas pela descentralização do poder e por diversas aparências. A superioridade masculina, particularidade do sistema patriarcal, perdeu lugar para um contexto em que a mulher acabou se tornando o chefe da família e também o indivíduo mais importante desse núcleo familiar.

Dessa forma, tecemos um panorama histórico sobre a instituição familiar, suas mudanças e os impactos ocorridos no campo social. Para isso, iniciaremos o percurso histórico com base na família tradicional.

### 2.2.1 Família Tradicional

Antigamente, a família só era reconhecida se fosse constituída por meio do matrimônio e tinha como base central a figura paterna e materna, sendo do homem o papel exclusivo de trazer o sustento da família e a mulher tinha como dever cuidar dos filhos e dos afazeres da casa.

O termo tradicional é bem específico e caracteriza-se por atitudes que expressam autoritarismo em virtude da autoridade de apenas de um indivíduo e, muitas vezes, esse autoritarismo é acompanhado de atos de violência. O tradicionalismo não é uma nomenclatura que faz parte do passado, é uma organização familiar que ainda está presente no contexto social brasileiro.

Esse modelo de família, a chamada tradicional, tinha seus papéis bem definidos, conforme Stengel (2011) expõe:

No modelo da família tradicional, há uma clara distinção dos papéis segundo o gênero e a geração. Em outras palavras, homem e mulher se percebiam intrinsecamente diferentes, assim como pais e filhos. Há regras claramente definidas para cada um com base em seus papéis, sendo as fronteiras entre situações e pessoas. A identidade de seus membros é posicional. Dessa forma, os pais têm autoridades sobre os filhos e mantêm com eles, relações mais distantes e pautadas na hierarquia. Esse modelo

familiar pode ser resumido em hierarquia, desigualdade e privilégios. (STENGEL 2011, p. 504 a 505).

Esse modelo familiar tradicional tem como base a figura paterna e sua autoridade está na relação parento-filial, ou seja, os filhos devem obedecer às ordens parentais vindas do pai e saber a posição de cada membro dentro do grupo familiar, ou seja, seu valor era pautado nas diferenças e na sua posição de acordo com o número de indivíduos existentes naquele núcleo.

De acordo com Stengel (2011) “A família tradicional pode ser pensada como base em um único indicador, o custo desse laço é a perda da liberdade por seus membros”.

Esse grupo familiar pautava-se sua existência da presença patriarcal, ou seja, vivia exclusivamente sobre os domínios do pai, ele era a figura responsável em determinar as regras que os indivíduos daquela família deveriam seguir, e se em alguma circunstância o patriarca fosse contrariado, os mesmos sofreriam severas punições.

Segundo Stengel (2011) essa conduta, segundo o autor, era responsável por formar indivíduos doutrinados e desigual perante a sociedade.

Nesse período, o que prevalecia era a autoridade do pai, ele era responsável pela transmissão dos conhecimentos e valores e era quem acompanhava o comportamento dos membros familiares, e os corrigiam se não estivessem de acordo com os seus desígnios, o que Ozório (2017) cita que:

O poder inerente e inquestionável da pessoa tabu remete-nos ao lugar do homem, marido e provedor desse modelo de família. A mulher e os filhos precisam se resguardar na figura desse homem, como um objeto da pessoa tabu. Assim, o marido possuía um grande poder que, a depender da maneira como era utilizado poderia ter efeitos negativos no psiquismo dos membros familiares. (OZÓRIO, FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2017, p. 21).

Esse modelo tradicional de família pautava-se na conduta paterna e hierárquica, sendo que esse modo de conduzir o comportamento humano torna-se uma ferramenta aniquiladora do desenvolvimento intelectual e emocional dos membros que fazem parte daquela família, sendo que esse reflexo no comportamento é fruto do poder prepotente patriarcal, transmitido com base do poder autoritário.

O modelo de família tradicional foi ou ainda pode ser visto como aniquilador ou repressor do comportamento humano, mas os seus moldes ainda são evidentes nos dias de hoje, pois continua contribuindo na formação e organização de vários indivíduos, e sendo perpetuado por diversos grupos familiares e por algumas instituições educacionais.

Segundo Ozório et. al. (2017) esse processo pode ter sido desfavorável para o desenvolvimento cognitivo e intelectual dos indivíduos, pelo fato de serem impedidos de expor seus pensamentos e suas convicções de acordo com as necessidades da época.

A simples excedência de proteção gera resistência para a inclusão de boas práticas pedagógicas, uma vez que é confortável ao aluno receber as benéficas que emanam da vantagem de ser protegido, uma inversão do preceito e um gargalo social se não trabalhado.

Passos (2015) diz que infere que o comportamento do homem poderia trazer concepção de subordinação em relação às decisões tomadas por ele, esse comportamento que expirava respeito, poderia estar atrelado ao medo e à punição.

Nessa visão, parecia ser uma estratégia entre os familiares, na qual o lugar de poder era, espontaneamente, atribuído ao homem, de forma que no exercício do seu papel havia união, cuidado e manutenção da estrutura familiar.

Corroborando Passos (2015) destaca que esse comportamento do homem frente a essa família restringia-se na sua forma de conduzir sua autoridade, baseada no autoritarismo que o definia como chefe e detentor das decisões.

Esse autoritarismo era expresso de forma similar ao afeto, isto é, a maneira como era feito essa exposição, muitas vezes sobre fortes punições física e moral, e responsáveis por deixar cicatrizes durante a vida do indivíduo.

Mas, segundo Passos (2015) como o mesmo se assemelha à afetividade, era visto como um ato normal de conduta humana.

Nesse panorama, a visão da família tradicional, dentro de perspectiva patrimonial, na qual não se tinha liberdade de expressão e de sentimentos, tão pouco resquício de afetividade.

Segundo Silva (2019) o paradigma de família patriarcal se constituía basicamente pelos bens que a família possuía e estavam no poder do chefe, normalmente representado pela figura do pai, podendo essa característica ser observada ainda na contemporaneidade, com atribuições a cada membro.

O que destaca uma cultura frágil e de fácil condução para a procriação da violência que se instalou no seio social decorrente da certeza da impunidade e pela falta de critérios reais para inibir os abusos.

Azevedo cita que a função do pai era diretamente associada

a uma hierarquia fundada na lógica do espírito religioso e dos antigos meios de produção. Nesse sentido, a mulher e os filhos serviam à legitimação do poder arbitrário do pai. A família tradicional era essencialmente patriarcal, hierarquizada e com lugares claramente estabelecidos. O homem tinha o papel de provedor e

mantenedor da estrutura familiar, enquanto a mulher era submetida ao marido. O trabalho feminino voltava-se para o perfeito funcionamento do lar e dos afazeres domésticos. A mulher estava fadada à maternidade e ao papel de reprodutora, em função de sua constituição biológica (AZEVEDO, 2015, p. 2).

A família tradicional ou patriarcal era basicamente representada pela figura do pai, toda estrutura familiar era submissa aos seus poderes de chefe, e na maioria das vezes, esse autoritarismo era representado por atos de violência.

No contexto social e nas condições de exercício de cidadania, a educação é um instrumento de impacto e se usada como um chicote para açoitar as pessoas que admitem se submeter ao poder isso fica naturalizado e a educação formal passa a não ser vista como fonte de libertação.

Dias (2017) expressa que se a família tradicional está alicerçada na união entre um homem e uma mulher

que podem gerar filhos, tal como propõe o Estatuto da Família, a existência de uniões que acontecem fora desse padrão e que reivindicam para si o status de família, colocam em xeque os aparentemente naturalizados determinismos biológicos que justificam os papéis sociais que devem ser cumpridos por homens e mulheres na sociedade. Esses papéis, mais do que socialmente legitimados, encontram força, também, em interpretações conservadoras e tradicionalistas de textos bíblicos que, supostamente, santificam a heterossexualidade em detrimento de outras expressões da sexualidade humana. Assim, por atender aos desígnios divinos, o caráter de construção social da heterossexualidade é ofuscado e coloca-se sobre ela a máscara do óbvio, daquilo que se espera dos cidadãos e cidadãs de bem (DIAS, 2017, p. 62).

Partindo do pensamento de Dias (2017) a família tradicional tem seus princípios pautados nas leis divinas e, por esse motivo, ainda é difícil romper com algumas barreiras que por ventura ainda excluem alguns indivíduos da sociedade moderna.

Diante disso, o que se percebe é que tais argumentos, travestidos de reafirmação do normal, do natural e do divino, encobrem a legitimação e a perpetuação das desigualdades sociais que embasam a discriminação por orientação sexual, corroborando assim para a perpetuação de estruturas desiguais e violentas em termos de gênero e sexualidade. Ainda sobre isso, Anderson argumenta que:

[...] a igreja promove compulsoriamente a heterossexualidade, heterossexuais são privilegiados em relação aos homossexuais (violência cultural), e tais privilégios justificam a aceitação de leis que privam essas pessoas de proteção legal no que se refere a habitação, emprego, ou relacionamentos comprometidos (violência estrutural). (ANDERSON, 2016, p. 125).

O pensamento religioso ainda é um dos principais obstáculos para a renovação de um núcleo familiar mais humanizado e com base no poder da relação afetiva. O tradicionalismo é um modelo de vida que menospreza o ser humano e que em algumas circunstâncias gera o preconceito e impede o indivíduo de crescer de maneira intelectual e social.

Na seção seguinte vamos discorrer sobre a família contemporânea e observar as possíveis mudanças ocorridas frente a família tradicional.

### 2.2.2 Família Contemporânea

Ao longo dos tempos as instituições sociais vêm se modificando e a família talvez tenha sido a instituição social que mais se modificou, tanto na sua composição estrutural quanto nos seus conceitos morais, esse processo ajudou a compreender que uma sociedade não é composta por um único núcleo familiar.

Segundo Poli (2013) a transmissão do saber tem um propósito e que as ações impressas podem ser vistas como um conjunto de hábitos e que

não é possível considerarmos apenas uma forma natural ou universal de família. Ao contrário, o estudo histórico demonstra que a família pode assumir contornos múltiplos. Em distintas épocas e civilizações, existiram agrupamentos de pessoas constituído grupos ou famílias, sob diversas formas e direcionadas a diferentes finalidades, conforme os costumes, as ideologias e as crenças de cada tempo. (POLI; POLI, 2013, p. 166).

De acordo com a visão dos autores, não pode existir apenas um conceito de família, ou seja, aquela com estrutura tradicional, composta pela figura paterna, materna, filhos e avós; outras formas familiares sempre fizeram parte do contexto social, embora conheçamos apenas os aspectos das famílias tradicionais.

A família contemporânea traz um novo contexto de grupo familiar ou de composição familiar, mas ela não descarta a figura patriarcal e a sua autoridade, mas passa a descentralizar o poder que era eminentemente do pai, e agora os membros da família ganham destaque, não mais pela sua posição, mas sim pela sua contribuição na vida familiar.

Essa mudança estrutural da família clássica ficou mais evidente a partir da metade do século XX. O que Aquino (2017) enfatiza que nos anos 50 e 60 do século XX

foi desencadeado um processo radical de transformação na estrutura familiar. As causas principais foram: o movimento feminista, a mulher passou a pleitear outro lugar na sociedade, pela demanda de direitos igualitários de condições com o homem, sua inserção no mercado de trabalho, sendo que o tempo com os filhos se torna menor e sua saída de casa para um projeto singular de identidade. Por outro lado, os homens não superaram a falta da mulher no lar, para compensar e equilibrar a ausência

materna, as crianças passam a frequentar mais cedo as creches e as escolas maternas, que conseqüentemente, passarão a suprir ausência das figuras parentais (AQUINO; CONCEIÇÃO; PEREIRA, 2017, p. 52).

Esse processo radical de transformação social era inevitável e necessário, já que nos padrões anteriores as responsabilidades não faziam parte de todos os membros do grupo familiar.

Nessa nova estrutura da família contemporânea o compromisso com o cuidado e desenvolvimento social dos indivíduos das famílias passa a ser de todos, principalmente do pai, que também passa a cuidar dos filhos.

A mulher ganha espaço na sociedade, deixa de ser simplesmente a dona de casa e de realizar trabalhos domésticos e entra para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, ficando ausente do seio familiar por muito tempo.

A partir do discurso apresentado, evidencia-se que tais mudanças não podem ser circunstanciais para o amadurecimento das crianças, os pré-requisitos familiares que são vivenciados nesse período de formação.

Principalmente, na formação da identidade e do caráter, acabam sofrendo influência de fatores externos à família e isso acaba gerando possíveis transtornos, que vão do sensório-motor, ao cognitivo e psíquico da criança.

Para Aquino (2017) a família contemporânea é muito diferente da família nuclear sustentada pelo homem, sendo a mulher parte do sustento do grupo familiar.

As famílias passam a serem configuradas de diversas maneiras, onde muitas vezes a figura paterna passa como imagem ao estado e, as configurações dos relacionamentos mudam; as famílias mono parentais são sustentadas pela mulher, passam a existir as famílias de pais separados com a guarda compartilhada dos filhos; temos imagens do pai avô e da mãe avó, onde os papéis da guarda da prole ficam a cargo dos avós em quanto os pais trabalham e os papéis se tornam indefinidos, não havendo clareza, sobre o papel de cada um. (AQUINO, 2017, p. 53)

Diversas famílias convivem diariamente com esses dilemas, são problemas sociais graves que afetam diretamente a estrutura familiar, dessa forma, os filhos vão conquistando independência prematura que, muitas vezes, os levam a se envolverem em diversos conflitos, como dúvida da própria existência e mudanças na personalidade.

No decorrer século XVIII a Revolução Industrial trouxe profundas transformações no contexto mundial, sobretudo a partir da divisão do trabalho, influenciando diretamente nas relações sociais e bem-estar das pessoas.

Dessa maneira, a configuração familiar, bem como os agentes que a compõem, passam a desempenhar novos papéis e de acordo com Oliveira (2009) as relações na sociedade sofrem influência da divisão social do trabalho.

A família, inserida no contexto social, tem suas relações interiores influenciadas pelas mudanças ocorridas. Como exemplo de transformações, podemos citar o trabalho da mulher, as mudanças nas relações de trabalho, como na sociedade contemporânea, o crescente número de trabalhadores informais, que não possuem garantia de emprego, assim como o grande número de desempregados. Todo esse contexto pode influenciar e modificar o cotidiano da vida em família (OLIVEIRA, 2009, p. 25).

Em conformidade com o autor, essas transformações foram de fundamental importância no modo de vida das famílias e permitiram a presença das mulheres no mundo do trabalho industrial, fazendo com que elas se tornassem também chefes de família.

A família contemporânea se caracteriza ainda pela conjugação dos desejos, na qual a figura da mulher torna-se um ser desejante que busca a ocupação dos espaços até então ocupados pelos homens.

Segundo Christiano (2013) “[...] o uso da pílula anticoncepcional tem um impulso em seu consumo, interferindo na vida sexual da mulher, que deixa de ter sua vida atrelada a maternidade e sai do seu papel único e exclusivo de mãe”.

A vida social não deixou de ser impactada e a forja de situações com vistas a esconder ações indesejáveis fomentavam atos ilícitos como o aborto e a depreciação da segurança

Diante disso, “outro exemplo de tensões sociais/familiares são os divórcios, principalmente litigiosos. Costa (2015) enaltece que é por demais evidente que qualquer divórcio é sempre problemático para as crianças. [...] Principalmente a atitude com que os progenitores encarram o processo.

A família contemporânea é responsável pela implementação de uma nova estrutura familiar, por um novo modo de se comportar e, principalmente, pelo envolvimento dos laços familiares, dando espaço para a afetividade e a individualidade dos membros no que diz às tomadas de decisão.

Dessa maneira, descreve Corrêa (2019) diz que se

Observa que a família contemporânea se organiza a partir de múltiplas configurações, tais como as famílias nucleares, monoparentais, homo parentais, recasadas dentre outras. As transformações sociais influenciam nesses formatos. No modelo de família tradicional, a rigidez prevalecia em relação os papéis sociais, às regras, aos limites, à transmissão de valores. Na família contemporânea, a rigidez se desfaz no âmbito das relações familiares, podendo-se observar um declínio da autoridade paterna paralelamente à emancipação feminina (CORRÊA, 2019, p. 38).

A flexibilidade da família contemporânea concedeu uma redefinição no comportamento dos seus indivíduos, adaptando-os em uma nova regra de convivência social.

Segundo Mariano (2019) o que também ficou claro que existe um conflito social entre essas nomenclaturas, que de forma ou outra, ambas têm sua influência no desenvolvimento da sociedade, cada uma com seu modo de contemplar os membros familiares, seja pela rigidez ou pela afetividade dos seus comandantes.

A respeito das transformações, a família nos traz reflexões em torno da intervenção profissional na contemporaneidade, é importante enfatizar que é inegável o seu reconhecimento no tocante às configurações no universo familiar, “tanto de estrutura como de relações”.

Contudo, Miotto (2018) demarca um importante dado inerente ao fato de que, paradoxalmente, há pouco reconhecimento dos impactos daquelas transformações sobre a “capacidade de cuidado e proteção” das famílias, que “apesar de transformadas, continuam sendo depositárias das mesmas expectativas de outrora [...]”.

Tais expectativas estariam relacionadas à responsabilização das famílias, em primeiro plano, pela proteção social dos indivíduos.

Do ponto de vista de Miotto (2018) o “cuidado e a proteção” não acompanharam as transformações no universo familiar, visto que a família atual tem dificuldades de acompanhar o desenvolvimento pessoal e profissional dos membros da família.

Esse fator pode estar atrelado ao posicionamento das novas regras sociais, que em comparação com as advindas da família tradicional, não cabem mais nos padrões das famílias contemporâneas.

O que está presente na literatura sobre família diz respeito à suposta “crise” que estaria vivenciando essa instituição. A ideia de que a família enfrenta dificuldades e, portanto, estaria ameaçada, está associada, entre outras questões, ao que se chamaria de enfraquecimento da instituição família, resultantes das metamorfoses que a atingem e, de

modo particular, os padrões de conduta tradicionais aliados à família patriarcal monogâmica nuclear.

Desse modo, trata-se da referida “crise” como consequência de fatores que são evidenciados na vida social contemporânea, dentre os quais, a diminuição no número de filhos; a presença cada vez mais comum das “mães solo”, que criam seus filhos e filhas sozinhas ou praticamente sós.

O que Souza (2019) destaca na constituição de famílias por uniões homoafetivas, com ou sem filhas (os); mudanças nos papéis conjugais, que tem como uma de suas principais marcas a ampliação do lugar ocupado pelas mulheres na esfera privada, assim como na provisão familiar.

Existem ainda percepções de que a família estaria em dificuldades ou ameaçada por não conseguir mais cumprir o seu papel de afeto e provisão de recursos econômicos necessários aos seus membros.

Para a Souza (2019) essas mudanças que ocorreram no universo da instituição família ocasionaram um enfraquecimento na sua estrutura e no seu comportamento, principalmente no enfrentamento das dificuldades que a sociedade moderna vivencia.

Diante desse panorama familiar, é viável dizer que não se estabelece uma “crise”, mas se faz necessário compreender o novo contexto familiar e social, para que as novas mudanças possam ser colocadas em prática e adequadas em conformidade com a realidade presente.

Na seção seguinte será apresentada a família nuclear e as mudanças que contribuíram para a evolução da convivência familiar e seu comportamento na sociedade.

### 2.2.3 Família Nuclear

As modificações ocorridas no universo familiar proporcionaram uma reorganização na sua estrutura, composição e comportamento, favorecendo um arranjo familiar que contemplasse principalmente a afetividade e a aproximação de outros indivíduos em núcleos familiares que não seriam o seu, biologicamente.

Para Mariano (2009) a família nuclear, portanto, é vista como um produto da sociedade contemporânea, uma vez que a globalização

e a procura persistente de realizações pessoais e profissionais fizeram com que a família se restringisse ao pai, mãe e filhos. Não existe mais o modo produtivo e reprodutivo da família. Esse grupo familiar em geral sobrevive nos grandes centros

urbanos, em espaços menores, o que facilita a aproximação destas pessoas. Devido a isso o vínculo afetivo acabou se tornando extremamente importante nestas relações. A família moderna, nuclear, é influenciada pelo individualismo, não se liga muito aos laços de parentesco, como antes, no entanto é bastante centrada no afeto entre seus membros (MARIANO, 2009, p. 10).

Mariano, destaca a globalização e a constante busca pela realização profissional dos indivíduos como fator relevante no avanço e na formatação da família nuclear de acordo as características necessárias para adapta-se em qualquer lugar, especificamente nos grandes centros urbanos, devido ao fato de lá estar localizada a grande concentração de atividades comerciais e serviços.

Essa busca pelo trabalho distante de casa ocasionou o deslocamento de familiares para o entorno do local de trabalho e, conseqüentemente, se agruparem nos mesmos lugares, tornando-se uma nova residência para os membros da mesma família e para remanescentes de outros núcleos familiares.

Mariano (2009) descreve que essa relação de afetividade aproximou indivíduos que, na maioria das vezes, passavam dias e semanas isolados de suas famílias sanguíneas por estarem em áreas distantes de suas casas, em virtude de seu campo de trabalho.

Os laços afetivos são fortes indicadores de submissão se alguém, em detrimento do exercício do poder se sentir confortável para expor suas incisões e desejos de sobreposição.

Segundo Mariano (2009) essa constituição familiar favoreceu e fortaleceu laços sociais que há muito tempo eram sufocados por uma sociedade autoritária.

Esse processo permitiu a criação de um núcleo familiar construído não mais dentro de uma relação patriarcal, mas sim no afeto e no amor capaz de amenizar as necessidades provocadas pelo afastamento de suas famílias biológicas.

Segundo Biroli (2014) os padrões nos arranjos familiares no Brasil se modificaram bastante nas últimas décadas.

Quando se compara o Brasil de hoje ao de meados do século XX, as pessoas se casam mais tarde, especialmente as mulheres e se separam com mais frequência. Elas têm em média menos filhos do que antes e as crianças, em número cada vez menor, crescem em ambientes domésticos que estão muito distantes do padrão da família nuclear – o das famílias dos comerciais de televisão, formados por pai, mãe, um filho e filha, todos sorridentes e juntos nos momentos das refeições e do consumo. A posição de mulheres e homens também mudou, tanto nas relações sociais em sentido mais amplo quanto na esfera doméstica. Mais mulheres são chefes de família, o que significa que mais mulheres são as principais provedoras da casa e que mais mães criam seus filhos sozinhas (BIROLI, 2014, p. 24).

Os fatores citados acima, como casamento tardio; mais separação; redução dos números de filhos; mulheres como chefes de casa; criação de filhos sozinhas, são características de uma sociedade contemporânea que evoluiu e conquistou o seu espaço, principalmente quando se refere ao mundo feminino.

Esse perfil social configura aos padrões da família nuclear, características vivenciadas principalmente nos grandes centros urbanos, onde os indivíduos acompanham diretamente essas mudanças nas quais estão inseridos, e com destaque para a questão do relacionamento familiar, em que as mães passaram a chefiar suas famílias e criar seus filhos sozinhas.

Biroli (2014) apresenta essa tendência de família nuclear como responsável pelo desenvolvimento social e inclusivo, principalmente pela adesão da mulher em todas as áreas da sociedade.

Colocando em evidência a sua capacidade de liderar diversos postos de trabalho e assumir seu lugar como chefe no centro familiar, e não sendo simplesmente uma guardiã doméstica, mas alguém que tem qualidades e habilidades para cuidar e ensinar a viver em qualquer estrutura ou composição familiar.

Carnut (2014) enfatiza que apesar de ser um fenômeno antigo, a homoparentalidade sempre existiu, pois sempre existiram gays e lésbicas com filhos.

A novidade está na dissociação entre sexualidade e procriação, como também nas várias possibilidades que os homossexuais têm de viver a experiência da parentalidade. Essas famílias são constituídas por pessoas do mesmo sexo que têm filhos via três caminhos: (a) reconstituição - um dos parceiros traz para a relação homossexual os filhos do casamento anterior; (b) adoção – legalizada ou não; (c) a co-parentalidade – em que um dos membros do casal gera uma criança com uma pessoa que oferece parceria biológica e o filho passa a fazer parte do núcleo parental do pai ou mãe homossexual (CARNUT; FAQUIM, 2014, p. 9).

Essa constituição familiar já está estabelecida no contexto social e atualmente sua configuração é tornar-se mais visível entre as esferas sociais, ganhando dimensões representativas, demonstrando diversidades e pluralidade dos seus familiares.

Carnut (2014) diz que reafirmando que as diferenças sexuais fazem parte da realidade da humanidade, e que isso não é fator de exclusão social, podendo contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento dos indivíduos no decorrer das mudanças que a sociedade perpassa.

Na atualidade, as famílias são formadas de casais casados, não-casados, recasados, mulheres sozinhas, genitores e progenitores solteiros, dentre outras modalidades.

Segundo Zambrado (2011) são variados arranjos de família têm emergido no cenário social trazendo diferentes configurações familiares, nas quais existem uma diversidade de classificações, tais como:

a) famílias intactas (que ainda não sofreram processo de separação); b) famílias em processo de separação; famílias monoparentais; c) famílias reconstruídas; famílias constituídas por casais homossexuais; d) famílias constituídas com filhos adotivos; e) famílias constituídas por meio de novas técnicas de reprodução (ZAMBRADO, 2011, p. 26).

Em suma, a família se forma a partir de concepção sócio histórica, com performance dinâmica de acordo com o seu percurso, envolvendo relações marcadas por condições sociais, culturais e jurídicas. O processo jurídico é de fundamental importância para dar legalidade constitucional aos direitos sociais que vão amparar esse novo universo familiar.

Seguindo o mesmo pensamento de Zambrado (2011) essas diversidades de grupos familiares mudaram as relações sociais, abarcando pontos positivos e negativos, de modo que em alguns casos trouxeram problemas de convivência e adaptação dos membros dentro da família e entorno do universo social.

Na próxima seção abordamos a interação família e escola numa perspectiva familiar voltada para o desenvolvimento educacional das crianças.

#### 2.2.4 Interação Família e Escola

A educação é primordial no desenvolvimento da sociedade. É por meio dela que nos tornamos capazes de conhecer o mundo que nos rodeia e realizarmos modificações de acordo com as nossas necessidades para obter melhorias e bem-estar.

Por este motivo, deve-se seguir critérios que possam contemplar o pleno desenvolvimento cognitivo e intelectual dos indivíduos. Diante desse pressuposto, é necessário destacar a relação entre família e escola de forma indissociável, para que juntas possam alcançar metas e objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem dos educandos na construção do saber.

Dessa maneira, é importante considerar que a família e a escola são duas grandes instituições promotoras do conhecimento e que influenciam a evolução intelectual das crianças e adolescentes.

No entanto, se essas instituições não agirem juntas em relação a um conjunto de objetivos e expectativas a serem adotados, o desempenho dos educandos ocorrerá de maneira limitada. Esse aspecto está voltado para ambas as realidades, compreendendo a relevância que a escola e a família exercem na vida dos estudantes.

Segundo Picchioni (2020) “família e escola, ainda que enfrentem novos desafios, seguem com suas funções fundamentais nesse processo”.

Sendo essas questões mais abordadas por gestores, professores e pesquisadores contemporâneos, isso fica evidente pela grande quantidade de literaturas dispensadas para esse assunto e pela preocupação que se manifesta acerca do tema, ao longo dos anos, durante reuniões escolares e demais meios que tratam desse tema.

Por meio do exposto, notamos que o debate é bastante relevante, e ainda muito discutido no cotidiano escolar e na sociedade educacional. Grandes ainda são os anseios por uma solução que case essa união e que esta produza a tão sonhada interação família-escola.

A necessidade de se conhecer a vivência das famílias no contexto escolar e como esta é desenvolvida, fez com que suscitasse essa interação, visto que uma e outra instituição são muito importantes na vida educacional dos alunos.

De acordo com Montadon (1994) é dentro desse contexto que se estabelecem critérios que vão moldar a personalidade da criança para que haja estímulos que favoreçam um crescimento cognitivo, físico e psíquico. Essa interação é essencial, pois “de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família”.

A escola tem suas especificidades e suas dificuldades que acabam esbarrando nos pais, responsáveis e nos educandos e, como consequência, no processo ensino-aprendizagem, esses acontecimentos derivam das diversidades sociais vivenciadas pelas famílias e que em algum momento acabam influenciando diretamente o modo ser e viver das pessoas, principalmente o relacionamento com a escola.

Por outro lado, a escola não pode ser vista apenas pelo lado das dificuldades ou pelos seus atos de desagradados, ela tem contribuído de forma grandiosa nas conquistas profissionais e sociais dos indivíduos, e por essas razões, fica evidente que a escola não serve apenas para assegurar e resguardar a integridade das crianças enquanto seus pais trabalham.

Pode-se comprovar seus méritos como instituição de ensino por meio do momento que estamos atravessando, no qual foi necessário que os alunos e professores ficassem em casa e as aulas se tornassem remotas, ou seja, os professores passariam suas atividades

usando computadores ou celulares via internet e os alunos receberiam essas atividades escolares em casa e, posteriormente, contavam com ajuda dos pais ou dos familiares em geral.

Esses acontecimentos contribuem para o fortalecimento e desenvolvimento das instituições escolares, e promove um bem-estar entre as duas instituições, fazendo com que cada uma cumpra com o seu papel no desenvolvimento social e, principalmente, no processo educacional dos alunos.

Para Araújo “a família tem um papel extremamente importante na formação das crianças e do caráter de uma pessoa, pois é por meio da constituição das famílias que nascem os bebês” (ARAÚJO, 2010, p. 61).

Desse modo, podemos considerar que a família é a principal instituição da vida do indivíduo, fornecendo amor, carinho, proteção, conhecimentos e valores. É por meio dela que acontece a primeira interação do indivíduo com o meio social.

E também por meio dela que ocorrem as experiências vivenciadas na família e é por esse motivo que dizemos que ela é a primeira escola do indivíduo para, posteriormente, adquirir outros conhecimentos sistematizados, com auxílio do professor, dentro do convívio escolar.

Tais experiências servirão de ponto de partida para efetivar a identidade e o caráter da criança dentro do espaço familiar e futura sua inserção no espaço social.

O primeiro contato de uma criança com adultos acontece durante a convivência familiar, na qual pai, mãe, avós, avôs e/ou qualquer outra representatividade familiar, não linear, passam a promover essa interação.

“É nesse contexto de relações afetivas e conflituosas que a criança terá suas primeiras e principais instruções para a vida”, Araújo (2010) diz que é dentro desse núcleo familiar que a criança vai vivenciar suas primeiras experiências, sejam elas relevantes na construção de um caráter moral ou imoral.

Vale ressaltar que o dever de cuidar, desde os primeiros anos de vida das crianças é, e sempre será da família e nunca será facultado esse dever dos seus genitores e repassados a outras pessoas. Dessa forma Melchiori (2014) diz que o

papel da família, de modo geral, é o de fornecer apoio, segurança e efetividade. É claro que todas as famílias enfrentam problemas e dificuldades, mas, apesar disso, é importante que cada um de seus membros saiba que tem com quem contar e a quem recorrer, em caso de necessidade. Saber que existe uma ou mais pessoas que se preocupam com o nosso bem-estar é saudável. A família deve ser fonte de referência e apoio de todos os seus membros, sejam eles bebês, pré-escolares, adolescentes, adultos ou idosos (MELCHIORI; RODRIGUES; MAIA, 2014, p. 4).

Dessa maneira, é importante destacar que as famílias passam por estágios que são definidos como etapas de desenvolvimento familiar, é por meio desse ciclo que os indivíduos vão construindo sua identidade, seu caráter e se integrando efetivamente no contexto social.

É durante as passagens de estágios que são transmitidos aos novos integrantes da família as vivências e experiências que já foram concretizadas por todos os membros familiares ao longo do tempo.

Os pontos relevantes ocorridos dentro desses estágios vivenciados no âmbito familiar são necessários para flexibilizar o limite entre a superproteção e o zelo, tendo como finalidade promover a independência gradativa. E Melchiori (2014) destaca que as

tarefas típicas dessa fase são: (a) modificar o relacionamento genitores/cuidadores e o jovem adolescente, para permitir que comece a se diferenciar da família de origem, movimentando-se dentro e fora do sistema familiar; e, (b) ainda unidos nas diferentes tarefas relacionadas a eles: ensinar, educar, passar valores, promover financeiramente, torná-los responsáveis com as tarefas diárias como cuidado com o corpo, a privacidade, sensibilizá-los para a identificação de situações perigosas ou que prejudiquem sua saúde física e mental, acompanhar o desenvolvimento na escola, auxiliá-los a fazer escolhas conscientes em diferentes aspectos da vida, profissional, escolar, entre outras (MELCHIORI; RODRIGUES; MAIA, 2014, p. 5).

Essas fases podem ser observadas a qualquer momento dentro da estrutura familiar, e podem não refletir positivamente, ou nem todas as fases possam ser cumpridas por inúmeros motivos, causando certas limitações.

Nesse contexto, Oliveira (2010) cita que “enquanto o enfoque sociológico a família é responsabilizada pela formação social e moral do indivíduo, no enfoque psicológico ela é responsabilizada pela formação psicológica”.

Tal ideia deixa a família em uma situação delicada, pois ela, a priori, serve como referência de vida para a criança, fica intrinsecamente ligada ao aproveitamento e dinamismo escolar do aluno, e nela pode recair o sucesso ou insucesso da aprendizagem.

Pereira (2015) enfatiza, que

Procura-se a estudar e buscar o quanto é importante o acompanhamento da família na vida escolar, a eficácia adquirida quando há esse entrosamento na vida escolar do filho. Embora muitas famílias procurem a escola para cobrarem empenho do aluno como também do professor, mas que isso não seja a causa de toda participação, ainda mais porque a contribuição melhor é o empenho, dedicação, a valorização do saber, é isso que está em jogo e, portanto, família e escola têm que andarem juntas interagindo a realidade, cultura e experiências (PEREIRA, 2015. p. 95).

Muitas vezes os pais procuram a escola com o intuito apenas de saber do professor como está a aprendizagem do seu filho, isso demonstra que não está ocorrendo uma interação adequada entre o aluno e a família.

Se isso tivesse acontecendo, o pai ou responsável deveria ir até a escola para falar dos avanços ou das dificuldades pelos quais o aluno estaria passando, e por ventura ouvir dos professores quais as atitudes ou intervenções deveriam ser tomadas para resolver os problemas que estivesse ocorrendo em relação à aprendizagem do educando.

Tal atitude fortaleceria o processo de ensino-aprendizagem, como também tornaria essa relação mais efetiva entre alunos e famílias e escolas e famílias. Como esse processo ainda é lateral, nos faz entender que é responsabilidade do professor acompanhar o rendimento escolar dos alunos e, posteriormente, transmitir aos pais e responsáveis.

A partir dessas concepções, podemos dizer que as escolas não podem caminhar sozinhas dentro do processo educacional, elas dependem diretamente da parceria das famílias, pois é por meio dessa interação que os objetivos e metas serão alcançados, possibilitando a aprendizagem, formação e desenvolvimento no âmbito cognitivo e intelectual do educando.

Acima de tudo, é importante frisar que sempre haverá mudanças significativas na sociedade, e que tais mudanças são necessárias em virtude da evolução, seja ela humana ou tecnológica, mas devemos mudar dentro de paradigmas racionais, de acordo com as necessidades de cada instituição social, portanto a família é uma instituição que se mantém ao longo dos tempos, como transmissora de conhecimentos e comportamentos necessários nas vivências sociais.

Para Pereira (2015):

Muitas transformações ocorrem praticamente em todas as esferas, mas nem por isso as famílias ficaram totalmente independentes. O pai sempre era visto como verdadeiro proprietário de riquezas materiais, o condutor e de fácil controle social. Sua obrigação era trazer alimentos para dentro de casa, ficando a mulher para cozinhar e cuidar dos filhos. O casamento era destinado sobre interesse econômico, laços sanguíneos e submetidos a quantos filhos pudesse gerar, voltada a um olhar tradicional e autoritário, sobe pena cruel e estabelecidas pelos pais no ato de desobediência. Por isso a família era entendida como uma instituição importantíssima para a vida social, e que são preparados para procriação, se se assim não acontecesse à família era taxada como improdutiva e discriminada da sociedade na época (PEREIRA, 2015, p. 175).

As famílias passam por transformações de acordo com sua época e seu lugar de origem, mas isso não significa que deve haver rupturas drásticas nos padrões de costumes e valores ensinados e vivenciados.

Esses padrões, quando mantidos, ou modificados de maneiras coerentes, não desfazem os ensinamentos preestabelecidos pelas famílias, dependendo da época vivida.

Atualmente, algumas famílias deixaram de participar efetivamente da vida familiar quanto da vida escolar de seus filhos, mas isso não quer dizer que deixaram de querer o melhor.

Segundo Pereira (2015) os pais continuam desejando o melhor para seus filhos, procuram colocá-los sempre nos melhores lugares, ou seja, nas melhores escolas, com intuito de despertar uma aprendizagem viabilize os valores necessários para inclui-los na sociedade.

O fato de desejar o melhor, não necessariamente seria protegê-los ao extremo, o aluno, jovem tem momentos de buscar sua realização por méritos próprios e a intervenção dos pais em ditar seus caminhos pode ser frustrante.

Também Pereira (2015) enfatiza que

A falta de afeto torna a criança insegura, agressiva e até indisciplinada, como base para formação da criança a família tende a ser um alicerce do qual tem em suas mãos o poder de moldar esses pequenos seres humanos que iniciam sua formação na sociedade, lhe deixar desprovido de afeto e deixá-los insensíveis de forma que o ser humano cresça, carente desse afeto, e a sua falta pode prejudicar muito o desenvolvimento emocional da criança. Percebe-se que toda criança é necessário carinho, com isso sente-se amada pela família faz de tudo para ser a melhor dentro de suas apresentações porque presencia que os pais lhe dão atenção necessária nas suas produções tanto na estrutura familiar como na instituição escolar. Quando a criança não desfruta do carinho necessário suas produções não são aquelas que tem um acompanhamento adequado por seus familiares (PEREIRA, 2015, p. 306).

Quando a vida familiar das crianças é constituída sobre alicerces e pautados sobretudo no carinho, amor, cuidado e proteção, que são elementos primordiais para o desenvolvimento humano, com certeza suas atitudes e ações terão conduta de cunho social.

Essa postura de ser social também refletirá no contexto escolar, propiciando adaptação, convivência com outros, e assim terão sucesso nas atividades familiares e escolares.

A pesquisa possibilitou a observação no cotidiano da escola e dos pais, em envolver as famílias e alcançar participação efetiva para melhorar o desempenho intelectual do educando no espaço escolar.

Nesse percurso aconteceram visitas à escola, análise de documentos, informações sobre reuniões escolares de pais e mestres e como era observada a participação dos pais em relação à frequência e a ausência deles nas reuniões e quais as suas contribuições.

No que diz respeito às ausências, e confirmado pela equipe gestora, é um fator negativo que implica diretamente no comportamento dos educandos, pouco interesse pelas atividades realizadas na escola, falta de atenção, sendo que as atividades para casa, na maioria das vezes, não eram realizadas, entre outros fatores que refletem no baixo rendimento escolar.

Por outro lado, os pais e responsáveis que frequentam as reuniões e participam das atividades escolares frequentemente transmitem para seus filhos confiança e apoio, com isso, os educandos sentem-se mais seguros e confiantes e os resultados aparecem na forma de aprendizagem significativa.

Observou-se, também, que para alguns pais e responsáveis as reuniões escolares são vistas como uma simples maneira de trazê-los até a escola para serem realizadas meras cobranças e, isso vem causando cada vez mais o afastamento desses familiares no convívio escolar, efetivando o pensamento que é responsabilidade do professor e da escola o papel de ensinar e educar.

Entende-se que para acontecer essa aprendizagem cognitiva e significativa dos educandos é necessário que haja uma profunda transformação na concepção das famílias, atuando efetivamente, firmando compromisso e se responsabilizando em acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

Na seção seguinte apresentaremos as concepções da família como parceira no fazer educativo, visto que a família é o principal elo entre o estudante e a escola.

### 2.2.5 Família como Parceria no Fazer Educativo

Atualmente, uma visão é unânime do quanto é difícil educar crianças, devido a crescente globalização, na qual televisão, celular, jogos e internet tornaram-se elementos extremamente essenciais e atrativos no cotidiano das mesmas e dos adolescentes, principalmente dos estudantes e devido a essas distrações uma parcela significativa desse público é levada a não sentir mais atração pelo que se vivencia ou se ensina no universo das escolas.

Nesse paradoxo, ainda é preciso conviver com alguns pais que buscam desculpas em tudo para não se responsabilizarem pelos afazeres da criança na vida escolar. Trabalho,

conflitos familiares e outros percalços acabam contribuindo com o crescente fracasso educacional dos alunos, seja na vida familiar ou na vida escolar.

Diante desses dilemas, Dessen (2005) diz que é necessário enfatizar que a falta de compromisso com o fazer educativo de seus filhos acarretará em baixo nível de aprendizagem e o enfraquecimento do educando dentro do espaço escolar.

Aos pais que acompanham a rotina escolar de seus filhos, esse acompanhamento potencializa a aprendizagem e favorece o sucesso na aprendizagem.

Não é uma tarefa fácil educar crianças e jovens no mundo enfatizado pelo consumismo tecnológico e capitalista, isso tudo deixa as famílias confusas e transfere toda responsabilidade para escola, com o argumento de não dar conta da tarefa de educar.

Tais conflitos fazem com que pais fiquem mudando seus filhos de escola em escola, com o discurso que as anteriores não suprem as necessidades educativas de seus filhos.

Mas, segundo Araújo (2010) esses aspectos não podem ser barreiras dentro do processo educacional, não devem ser viés para desestruturar um ambiente de relevância na vida de pessoas que ainda buscam consolidar sua identidade.

Sabe-se que para solidificar um processo educativo significativo na vida dos educandos é necessário que haja um elo consistente e efetivo, como aqueles que são os maiores interessados no desenvolvimento educacional das crianças.

Ao longo dos anos a sociedade vem passando por mudanças, algumas delas causam grandes impactos, principalmente aquelas que envolvem a estrutura familiar, gerando conflitos e resistência, ocasionando desequilíbrio familiar.

Tais mudanças podem afetar o desenvolvimento cognitivo e psíquico dos indivíduos, tornando as famílias incapazes, e com imensa dificuldade de conduzir o processo educacional de crianças e adolescentes.

Favorini (2009) questiona qual seria a posição da escola como um *locus* de ensino de crianças e adolescentes diante dessas mudanças na família e apontam que existe um discurso de que essa “nova família parece não é capaz de atender algumas demandas educacionais que são a base da educação escolar e delega essa tarefa para a escola”.

Diante dessa problemática é necessário um pensar educativo inovador, voltado a essa realidade que estamos vivenciando no âmbito familiar e que possamos desenvolver e adaptar estratégias para estimular as crianças a vivenciarem o universo escolar.

Witt (2019) destaca que

A família e a escola são as instituições, na ordem, responsáveis pela formação educacional do ser humano. É claro que com isso não estou querendo dizer que a responsabilidade da família como tarefa de educar se resume apenas ao período em que a criança ainda não adentrou ao ambiente da educação sistemática, ou seja, quando ela se encontra circunscrita ao universo da sua casa e das relações ali travadas entre os membros da família. Assim, embora a família seja considerada o grupo primário na condução educacional e na formação da personalidade do homem, sua competência se estende também a entrada e permanência da criança na escola. Portanto, a família deve exercer um papel fundamental, ao lado da escola, na construção de saberes na vida do indivíduo (WITT, 2019, p. 2).

É evidente que família e escola são instituições distintas, nas quais cada uma exerce uma função na vida das crianças, contudo ambas têm os mesmos objetivos e precisam caminhar juntas para que as metas sejam alcançadas, já que o sucesso na instituição escolar está intrinsecamente ligado ao contexto familiar que a criança e o adolescente estão inseridos.

É por meio da família que a criança vai tendo conhecimento do mundo e da realidade a qual está inserida, recebendo cuidado e proteção e assim também vão surgindo os primeiros ensinamentos, sendo que esse processo ocorre de maneira paulatina, tudo no seu tempo para que ela não se sinta pressionada e seu desenvolvimento não seja interrompido.

Quanto a essa questão Abreu (2012) salienta:

A família é bastante importante na educação. A relação entre escola e a família encontra-se ligada às mudanças sociais, à vida em sociedade, à formação do cidadão, etc. Se não existirem famílias bem constituídas, nem escolas bem organizadas, não se encontrarão pessoas civilizadas. A educação da criança compete aos professores e a todos aqueles que são modelos da vida social, sendo assim, a família tem de estar incluída nos processos educativos, esta tem função completar a escola (ABREU, 2012, p. 18).

É indispensável a participação da família no processo de ensino e aprendizagem, é por meio dela que as crianças têm os primeiros contatos com os diversos saberes que perpassam dentro daquele grupo familiar, ou seja, são tradições que ao longo do tempo são vivenciados e, posteriormente, também estarão incluídos nos saberes das próximas gerações, refletindo na convivência e nas regras sociais.

Para Picchioni (2020) a escola e a família ambas têm formativa em parceria

A escola torna-se assim uma instituição formativa global, quanto mais ela é chamada a atuar em parceria junto às famílias, sustentando o exercício da parentalidade e compondo uma rede de apoio que atua inclusive como locus privilegiado de socialização, não apenas das crianças, mas das próprias famílias, que passam a ter

contato entre si e realizam um intercâmbio de hábitos, regras e saberes, que não acontece desse mesmo modo em outro espaço social (PICCHIONI, 2020, p. 61).

De acordo com o autor, é possível firmar essa parceria família e escola é de grande relevância, basta que as famílias entendam que essa parceria deve ser corriqueira e presencial, e os alunos possam perceber a presença de pais no interior da escola, participando ativamente de ações pedagógicas e não apenas nas reuniões bimestrais ou datas comemorativas.

É notório que o envolvimento das famílias nas atividades da escola traz resultados positivos, principalmente quando as famílias estão envolvidas na elaboração das propostas pedagógicas das instituições que são realizadas durante o ano letivo.

Para Costa (2015) “Os pais, ao partilharem a educação dos seus filhos, contribuem para o seu desenvolvimento pessoal, enquanto cidadãos. A participação escolar pode ser um campo de treino para que os cidadãos comecem a praticar valores como igualdade, o pluralismo, a tolerância”.

Nessa perspectiva, é difícil não perceber, dentro do universo escolar, crianças que efetivamente são acompanhadas pelos pais e crianças não acompanhadas, pois de modo geral, aquelas que os pais fazem parte da rotina escola demonstram mais aprendizagem, ou seja, são características específicas desse grupo de alunos, visto que são mais vibrantes, autoestima elevada, confiantes em seus resultados escolares e, também, são autônomos e expressivos.

Os demais, apresentam-se sempre com grandes dificuldades, mas isso não significa que não possam aprender, isso apenas caracteriza que precisam de atenção e cuidados por parte de seus acompanhantes.

A importância da família no processo de desenvolvimento da criança é tão relevante que ganha destaque em vários documentos formalizados pelos governos federal, estadual e municipal, com intuito de garantir às crianças os direitos previstos em leis, principalmente os direitos transcritos na Constituição Federal (CF) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visto que a Constituição Federal determina que a

Família deve assegurar à criança o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de garantir-lhe segurança e protegê-la de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Portanto, como o previsto na lei, a família tem uma ampla contribuição no desenvolvimento da criança, e independentemente da configuração familiar, o papel relativo

à educação não se resume em participar de reuniões de classe para entrega de boletins e ouvir reclamações de professores devido ao mal comportamento e notas baixas, é preciso entender como funciona a escola e participar ativamente nas tomadas de decisões que envolvem ambas as partes.

Sousa (2012), relata sobre a necessidade da participação da família na escola:

A participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, família e escola são os principais suportes com que a criança pode contar para enfrentar desafios, visto que integradas e atentas podem detectar dificuldades de aprendizagem que ela possa apresentar, podendo contribuir de maneira eficiente em benefício da mesma (SOUSA, 2012, p. 6).

Segundo autora, é por meio da família que a escola terá as informações necessárias sobre o desempenho do aluno, um raio-x perfeito e caso seja detectado algum sinal de baixo rendimento escolar, imediatamente a escola traça seus planos de intervenção em busca de superar tais dificuldades.

Esse suporte da família para a escola só ocorrerá se os responsáveis conhecerem as ações planejadas pela instituição e seus objetivos, saber de que maneira estão sendo executadas junto aos alunos, e em contrapartida, isso também só será possível se os pais participarem das atividades desenvolvidas na escola e também em casa, por intermédio dos educandos, essa ação da família contribui de forma eficaz para a educação.

Segundo Díaz (2011) a família ajuda a promover o saber

Podemos assegurar que aprendizagem eleva o “saber” do aluno, pois se torna o mais consciente produto de uma sólida interiorização dos conhecimentos e habilidades aprendidas, mais duradouras no tempo devido, à ativação da memória voluntária, mais prazerosa do ponto de vista afetivo, pois os sucessos a ela vinculados estimulam autoestima do aprendiz, e por último potencializam uma maior e qualitativamente superior aplicação à prática dos aprendizados (DIAZ, 2011, p. 35).

De acordo com o autor, a influência da família desenvolve certas características, potencializa a aprendizagem do aluno, torna positiva e apresenta resultados significativos relacionados à afetividade estimulada no ambiente familiar.

Como já foi mencionado, a família e a escola devem ter os mesmos objetivos, uma não consegue alcançar suas metas distante da outra. Caetano (2009) diz que a

relação entre escola e família, como bem se sabe, ela é complexa, assimétrica e normalmente permeada de conflitos. Portanto, caberá aos educadores convertê-la em uma relação de parceria, já que, se prezam pela qualidade do ensino, não podem ignorar que carecem do envolvimento real dos pais (CAETANO, 2009, p. 54).

Em conformidade com Caetano (2009), família e escola ou vice-versa, sempre terão uma visão incomum, a tendência é estarem em lados opostos, mas como já sabido, a qualidade do ensino e da instituição escolar só terão êxito se todos estiverem do mesmo lado, buscando os mesmos ideais.

Não devemos esquecer que os conflitos são ocasionados, na maioria das vezes por questões centralizadoras, nas quais a escola olha para família como um mero participante que tem a responsabilidade apenas de realizar a matrícula e acompanhar o rendimento escolar da criança, não conseguem ver a potencialidade da mesma como parceira.

Por outro lado, a maioria das famílias querem ir muito além, querem fazer parte do processo pedagógico e político da escola para juntos caminharem em busca de uma educação de qualidade e próspera para todos os educandos.

Na seção seguinte discorreremos sobre a família atual frente às demandas da educação, ou seja, abordaremos alguns pontos que podem ser fatores de interferência no processo educacional.

#### 2.2.6 Família Atual Frente às Demandas na Educação

De acordo com o processo de evolução na composição, estrutura e comportamento das famílias reorganizadas, surgiram também uma diversidade de problemas que interferem diretamente no desenvolvimento cultural e social dos indivíduos.

Segundo Bérghamo (2016) a hostilidade ou *bullying* pode ser entendida como uma interação quase que forçada em que há o predomínio de uma relação de poder exercido por meio de comportamentos agressivos por um ou mais elementos de um grupo para com o outro.

O *Bullying*, conforme Lisboa (2005) *apud* Bandeira e Hutz (2012), é:

o comportamento agressivo pode ser considerado como um processo decorrente da interação que ocorre entre a pessoa e o seu ambiente físico, social e cultural através do tempo, uma vez que emerge na interação social. Dessa forma, a referida autora aponta que é possível afirmar que uma criança está agressiva e não que ela é agressiva (HUTZ, 2012, n p).

A realidade é que a escola virou um local de muitos conflitos e a disposição das crianças diante do desafio de se adaptar às diferentes expressões trazidas pelos alunos.

Segundo Chaves (2013) hoje o *bullyng* pode ser considerado como uma das piores demandas no entorno social, atingindo de forma agressiva os espaços educacionais, chegando a ocasionar uma diversidade de mazelas que vai da evasão escolar até mesmo o suicídio, causando um prejuízo sem precedentes no processo ensino-aprendizagem.

É muito sério o tratamento das diferentes formas de expressão dos alunos quando saem de suas particularidades e acionam lugares que tem opiniões contrárias às suas isso às vezes pode ser muito impactante.

Segundo Bérnago (2016), o bullying pode ser proveniente da busca de poder exercido por comportamentos advindos da liberdade e individualismo adquiridos pelos indivíduos desse novo grupo familiar e que se formou pela nucleação das famílias.

O *bullying* é algo desafiador, principalmente quando ocorre no espaço escolar, vitimando crianças e adolescentes, que muitas vezes geram agressões que deixam cicatrizes para o resto da vida de quem é acometido.

Contudo, é necessário que o aluno seja assíduo e atue sobre seu processo de aprendizagem, e o professor seja assertivo, incentivador e promova situações de ensino para que o estudante aprenda de forma significativa, seja por meio de jogos ou resolução de problemas, para isso o docente deve usar ferramentas que ele já dispõe e outras inovadoras.

Para Pommer (2013) quanto ao aluno, cabe uma responsabilidade em se empenhar

para resolver as situações e daí aprender os conteúdos matemáticos, estando ciente que o professor lhe passou uma situação que, pelo menos, em parte é possível de ser resolvida pelas ferramentas implícitas ou pela lógica. Porém, a situação demanda que o aluno aja, investigue, formule, dialogue com os pares e com os conhecimentos anteriores, mobilizando ferramentas, para encaminhar a solução frente a jogos ou problemas (POMMER, 2013, p. 6).

Simultaneamente ao exposto, a relação entre os objetivos e as considerações apresentadas sobre os jogos na disciplina de Matemática, obtidos pelo autor, se faz relevante às discussões sobre a temática.

Notou-se, pelo exposto, que os jogos podem ser efetivos para o processo de ensino e aprendizagem e que os resultados apresentados são satisfatórios, pois esclarecem quais são as dificuldades dos estudantes, o que pode ajudar sobremaneira na mudança das estratégias de ensino.

Conforme exemplifica Pommer (2013), os jogos matemáticos podem ser uma das demandas para ajudar a minimizar as deficiências no ensino-aprendizagem de alunos na disciplina de Matemática, visto que, se utilizados de maneira lúdica e sem comprometer as

fases do desenvolvimento cognitivo do aluno, eles podem ser uma ferramenta de aprimoramento da aprendizagem das crianças nesse processo educativo.

Em conformidade com o autor, o lúdico aplicado de forma pedagógica em qualquer disciplina, tem efeito satisfatório, mas quando é aplicado na disciplina de Matemática seus resultados são extraordinários devido à aceitação dos alunos se dar de forma homogênea.

Na seção seguinte teceremos informações sobre a ótica dos equipamentos eletrônicos, na qual os mesmos ganharam dimensões na vida das crianças e podem agir como agente inibidor do ensino-aprendizagem.

### 2.2.7 Equipamentos Eletrônicos

A educação constitui-se no processo de aprender e o homem é o único ser capaz de tal realização, mas para que isso ocorra são necessários estímulos e estratégias pedagógicas para que o ensino se transforme em aprendizagem.

Atualmente, as instituições educacionais buscam desenvolver diversas estratégias pedagógicas de ensino para envolver crianças e adolescentes no cenário da educação, mas sempre acabam esbarrando em demandas, que de uma forma ou outra, causam barreiras entre crianças e o processo de ensino-aprendizagem.

O mundo caminha dentro de uma evolução tecnológica, e diariamente uma diversidade de produtos eletrônicos são colocados no mercado mundial, chegando de forma simultânea no convívio das pessoas.

Esse acesso não é restrito e nem limitado a ninguém: televisão, computador, videogame, internet e outros. Tudo isso está inteiramente disponível para crianças, adolescentes, jovens e adultos, podendo ser usados como ferramentas de trabalhos ou de entretenimento.

Em alguns casos, principalmente nos das crianças, o uso desses equipamentos eletrônicos, de maneira não adequada, pode causar vícios e transtornos que vão do baixo rendimento escolar ao isolamento da convivência familiar e social.

Por isso, é importante que o tempo de uso desses aparelhos deve ser controlado pelos pais, posto que as crianças só adquirem experiências e avanços no seu vocabulário por meio de interação com outros sujeitos.

Paiva (2015) afirma que:

As crianças do século XXI nasceram em período no qual a tecnologia é o alicerce da manutenção das relações sociais, por conseguinte, torna-se quase uma tarefa impossível viver sem ela, pois, as crianças antes mesmas de serem alfabetizadas aprendem a utilizar a maioria dos recursos disponíveis pelos aparelhos eletrônicos de forma aleatória sem haver objetivo específico, essa condição provoca dificuldades no processo de aprendizagem desse contingente no âmbito escolar. Portanto, é cada vez mais comum ver a criança no computador dos pais digitando seu nome, ao invés de praticar sua escrita no caderno de caligrafia (PAIVA, 2015, p. 2).

Ainda segundo Paiva (2015), esse modo de convivência dos pais com as crianças é cada vez mais perceptível na sociedade moderna, não temos certeza se esse procedimento familiar tem convicção que dali possa sair algum tipo de aprendizagem cognitiva, ou seja, essa atitude significa um mero conformismo dos pais, a ponto de não serem incomodados pelas crianças ao longo do dia.

Para os autores supracitados, esse comportamento dos pais/responsáveis em fornecer equipamentos eletrônicos para as crianças que ainda estão no processo de desenvolvimento intelectual e cognitivo, pode acarretar um desequilíbrio mental na iminência da criança desenvolver um bloqueio no processo de ensino-aprendizagem e estreitar sua relação com o mundo que a rodeia.

Para Reis (2008) os primeiros jogos eletrônicos surgem aproximadamente na década de 60. Desde então são devidos sua atratividade e a sua aceitação como ferramenta de diversão, tornaram-se cada vez mais populares.

A evolução tecnológica gerada principalmente a partir do desenvolvimento dos computadores permitiu que os jogos eletrônicos se transformassem de tal maneira que muitos dos jogos criados hoje são apreciados até mesmo como obras de arte. Os últimos videogames produzidos atingiram níveis tecnológicos tão avançados que, devido a suas extraordinárias capacidades no processamento e a rapidez na geração de recursos gráficos, conseguem sintetizar imagens cada vez mais semelhantes às reais – o que não pode deixar de ser um grande atrativo (REIS, CAVICHIOLLI, 2008, p. 165).

A inclusão de muitos elementos que distraem para a expressividade de um desenvolvimento voltado à identificação de elementos capacitadores.

Segundo Costa (2015) “Observando o ecossistema das crenças destas famílias, pode-se dizer que naturalmente são mais favoráveis, pois tem acesso à cultura e à informação, muito facilmente, em livros, nas novas tecnologias de informação, de jogos etc”.

Quanto à questão dos jogos eletrônicos, estes se tornaram tão atrativos e populares que atualmente transformaram-se em uma demanda negativa para uma parcela de crianças

em relação ao processo educacional, principalmente quando nos referimos às crianças e jovens.

A grande maioria deles passam o dia inteiro com esses equipamentos eletrônicos, jogando sem um fim pedagógico, deixando suas atividades escolares em segundo plano.

De acordo com as análises do autor, estamos passando por momentos difíceis, as escolas correm atrás de práticas pedagógicas que possam estimular e chamar a atenção dos alunos, visto que atualmente os jogos eletrônicos estão com vantagens sobre as atuais estratégias educacionais.

Como afirma os autores, todos esses avanços tecnológicos tornam tudo tão real, que não deixa de ser atrativo, principalmente para as crianças, que ao retornarem para suas casas após o período escolar, sentam-se de frente à televisão, celular e ou videogame e passam ali horas do dia, deixando suas atividades escolares sempre de lado ou para depois.

Segundo Donadel (2017):

Para a criança que brinca, ficar horas em frente a estes aparelhos é comum, e acaba desenvolvendo certo vício e conseqüentemente dependência, além de instigarem o sedentarismo pelo fato do brincar ocorrer de forma passiva, sem necessidade de movimento. Um exemplo disto é o videogame, que na maioria das vezes é muito importante ser rápido, entretanto o corpo da criança permanece em movimento (DONADEL, 2017, p. 35).

Seguindo as ideias do autor, quando a criança passa horas na frente de brinquedos eletrônicos, além de isso se tornar uma dependência, ela desenvolve problemas de saúde como o sedentarismo, que a leva à apatia, e quando chega da escola, traz na sua bagagem apenas o sentimento da brincadeira, transformando a escola em um verdadeiro passatempo.

Na seção seguinte discorreremos sobre a relação de pais separados, tendência que pode ser fator de interferência no desempenho educacional das crianças.

#### 2.2.8 Pais Separados

A separação dos pais também pode ser um fator que interfere na aprendizagem das crianças, pois quando isso acontece elas acabam sofrendo com transtornos psicológicos que afetam suas estruturas interna e externa, diminuindo sua autoestima, promovendo o mal comportamento, agressividade e o afloramento das dificuldades no ensino-aprendizagem.

A relação entre pais e professores durante o ensino é muito importante na vida da criança, sendo que, às vezes, as dificuldades são causadas por fatores externos.

Segundo Santos (2015) assim, se faz necessária a comunicação entre escola e família para juntos agirem da melhor maneira possível para auxiliar a criança e proporcionar o seu pleno desenvolvimento, encarando suas dificuldades e limitações.

Uma relação harmoniosa e participativa entre essas duas instituições, é fundamental para o processo de desenvolvimento da criança dentro do espaço escolar, principalmente nos primeiros anos de vida escolar, é o momento de descoberta e de confiança no mundo escolar.

De acordo com Santos (2009) pode-se afirmar que a relação entre os pais e os professores:

durante o período de ensino e aprendizagem das crianças, deve ser uma parceria, onde o foco principal seja para o bem-estar da criança e de seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Para que haja confiança, respeito e afirmação de sua autoestima (SANTOS; SOUZA 2009, p. 10).

No ambiente interacional, a criança lida com diferentes condições de aprendizagem, e a instrução e o apoio é essencial para a validação dos fatores de construção e seu desenvolvimento.

Se a família é fundamental no processo educacional das crianças, como afirma Soares (2003), é visível o abandono das crianças por alguns pais, o que corresponde ao descaso tanto ao físico quanto ao intelectual, acarretando no retardo do desenvolvimento das crianças dentro das escolas. Isso pelo simples fato de não serem acompanhadas de forma adequada, visto que são simplesmente matriculadas e os pais imaginam que já cumpriram com o seu dever familiar.

Segundo Casarin (2007) os laços afetivos são muito importantes para a criança, por isso a afetividade e a compreensão fazem parte do processo de aprendizagem, dependendo do ambiente que essa criança viver isso a influenciará. “É na família que a criança irá aprender a base de sua educação, se essa criança não tiver pais presentes isso irá refletir muito”.

O professor tem que estar atento a esses fatores externos à escola, pois é imprescindível que a criança se sinta amada, posto que elas passam uma boa parte do tempo nesse ambiente.

É importante o docente ter um olhar mais atento e empático, podendo assim, saber se seus alunos estão passando por algum momento difícil, se algo está errado.

Muitas vezes eles apresentam comportamentos e sentimentos apáticos e até mesmo queda no seu desempenho/baixo rendimento escolar, visto que a criança passa por turbilhões de sentimentos, que pela imaturidade da idade, por não sabe lidar ou conciliar sentimentos.

Esses aspectos se caracterizam por serem fatores extrínsecos da dificuldade de aprendizagem. Segundo Osti (2012) as dificuldades de aprendizagem abrangem

vários fatores, uma vez que envolvem a complexidade do ser humano. Acredita-se que podem ser decorrentes de um problema fisiológico, um estresse grande vivido pela criança, como, por exemplo, problemas familiares envolvendo a perda de algum parente, problemas com alcoolismo ou drogas, separação dos pais, doenças, falta de alimentação, falta de material e estímulos, baixa autoestima (OSTI, 2012, p. 47).

Observa-se, nesse contexto, que cada vez mais as famílias vêm se distanciando da escola, tornando-se mais ausentes na educação de seus filhos, seja por meio da instrução familiar ou da educação escolar, deixando esse processo sob os cuidados da escola.

Isso ocorre pela necessidade do aumento da carga horária de trabalho, que envolve tanto o pai quanto a mãe, ou seja, pela imaturidade da família que muitas vezes é constituída por jovens ou por diversos outros fatores que causam prejuízos educacionais e emocionais muito grandes às crianças, já que elas necessitam de atenção, proteção e carinho de sua família para um desenvolvimento saudável.

Dentre os fatores entendidos como extrínsecos ou externos, é importante frisar que a separação dos pais é um ponto negativo no desempenho emocional das crianças, principalmente na vida daqueles que estão iniciando sua vida escolar.

Na seção seguinte destacaremos alguns problemas de saúde que afetam os educandos e que muitas vezes não são observados pelos pais e nem pelos professores, tornando-se empecilhos no progresso do aluno.

#### 2.2.9 Problemas de Saúde que Afetam os Educandos

O número de estudantes com doenças e/ou condições crônicas nas escolas tem aumentado. As crianças com uma doença crônica são mais prováveis de terem dificuldades acadêmicas, sociais e emocionais. Os educadores e as famílias devem se assegurar que elas recebam e mantenham uma educação de qualidade.

Essas doenças acabam interferindo na qualidade e rendimento da educação dos alunos, visto que contribuem para um desequilíbrio dentro da sala de aula, onde o docente

observa a falta de atenção, o desconforto da criança ao escrever e muitos outros fatores provenientes de dificuldades visuais.

Segundo Albuquerque (2003) temos uma séria problemática com TDH e anemia. “que devido ao rápido crescimento e desenvolvimento do aparelho ocular, a criança apresenta maior vulnerabilidade aos distúrbios visuais”.

A escola é um local de interação e integração e todos os esforços passam pela somatória de elementos potencializadores de ações que favorecem a adaptabilidade do aluno.

Nesse aspecto, Silva (2013) diz que a dificuldade visual na infância pode comprometer o aprendizado e até mesmo a socialização infantil, afetando funções vitais como a motricidade, cognição e linguagem durante as várias etapas que a criança precisa passar para se desenvolver plenamente.

A aprendizagem é uma construção que aciona elementos ditos prévios da vida dos alunos, uma construção baseada na percepção e nas escolhas que moldam o ser por suas vivências e adversidades.

Segundo Siqueira (2011) os problemas oftalmológicos podem ser considerados a 3ª causa mais frequente de problemas de saúde na fase escolar, podendo ser relacionados às dualidades de aprendizagem e baixo rendimento escolar.

Essa pesquisa demonstrou que a “quase totalidade das crianças brasileiras em idade escolar nunca passou por exame oftalmológico, sendo que menos de 10% das crianças que iniciam sua vida escolar receberam exame oftalmológico prévio (SIQUEIRA, 2011, p. 5).

A observação é que na rede pública de ensino que um alto índice de crianças apresenta queixas em relação à visão, o que interfere diretamente na qualidade da aprendizagem, pois muitas alegam a impossibilidade de enxergar o que está escrito na lousa.

Esses problemas oftalmológicos contribuem para problemas na ortografia, cópias mal feitas, incapacidade de manter os espaços entre a linha de leitura, rasura em excesso ao escrever ou desenhar e incapacidade em se expressarem por escrito.

Segundo Rampelotto *et al.* (2015),

Os problemas visuais podem gerar desatenção, sonolência, dor de cabeça, alterações no estado emocional e psicológico da criança, desinteresse, muitas vezes seguido de indisciplina, e pode tirar ainda, o prazer de atividades como a leitura ou a prática de esportes. Porém, a maioria dos defeitos da visão pode ser corrigida, se for diagnosticada e tratada a tempo (2015, p. 6301).

Dentre os diversos problemas que afetam o desempenho dos alunos diante do processo ensino-aprendizagem, a anemia ferropriva, um dos principais problemas de saúde pública mundial, chegando a afetar uma grande porcentagem da população mundial.

Júnior (2020) destaca que “Sendo também alguns de seus sinais clínicos: palidez, anorexia, apatia, irritabilidade, déficit de atenção e deficiência psicomotora, que por apresentarem sinais que se confundem com outras doenças, muitas vezes não é diagnosticada, contribuindo para a dificuldade de aprendizagem”.

Esses problemas são perceptíveis pela grande maioria dos docentes, mas muitas das vezes eles tornam-se ocultos pelo simples fato de a família não concordar com o posicionamento do professor, e por outro lado, as escolas não tem profissionais que possa fazer essa intervenção junto a família.

Para Leão *et al.* (2013) *apud* Rosa (2017), a expressão dificuldades de aprendizagem é usada para se referir a uma variedade de quadros clínicos que podem interferir

diretamente na aprendizagem, nas interações sociais e no bem-estar da criança. Um aspecto a ser considerado é a necessidade de acompanhamento longitudinal desses quadros e de um plano de cuidado em que a família, a escola e a comunidade se constituem parceiros (LEÃO *et al.*, 2013, *apud* ROSA, 2017).

A família faz seu papel e esse papel reflete nas posturas dos alunos que reproduzem seus ensinamentos no ambiente educacional, são muitos os obstáculos que advém das condições de aprendizagem das crianças que são moldadas a uma vida externa ao ambiente familiar.

Junior (2020) expressa que é considerado um sério problema de Saúde Pública, a anemia pode prejudicar o desenvolvimento mental e psicomotor, causar aumento da morbimortalidade materna e infantil, além da queda no desempenho do indivíduo nas suas atividades diárias e redução da resistência às infecções.

Dentro dessa propositura, se uma criança não for, definitivamente, acompanhada, pode manifestar patologias e não ser diagnosticada em tempo de composição de seu rendimento, muitas das vezes a convivência com a doença promove falta de interesse e isolamento social, ainda que esteja no meio das pessoas.

Para Fretham *et al.* (2012) *Apud* Azevedo (2016), a deficiência de ferro no início da vida afeta pelo menos três grandes domínios neurocomportamentais, incluindo a

velocidade de processamento, o afeto, a aprendizagem e a memória, sendo este último particularmente proeminente. A anemia precoce altera a fisiologia do hipocampo em desenvolvimento, a região do cérebro responsável pelo aprendizado e memória de reconhecimento. Nos primeiros anos de vida

resulta em déficits de aprendizagem e memória que persistem além desse período, apesar do tratamento farmacológico com ferro. Estudos sugerem que o ferro é um nutriente importante para o desenvolvimento normal do hipocampo durante a vida fetal e pós-natal precoce e tardia. Nos seres humanos o hipocampo é submetido a um período de rápido crescimento nos primeiros anos de vida e metabolismo energético, bem como a captação e utilização de ferro aumentam rapidamente no hipocampo durante este período (FRETHAM *et al.*, 2012, apud AZEVEDO, 2016, p. 13).

Nas escolas crianças anêmicas apresentam sonolência durante as atividades e com isso a atenção fica prejudicada, levando ao baixo rendimento escolar.

A deficiência de ferro tem sido destacada como maior impacto em relação ao crescimento e ao desenvolvimento psicossocial, como também em relação ao desenvolvimento motor e cognitivo.

Júnior (2020) considera que as crianças anêmicas apresentam um retardo no desenvolvimento neuromotor que não se recupera mesmo após o tratamento prolongado.

Razões que chama a atenção da família quando denota algum comportamento diferente do habitual e o índice de resultado diferente do esperado, uma criança, ainda que tenha deficiências, se acompanhada devidamente, consegue se integrar ao ensino.

Outro entrave visto em sala de aula é o Transtorno de Déficit de Atenção – TDH, em que muitos pais não aceitam a condição do filho. No entanto, Chedidi (2020) cita que isso pode ser considerado um transtorno relativamente novo, mas que ao mesmo tempo atinge um número significativo de crianças em idade escolar e até mesmo na idade adulta, o que pode afetar condutas sociais, falhas no desenvolvimento cognitivo, físico e emocional.

Isso porque a criança apresenta algumas dificuldades, como fixar atenção ao que é ensinado, são sinais que vão se acumulando e se não for acompanhada de perto, tais sinais ficam imperceptíveis e promove distanciamento da criança com a realidade.

Ramos (2018) relata que a criança precisa de dois tipos de concentração: a seletiva e a sustentada. O aluno acometido de TDAH não consegue equilibrar esses dois lados por ter uma grande oscilação na atenção, o que resulta em distração constante.

Esses entraves para essa criança fazem com seu aprendizado fique defasado, ou que perca consistência devido a influência negativa da doença que vai retardando os aspectos de ação, e mais, destrói o espírito de combatividade que é inerente do ser humano.

Segundo Tannock (2016) o indivíduo acometido por esse transtorno é lento na velocidade e no processamento das ideias, implicando em um ritmo mais lento que os demais.

Faz-se importante mencionar, nesse sentido, que os pais têm um peso considerável na vida dos filhos, ou seja, eles precisam ter paciência e estimular o raciocínio da criança o tempo todo.

Chedidi (2020) destaca que outras características de quem possui TDAH são a distração constante e a sonolência, isso ratifica a importância do acompanhamento metódico dos pais e profissionais para que a habilidade de leitura e da escrita não sejam comprometidas.

Por meio das experiências vividas por profissionais da educação, as crianças que apresentam sintomas ou que são diagnosticadas com esses problemas de saúde enfrentam grandes dificuldades dentro do espaço escolar, que vão desde as deficiências da estrutura física escolar.

A qualificação docente, a rejeição do problema de saúde pelos pais ou responsáveis e o *bullyng*, que passa a fazer parte do universo escolar afetando cada vez mais o processo ensino-aprendizagem.

Na seção seguinte apresentaremos as situações socioeconômicas apresentadas pelas famílias dos educandos e os seus possíveis impactos no desempenho educacional dos alunos.

#### 2.2.2.1 Situações socioeconômicas

Os fatores socioeconômicos influenciam diretamente nos filhos de trabalhadores que enfrentam essa problemática, principalmente na questão educacional, visto que muitas famílias ainda encontram dificuldades para matricular seus filhos, sendo que os pais de baixa renda procuram a escola também por questão de sobrevivência, pois inúmeras vezes a merenda escolar é a única alimentação da criança.

Por outro lado, segundo Bruno (2011) os fatores socioeconômicos dificultam o bem-estar das crianças e o processo ensino-aprendizagem e que futuramente poderá levá-las a conviver com as mazelas sociais, tais como: desigualdade social, racial, salarial, educacional, desigualdade de oportunidade de crescimento (intelectual), de lazer, desigualdade cultural, política e econômica.

Diante de tantas dificuldades, torna-se difícil para os filhos da classe operária, ou seja, os menos favorecidos, participar do contexto escolar e acompanhar o processo educacional de forma adequada e igualitária para quiçá serem críticos em favor de uma sociedade mais justa.

Bezerra (2018) diz que é inegável que as condições socioeconômicas interferem direta e indiretamente no desempenho acadêmico do estudante e, ao mesmo tempo, serve como fator incentivador ou inibidor do interesse do aluno no dia a dia escolar. É claro que

outros fatores servirão de interferências na aprendizagem e permanência do aluno na escola, assim como para a evasão e repetência do aluno.

A evasão escolar atualmente é um dos maiores entraves no processo educacional de crianças e adolescentes, geralmente acaba-se registrando uma porcentagem significativa de alunos evadidos durante o ano letivo, e os fatores são os mais variados.

Mas, podem ser exemplificados aqueles que ganham mais destaques como o não comparecimento da criança no ambiente escolar por ter que trabalhar para ajudar no sustendo da família, ou os pais que mudam frequentemente de bairros ou cidades em busca de emprego e com isso o problema da evasão escolar só aumenta.

A repetência também é um fator que chama a atenção de gestores escolares e especialistas que trabalham o processo educacional, pois para quem tem o propósito de universalizar a educação no país, não se pode viver com a sombra da repetência escolar, esse processo caracteriza o fracasso da educação brasileira.

Para Silva Filho (2017), constata-se que o aluno necessita de forças e “capacidade” de concentração para “aprender a aprender” o mínimo necessário no seu dia a dia escolar.

Portanto, torna-se evidente que na maioria das vezes a condição socioeconômica dos educandos favorece o baixo desempenho no processo ensino aprendizagem, levando os estudantes ao fracasso educacional, ao desânimo e, conseqüentemente, ao abandono escolar.

Falcão (2014) diz que diante dessas conseqüências, o fracasso escolar é um dos fatores socioeconômicos que mais obrigam os educandos a trocarem os bancos escolares pelo “trabalho”, seja ele qual for contando que lhes rendam economicamente o mínimo necessário para sua sustentabilidade. O fator socioeconômico tem total relação com a assiduidade e evasão do aluno.

Os fatores familiares, econômicos, sociais e culturais exercem grande influência sobre o desenvolvimento cognitivo infantil e, conseqüentemente, sobre o aprendizado da criança. Crianças com pais com nível de escolaridade mais elevados, e que vivem em condições socioeconômicas mais favoráveis, são mais propensas a terem um desenvolvimento cognitivo saudável e vantagem educacional.

Atualmente, nos deparamos com uma diversidade de fatores que interferem no desempenho educacional e processo de ensino-aprendizagem, principalmente os que envolvem as crianças e adolescentes, argumentos que não servem mais como desculpas para justificar os baixos índices de aprendizagem que assolam o país.

É necessário que sejam criadas políticas públicas que visem a qualidade da educação e investimentos que possam viabilizar a implantação dessas políticas educacionais.

Na próxima seção destacaremos a influência da família no processo ensino-aprendizagem do educando para a efetivação da aprendizagem.

#### 2.2.2.2 A influência da família no processo ensino-aprendizagem

Neste capítulo apresentaremos uma contextualização da influência da família no processo de ensino aprendizagem a partir da instituição familiar, que é considerada a primeira escola de uma pessoa, a qual subsidia e permite uma mudança de percepção que se converteu em mudanças de atitudes e ancorou as ações educativas, desenvolvidas ao longo dos anos.

A instituição familiar é vista como primeira agência educativa do ser humano e é responsável pelos primeiros ensinamentos, aprendizagens e pela forma como o sujeito vai se relacionar com o mundo a partir de sua localização na estrutura social.

Podemos perceber que conceituar a família não é uma tarefa fácil, vimos também, que é uma das instituições sociais que mais sofreu e sofre com as mudanças ao longo dos tempos, os motivos são inúmeros, em cada época uma definição e, junto de cada definição, um conjunto de normas e regras são contempladas com o objetivo de nortear seus membros familiares.

Apesar de todas essas mudanças ocorridas na estrutura da instituição, que vai da configuração familiar, dos conceitos morais e da autonomia paternal e maternal, ela ainda tem na sua concepção central, que é ela que tem o dever de educar e cuidar, porque a família tem na sua essência o carinho e a afetividade dos seus membros desde o seu nascimento.

Para Lima *et al.* (2019) a participação da família na escola é uma luta que consiste em combater a homogeneidade e a uniformização

de ideias, valores, costumes, atitudes, posições políticas e ideológicas, utilizadas como estratégia de manutenção e perpetuação da dominação e exploração humana, em troca de riquezas, de territórios, de conhecimento, enfim, de poder, de participação. As fontes de diversidade são representadas por todos aqueles grupos que se encontram em parceria social (LIMA, 2019, p. 4).

De acordo com as autoras, é importante a participação das famílias junto à escola, sabendo-se que toda família é fundada em uma base cultural, esse elo possibilitará a integração de conceitos e valores atrelados a saberes que poderão ser vinculados ao universo

familiar, transformando-os em aprendizagem e vivências dentro do núcleo familiar e, posteriormente, passado aos novos membros desse núcleo.

Lima *et al.* (2019) afirmam que:

Quando envolve a família nas responsabilidades escolares, está dividindo tarefas, diminuindo conflitos, somando esforços e acima de tudo multiplicando as oportunidades de termos uma escola melhor. Não esquecendo ainda que, quando se refere a aprendizagem a função da escola é ensinar, e a da família é acompanhar, trazer sugestões para que a escola melhore e conseqüentemente os objetivos sejam alcançados (LIMA, 2019, p. 7).

Seguindo o pensamento das autoras, a família tem um marco essencial na conduta do indivíduo, posto que é a partir de suas orientações que as crianças formulam conceitos e vivenciam experiências para, posteriormente, agregá-los a uma diversidade de valores que serão utilizados no decorrer de sua vida, de acordo com sua responsabilidade.

Oliveira *et al.* (2010) afirmam que a família é considerada a primeira agência educacional

do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social”. Diante dessas afirmações, quando a família compre com sua função de educar, dentro de parâmetros (OLIVEIRA, 2010, p. 100).

Ainda segundo o posicionamento das autoras, sendo a família a primeira instituição social a transferir conhecimentos para as crianças, esse núcleo assume a responsabilidade de conduzi-los dentro de parâmetros éticos e morais. De acordo com esses parâmetros, elas podem se relacionar de forma integral com os demais grupos sociais por meio do que foi ensinado pelo seu núcleo familiar.

Para Cid (2015):

As características das relações estabelecidas no contexto familiar exercem um papel importante no desenvolvimento das crianças e adolescentes e, pensando especificamente na relação entre criança/adolescente e responsável, a compreensão de práticas e estilos parentais contribui para o melhor entendimento deste processo (CID, 2015, p. 429).

A família tem a responsabilidade de apresentar às crianças critérios que estimulem o cognitivo para que elas possam perceber a dinâmica social que, ao longo do tempo, elas farão parte. Todos esses critérios devem ser trabalhos no mundo da criança desde os seus primeiros momentos de vida pelo seu grupo familiar.

Para Damazio (2010) a criança vai elaborando seus códigos de comportamento

conforme experimenta a satisfação ou não de suas necessidades em contato com o mundo externo e as pessoas. O seio materno, a descoberta dos órgãos genitais, os conflitos com as figuras do pai e da mãe, as necessidades orgânicas, a troca de afetividades, tudo isso irá tecendo a rede de experiências cotidianas e simbólicas que representarão o referencial para a formação da personalidade da criança.

A criança não é um objeto, ela é um sujeito que traz consigo a capacidade de ir se moldando de acordo com suas satisfações e a sua relação com os sujeitos que fazem parte de suas experimentações.

Essa formação será vivida pela criança segundo dois mecanismos: a projeção de seu mundo interior no mundo concreto, exterior; e a introjeção (incorporação) das experiências com fatos do mundo circundante sobre sua interioridade, isto é, sua mente. A criança projeta no mundo e nas pessoas suas sensações, fantasias e desejos, e recebe de fora as pressões e as satisfações que serão absorvidas e interpretadas segundo seus meios. O comportamento da criança resulta desse projetar-se no mundo e devorá-lo concomitantemente (DAMAZIO, 2010, p. 114).

Dessa maneira, a criança vai realizando os desejos existentes no seu mundo interior da maneira que eles são percebidos pelo mundo exterior, ou seja, suas vontades só serão realizadas a partir da sua convivência com a sua vida na família, assim serão capazes de compreender suas necessidades e capacidades de desenvolvê-las.

Na seção seguinte trataremos do sentimento da infância que não pode ser interrompido e nem inibido, o que ajudará as crianças na formação de um adulto mais sensível às regras sociais.

### 2.2.2.3 O Sentimento da infância

Assim, ao longo de sua história, a criança vai sendo marcada por critérios que evidenciam uma personalidade construída sob aspectos do comportamento adulto, principalmente quando sua vivência é extremamente pertencente ao mundo adulto, com isso sua essência infantil é tolhida para atender processos comportamentais que alimentam o ego e a postura social de outros sujeitos.

Na perspectiva de Damazio (2010) a contradição central parece residir no seguinte:

a criança é um elemento da sociedade e, como tal, deve ajustar-se nesse contexto. Porém, seu mundo, suas formas de ver o mundo, de senti-lo e apreendê-lo, e de se relacionar com esse mundo é diferente da do adulto. A infância é marcada pela tensão desse ajustamento contraditório. A criança não é melhor ou pior que o adulto, ela é diferente. Diferente porque pensa e sente diferente. E como pode ser e pensar

diferente se o adulto não é outra coisa senão uma extensão da criança? (DAMAZIO, 2010, p. 129).

Seguindo as ideias do autor, a criança na sua infância não pode ser vista apenas como um elemento da sociedade voltado para o sentimento adulto, ela tem que ser vista como um ser social, que interage com outros sujeitos e que precisa de carinho, cuidado e atenção para que seus desejos sejam realizados e sua vida seja completa de sentimentos afetivos para que cresça de forma saudável.

Diante disso, queremos mostrar as variadas justificativas “vigentes”, “falta de tempo”, que vem caindo no esquecimento e ficando para segundo plano: a necessidade de deixar a infância se compor por ela mesma por meio de diversificadas interações com os outros sujeitos e espaços, principalmente com o meio natural, expressando sua liberdade e essência infantil.

Nesse sentido, Barros (2018) corrobora essa ideia ao apontar a necessidade reconhecemos, em qualquer época, que:

[...] o brincar livre como intrínseco à infância, como linguagem essencial por meio da qual a criança descobre e apreende o mundo. Na natureza, a criança brinca através da inteligência de seu corpo e está potente. Ao mesmo tempo, a natureza é ninho e refúgio para momentos de solicitude e introspecção (BARROS, 2018, p. 7).

Sobre infância, cada vez mais a inserção de um discurso mediado por uma natureza egocêntrica, subjetiva e associada ao uso excessivo da tecnologia, desvinculada da visão do adulto.

Do Nascimento Campos (2018) diz que na visão de Rousseau, a educação natural se inicia com o refinamento dos sentidos e o fortalecimento do corpo, visando o desenvolvimento afetivo-sensitivo indispensável para o desenvolvimento cognitivo-moral da criança e necessário à constituição de um ser autônomo e livre.

Contudo, é um conjunto que tem que funcionar harmonicamente, a educação não pode ser vista como algo” mais ou menos” tem que ser efetivo e voltado ao crescimento intelectual do aluno como prioridade.

Para Queiróz (2010) o projeto de educação natural,

tendo como um de seus princípios fundamentais o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos, rompe com um modelo educacional caracterizado pela proteção excessiva e pela precipitação de fases, que analisa a infância tomando como referência o adulto e vendo na criança apenas a incompletude (2010, p. 44).

Partindo do pensamento de Rousseau e Queiróz, tratar a criança como criança não significa dizer que ela vai realizar todos os seus desejos e deixá-la fazer o que bem quiser e, assim, diminuir o dever do adulto frente aos seus ensinamentos pedagógicos.

É importante destacar que infância é uma condição da criança, ela não existe desde sempre e o que hoje entendemos por infância, foi sendo construído ao longo do tempo.

Na seção seguinte serão abordadas as brincadeiras de criança desenvolvidas no contexto da família e de forma lúdica no espaço escolar.

#### 2.2.2.4 As Brincadeiras de criança

As brincadeiras fazem parte da vida das crianças desde os seus primeiros meses de vida, é por meio delas que as crianças desenvolvem seus movimentos motores, desejos e sensações.

A atividade lúdica é relevante tanto no desenvolvimento emocional e social da criança quanto no desenvolvimento cognitivo, pois promove o pensamento abstrato, a aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem, a interação com os outros e o autocontrole das crianças.

Para Santos *et al.* (2010) a brincadeira é um instrumento de emancipação, pois,

uma das características da brincadeira que mais chama a atenção é seu caráter motivador intrínseco. A criança por si só busca e cria a brincadeira, num processo de construção mútua: a criança cria e recria a brincadeira e esta, por sua vez é fator do seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional (SANTOS, 2010, p. 12).

É no ato de brincar que a criança ganha confiança e maturidade, geralmente sua imaginação, se voltada para realidade do mundo adulto, ou seja, reproduzida por meio da brincadeira e o que vivencia no seu dia a dia, é que se exemplifica como desejo e realização pessoal.

Segundo Brougère (2010) que a criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável.

Não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura. É preciso partir dos elementos que ela vai encontrar em seu ambiente imediato, em parte estruturado por seu meio, para se adaptar às suas capacidades. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata, pelo menos nas formas que ela adquire junto ao homem. A criança pequena é iniciada na brincadeira por pessoas que cuidem dela, particularmente sua mãe (BROUGÈRE, 2010, p. 104).

Seguindo os pensamentos do autor, as crianças têm a capacidade de criar e reinventar as brincadeiras, mas nunca deixando de se relacionar com a sua realidade, sua produção está culturalmente ligada ao modo de vida de acordo com a sociedade local, e esse processo caracteriza a identidade de cada região.

Para Alves (2010) isso acontece porque o pensamento da criança evolui a partir de suas ações.

Assim, por meio do jogo o indivíduo pode brincar naturalmente, testar hipóteses, explorar toda a sua espontaneidade criativa. Os jogos não são apenas uma forma de divertimento: são meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual. Para manter seu equilíbrio com o mundo, a criança precisa brincar, criar e inventar. Com jogos e brincadeiras, a criança desenvolve o seu raciocínio e conduz o seu conhecimento de forma descontraída e espontânea: no jogar, ela constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e externo (ALVES, 2010, p. 285).

De acordo com as ideias das autoras, os jogos vão além disso, eles possibilitam às crianças terem agilidade; astúcia; talentos variados, a estabelecer e revisar valores e a estimular as habilidades manuais.

Diante desse pressuposto, será necessário um olhar diferenciado ao processo educacional, principalmente nos educandos que compõem o Ensino Fundamental I, ou seja, os anos iniciais de escolarização.

A partir da inclusão do referido ciclo pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) nas avaliações de larga escala, como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil, as intenções da educação tomaram outros rumos que não condizem com a realidade das crianças que fazem parte desse ciclo.

As responsabilidades recaíram sobre os professores e os educandos de se prepararem para a realização das avaliações e obterem resultados significativos para as escolas, terem bons índices alcançados, e metas estabelecidas pelas escolas também possam ser cumpridas e apresentadas para suas coordenadorias regionais e estaduais.

Esses interesses pelos índices educacionais provenientes das escolas tiraram dos educandos e dos professores do referido ciclo o desejo de trabalharem e desenvolverem a educação por meio da ludicidade, perdendo, de forma circunstancial as habilidades infantis já adquiridas e que favorecem a aprendizagem de maneira concreta.

Beatón (2012) apresenta, a partir do enfoque histórico-cultural, uma série de condições para que o trabalho educativo seja de qualidade cada vez maior, defendendo que:

Para lograr una Concepción del desarrollo humano que le sirva de base a la educación para que aumente su calidad...será necesario tratar de explicar y emplear convenientemente las contradicciones que se presentan tanto en el proceso de la educación como en el desarrollo humano (BEATÓN, 2012. p. 153).

As ideias apresentadas demonstram não só o valor e as possibilidades da brincadeira e do jogo na organização de contextos de ensino, mas também a necessidade de o professor tomar consciência, no seu processo de formação, da explicação que vai assumir sobre o desenvolvimento humano e o papel que a aprendizagem e o ensino podem desempenhar no contexto educacional.

A brincadeira e o jogo são formas naturais e diretas que despertam atenção e concentração para a realização de uma atividade, portanto podem servir de condições oportunas para o desenvolvimento e a apropriação dos conteúdos de matemática, das ciências e de outras áreas do conhecimento produzidos pela humanidade.

Os jogos, incluindo aqueles realizados pelos recursos da tecnologia da informação e da comunicação podem ser recursos usados pelo professor para estimular a criatividade dos alunos.

Não se trata de culpabilizar os educadores, sejam professores ou pais, mas de enfatizar que uma educação escolar de qualidade requer uma educação infantil capaz de promover o desenvolvimento necessário para que a criança possa responder às exigências do Ensino Fundamental e demais segmentos do processo de escolarização.

Dada a complexidade desses desafios, é necessário que os educadores tenham condições de trabalho, que as famílias tenham acesso a condições mínimas de moradia, alimentação e escolarização, que as políticas públicas da educação assumam, de modo claro, o papel que atribuem à escolarização e à função da escola.

Na seção seguinte teceremos informações sobre o nível de escolaridade, que na visão de professores e pesquisadores, é um dos fatores que mais causam impacto negativo no processo ensino-aprendizagem dos educandos.

#### 2.2.2.5 Nível de escolaridade

A escola é um lugar de acolhimento social, é nela que todos visam oportunidades de aprendizagem e, também, é por meio dela que as pessoas buscam desenvolver habilidades e competências para atuarem de maneira responsável dentro das instituições sociais.

Diante dessas perspectivas, tivemos alguns avanços significativos na educação do país, entre eles a universalização educacional, fator relevante nesse processo, mas apesar de todos esses esforços ainda é grande o número de pessoas sem formação escolar ou com baixo nível de escolarização.

Na sua grande maioria as pessoas que apresentam tais dificuldades são de classes sociais mais baixas, englobando principalmente os pais e responsáveis de educandos que estão matriculados regularmente nas redes de ensino público.

Esses fatores podem ser entraves que acabam interferindo de forma negativa no ensino e aprendizagem dos alunos, principalmente para aqueles que contam exclusivamente com o apoio dos seus familiares.

Para Passinhas (2019) nas famílias cujos pais têm baixo nível de escolaridade existe uma desmotivação para a continuidade dos estudos dos filhos.

Existe um contexto vulnerável proveniente de muitas adversidades, no âmbito financeiro, pessoal, familiar, escolar e social. O abandono escolar não é um impulso momentâneo, mas sim o resultado de um acumular de desajustes, sendo para muitos jovens uma fuga do estado de tensão, pois os pais com baixo nível de escolaridade, não têm a formação escolar dos filhos como uma prioridade. Neste tipo de famílias a perspectiva dos pais em relação aos filhos é muito baixa e como tal preferem que o filho arranje um emprego como necessidade de subsistência, pois a sobrevivência prevalece (PASSARINHAS, 2019, p. 19).

Os pais que apresentam baixo nível de escolaridade não demonstram interesse pela aprendizagem dos alunos, não fazem um acompanhamento adequado, de maneira a ajudá-los a desenvolverem uma aprendizagem de qualidade, isso não quer dizer que eles não queiram que seus filhos aprendam, isso demonstra que eles mesmos não tiveram escolaridade o suficiente, sendo assim, não têm condições de contribuir significativa e efetivamente na vida escolar dos seus filhos.

A educação é um bem relevante que deve fazer parte da vida do cidadão e que deve contribuir para o desenvolvimento social, e é por meio dela que adquirimos estabilidade profissional e oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, além do indivíduo ter o sentimento de dignidade e respeito social.

É importante frisar que o direito à educação é assegurado em lei pela Constituição Federal e destacado como direito de todos.

Contudo, é importante mencionar que nos últimos anos o processo educacional avançou significativa dentro do território brasileiro, mas ainda não é possível ser um direito

acessível a todos os cidadãos, ou seja, concretizar a sua universalização que está prevista na lei.

Sendo assim, um grande percentual de brasileiros tem baixo nível escolaridade e um outro grande percentual não tem nada de escolaridade, fazendo parte de um grupo de pessoas chamadas de “analfabetas”.

Para esses indivíduos torna-se uma situação vergonhosa que causa alto índice de desempregados, déficit de moradia, saúde e, acima de tudo, perpetua o número de analfabetos, ou de baixo nível de escolaridade, justamente porque esses cidadãos, ao constituírem suas famílias, não terão condições necessárias para custear suas necessidades básicas.

Para Libâneo (2012) “[...] a instituição escolar, portanto já não é considerada o único meio mais eficiente e ágil de socialização dos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências sociais requerida para a vida prática [...]”.

Parafraseando o autor, é importante salientar que o meio familiar também é responsável por ensinar e transmitir valores, costumes, crenças e hábitos, ferramentas essenciais para sobreviver às dificuldades impostas pela vida ou pelo convívio com os outros.

A partir dessas informações é necessário deixar claro que é fundamental a participação dos pais em todos os processos, principalmente quando envolve o educacional, tanto na escola como no âmbito familiar.

Para Pinto *et al.* (2015) diz que em relação à área da Linguagem as crianças podem também

não ter encontrado no ambiente domiciliar, estimulação adequada para o desenvolvimento de padrões linguísticos, resultando no pior desempenho. Famílias de baixa renda, como aquelas aqui estudadas, geralmente são constituídas por pais de baixo nível educacional e com jornada de trabalho extensa, o que pode ter resultado em pequena disponibilidade de tempo para convivência e estímulo à criança. (PINTO, 2015, p. 1267).

De acordo com os autores, são vários os fatores que podem interferir na aprendizagem das crianças, dentre estes está a falta de escolarização dos pais e responsáveis, que é um problema frequente e que pode afetar diretamente a aprendizagem dos estudantes por meio de vários motivos como: motivação, desenvolvimento cognitivo, socialização integral escolar, entre outros.

Para Ney *et al* (2015) se o rendimento familiar e o apoio dos pais são de fato determinantes mais importantes do nível de escolaridade das pessoas do que a disponibilidade e qualidade dos serviços educacionais,

uma política de democratização do acesso à educação não deve se resumir ao aumento da oferta do ensino público de boa qualidade. Ela também precisa incentivar a demanda da população de baixa renda por educação, enfrentando alguns fatores responsáveis por sua restrição, como a fome, necessidade do trabalho infantil para o sustento da família, ou pouco interesse dos pais em incentivar os filhos a estudarem (NEY, 2015, p. 33-35).

Segundo os autores, é necessário um olhar mais profundo, voltado à promoção de políticas públicas que atendam esse grupo de pessoas com baixa escolaridade, porque são eles os responsáveis por cuidar de outras pessoas, e isso só será possível se todos tiverem um nível de escolaridade adequado para dar suporte para seus familiares e, posteriormente, para seus educandos.

Aspectos como o nível de escolaridade dos pais e o ambiente onde a criança vive demonstram forte influência no desenvolvimento cognitivo.

Cavalcante, *et al.* (2020) enfatizam que os fatores familiares, econômicos, sociais e culturais

exercem grande influência sobre o desenvolvimento cognitivo infantil e consequentemente sobre o aprendizado da criança. Crianças com pais com nível de escolaridade mais elevado, que vivem em condições socioeconômicas mais favoráveis são mais propensas a terem um desenvolvimento cognitivo saudável e consequentemente vantagem educacional (2020, p. 41988).

É notório essas qualidades em crianças que fazem parte de famílias bem estruturadas, ou seja, aquelas que têm um bom nível de escolaridade e bem-estar social, possibilitando condições adequadas para o desenvolvimento educacional dos filhos.

Piccolo (2012) também confirma em seus estudos a influência do nível de escolaridade dos pais para o desenvolvimento cognitivo, e também demonstraram que as condições socioeconômicas da família irão influenciar nesses aspectos.

Crianças que vivem em maior vulnerabilidade econômica, social e cultural têm seu desenvolvimento cognitivo prejudicado, quando não são estigmatizadas como aquelas que têm grandes chances de serem prejudicadas.

O desempenho na leitura também foi um fator relacionado ao nível de escolaridade dos pais e com a situação socioeconômica. Fatores como a renda da família, psicopatologias

associadas à mãe e o ambiente onde a criança reside podem se caracterizar como fatores que predisõem à vulnerabilidade demonstraram terem influência sobre o desenvolvimento da leitura.

Piccollo (2012) mostra que o hábito da leitura no ambiente doméstico é um fator relevante para o aprendizado da criança e para seu desempenho escolar durante toda sua vida acadêmica.

Os fatores familiares, econômicos, sociais e culturais exercem grande influência sobre o desenvolvimento cognitivo infantil e, conseqüentemente, sobre o aprendizado da criança. Crianças com pais com nível de escolaridade mais elevados, que vivem em condições socioeconômicas mais favoráveis são mais propensas a terem um desenvolvimento cognitivo saudável e, assim, mais vantagem educacional.

Na seção seguinte apresentaremos informações sobre o desemprego e seus impactos negativos no bem-estar das famílias, sobretudo na educação de crianças e adolescentes.

#### 2.2.2.6 O desemprego

O desemprego é dos fatores recorrentes nas discussões escolares e apontado por professores e pesquisadores da área como um forte indicador que tem interferência no processo educacional de crianças e adolescente.

Ele afeta grande porcentagem da população brasileira, principalmente aquelas pessoas que têm baixo nível de escolaridade ou aquelas que não têm escolaridade adequada exigidas pelo mercado de trabalho.

É pela falta do emprego que muitas famílias são colocadas em situações de pobreza ou extrema pobreza, contribuindo para a expansão das mazelas sociais e fracasso do indivíduo.

Por outro lado, os fatores familiares, econômicos, sociais e culturais exercem grande influência sobre o desenvolvimento cognitivo infantil e, conseqüentemente, sobre o aprendizado da criança.

Crianças com pais com nível de escolaridade mais elevados, que vivem e em condições socioeconômicas mais favoráveis são mais propensas a terem um desenvolvimento cognitivo saudável e conseqüentemente vantagem educacional.

Quanto a essa questão, Pereira e Novo (2015) falam que:

Antigamente existia uma grande diferença entre as classes sociais, por um lado as famílias de classe pobre eram excluídas, consideradas um fracasso dentro da sala de aula. Seus pais depositavam todo rendimento dos filhos à escola, não tinham noção pra colocar na aprendizagem das crianças, pois além de não saberem ensinar, a quantidade de crianças era grande e não tinha condições para pagar reforço, ficando as crianças a mercê da vida e com isso a maioria não chegava a concluir seus estudos devidos os trabalhos precoces dificultando acompanhar a escola (PEREIRA; NOVO, 2015, p. 551).

De acordo com o citado, constata-se que o desemprego pode ser um fator que compromete o desempenho educacional das crianças, e é por meio dele que pais e responsáveis ficam vulneráveis diante das estruturas sociais causando, desequilíbrio familiar, afetando principalmente aqueles que apresentam baixa estima e insegurança.

Portanto, os fatores proporcionais vindos do perfil socioeconômico podem levar o indivíduo ao preconceito e outras instabilidades sociais.

Diante disso, é visível no cotidiano das crianças o reflexo do desemprego, ou seja, crianças apáticas ou desmotivados para aquisição do conhecimento. Esse é o perfil de alguns estudantes que participam desse grupo familiar e convivem com essa realidade.

Desse modo, Aquino (2017) “faz uma análise quanto ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho e afirma que o investimento em educação foi uma resposta do Estado para fornecer conhecimento e capacitação às novas gerações”.

Predomina a teoria de que os jovens não precisam entrar precocemente no mundo do trabalho, devendo se concentrar em estudar. Contudo, no passado não muito remoto entendia-se que a educação não era tão necessária e os menores deveriam se concentrar no desempenho de tarefas com retribuição pecuniária. Portanto, corrobora a tese inicial que existem duas juventudes: aquela que se prepara para a vida adulta por meio da educação, e outra, que como parte do proletariado, sequer é vista como jovem.

Na seção seguinte trataremos sobre o processo ensino-aprendizagem: conceitos e efetivações para se obter eficácia no processo educacional.

#### 2.2.2.7 Processo ensino-aprendizagem: conceitos e efetivações

Ao longo da história, aprender faz parte da vida do ser humano e é essa busca incansável pela aprendizagem que o torna cada vez mais habilidoso e competente para transformar as coisas complexas em possibilidades mais simples de vivenciá-las.

Para Fernandes *et al.* (2019) há algum tempo, uma forte tendência no campo da Educação

apoiar-se na ideia de que os indivíduos constroem seus próprios conhecimentos, passando assim a ter acesso ao saber. Existem propostas concretas que emergem da sociedade, dos órgãos governamentais, dos educadores, da mídia e dos pesquisadores que têm como objetivo proporcionar ao aprendiz situações que o permita analisar e interpretar questões vindas do cotidiano do cidadão (FERNANDES, 2019, p. 92).

O processo da aprendizagem acontece de várias maneiras, partindo de situações vivenciadas no cotidiano familiar e que acontecem nos moldes da observação, em que as experiências vividas são repassadas pelas gerações e os indivíduos têm oportunidades de aprender, porque o saber é veiculado de forma livre entre todos.

É dentro de sua plenitude que os saberes sistemáticos são transmitidos e sua organização permite ao indivíduo apropriar-se do mesmo por meio das instituições educacionais de ensino ou pelas interações com os meios socioculturais.

Para Torres (2019):

Dentro de uma perspectiva histórico-cultural, que considera os processos de aprendizagem e desenvolvimento intrinsecamente relacionados, e a partir da qual a aprendizagem é considerada como um processo de internalização dos instrumentos construídos socialmente, portanto, tal processo depende das interações sociais vividas pelo indivíduo (TORRES, 2019, p. 4).

Para o indivíduo conceber a aprendizagem é necessária a interação do sujeito com o meio em que está inserido, posto que ele se desenvolve por meio da cultura e nas inter-relações sociais.

Sendo assim, a aprendizagem passa primeiro pelo social para depois tornar-se individual. E diante das informações sobre o desenvolvimento da aprendizagem e como torná-la efetiva, buscamos amparo em estratégias mais recentes para tratar do assunto.

Assim, Para Mota (2018) “A partir dos anos de 1980, surgiu no meio pedagógico uma estratégia ativa contrapondo as ideias e metodologias tradicionais: as metodologias ativas de ensinar” que deram um novo cenário aos moldes metodológicos, visto que, por meio delas, os alunos têm uma maior possibilidade de interação com o conhecimento e, por conta disso, maior acesso à aprendizagem.

Segundo Mota (2018) nesta metodologia, os alunos ganham conhecimento e competências

trabalhando por um longo período de tempo para investigar e responder a uma pergunta, problema ou desafio autêntico, envolvente e complexo. O projeto é, geralmente, contextualizado por um problema significativo a resolver e foca-se nas metas de aprendizagem dos alunos, incluindo conteúdo e competências como pensamento crítico/resolução de problemas, comunicação, colaboração e autogestão (MOTA, 2018, p. 271).

Portanto, as metodologias ativas apresentam recursos para a formação crítica e reflexiva do educando por meio do processo ensino-aprendizagem, ocorrendo de acordo com a interação, a realização de hipótese e a construção do conhecimento de maneira ativa ao invés de um aprendizado positivo.

Portanto, a aprendizagem significativa acontece quando o educando interage com o conteúdo em discussão.

Embora muitos professores não tenham um bom controle da sala, a supervisão e o direcionamento das atividades ainda são necessários para o aprofundamento da aprendizagem.

Na etapa individual, o educando aprende a construir opiniões e a ter responsabilidades, assim como também na etapa grupal. Portanto, a aprendizagem depende de fatores pedagógicos, das reflexões e iniciativas que são desenvolvidas em conjunto, mesmo sob orientação do professor.

As dificuldades encontradas para educar crianças é cada vez mais versátil, digital e em desacordo com os valores propostos pelos currículos que condicionaram sistemas de ensino a desenvolverem metodologias que propuseram um aluno mais atuante, autônomo e responsável pela sua aprendizagem.

O educando precisa sentir que é parte da engrenagem do processo de aprendizagem e ter o sentimento de pertencimento ao grupo ao qual está inserido, pois ele dividirá suas experiências, interesses e voz para as tarefas e atividades a serem desempenhadas, podendo ganhar mais autonomia sobre o aprendizado e, conseqüentemente, maior responsabilidade sobre ele.

A participação da família no processo de ensino e aprendizagem influi na qualidade de ensino e no desempenho dos alunos. A família precisa estar em torno da escola e ter uma participação ativa, pois a interação entre escola e comunidade é de suma importância para o estabelecimento de mecanismos de negociação de normas e regras dentro da escola e na sociedade.

Dessa forma, destacamos que educar significa preparar o aluno para a vida, pois a educação é necessária para que todas as pessoas tenham uma participação efetiva na

sociedade, independentemente da sua condição social, econômica, religiosa e de forma igualitária.

No entanto, cabe à escola o papel de auxiliar nesse processo para a formação desse indivíduo para que ele possa se transformar e compreender a concepção de homem e de mundo.

E, neste aspecto, requer novos métodos de ensino, novos currículos, novas práticas educacionais com aspectos inovadores e reforçar os valores sociais em que o educando e educadores participam do processo de uma nova realidade, pois no campo dos conhecimentos em construção é que se desenvolve esse processo educacional, na prática cotidiana.

Portanto, quando falamos do processo de ensino e aprendizagem é necessário que o professor favoreça a participação dos alunos, com conteúdo que desenvolvam a interação em sala de aula, contando sempre com a sua mediação, que exercerá o papel de orientador em suas dificuldades.

Ademais, as metodologias ativas possibilitam aos educandos uma maior reflexão sobre a aprendizagem, permitindo que os mesmos possam discutir e apresentar, de forma coerente, ideias que contraponham aquilo que já foi evidenciado anteriormente.

Esse modelo de estudos permite ao aluno compreender o seu papel no processo de ensino e aprendizagem.

Diante de algumas informações sobre o conceito de aprendizagem, e sua efetivação, é relevante destacar a importância do contexto sociocultural que ao longo do tempo os indivíduos são inseridos, e quais instrumentos de repasse de aprendizagem são utilizados para que essa aprendizagem seja empregada de maneira significativa.

Para Tiba (1996) acompanhar a vida escolar dos filhos, manter uma comunicação aberta, dar amor, ensinar valores:

repassar as regras sociais, tudo o que possa contribuir para a formação da sua personalidade, do caráter, como também na aprendizagem, condição para crescimento pessoal e profissional. Afinal, a participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo de ensino aprendizagem do aluno (TIBA, 1996, p. 15).

De acordo com o pensamento do autor, a família passa por longos processos de adaptação e mudanças estruturais, mas é importante que ela não perca o ponto vista, sua função essencial, ou seja, que os valores sociais e familiares são as vertentes primordiais para o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Miguel e Braga (2009) evidenciam a importância que se tem:

Da família buscar assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança. Portanto, deve atuar em parceria com a escola, já que ambas são instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo de ensino aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (MIGUEL E BRAGA, 2009, p. 1).

Seguindo as ideias do autor, a família tem papel fundamental em todo o processo de construção do indivíduo, sua interação é que determina a evolução da pessoa, partindo do âmbito familiar para o meio social.

Para Santos (2012), a criança que recebe uma educação de qualidade certamente será bem sucedida, e isso servirá de sustentação para sua criatividade, pois

a família é a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter do cidadão, pois é no ambiente familiar, que a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida. Essas habilidades sociais e sua forma de expressão, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussões em outros ambientes com os quais a criança, o adolescente ou mesmo o adulto interagem, como é o caso da escola (SANTOS, 2012, p. 76).

As crianças que recebem uma boa educação familiar tendem a se desenvolver com mais qualidade, suas características pessoais estão mais adequadas às características sociais, isso demonstra que a família tem influência determinante no processo de efetivação da aprendizagem na vida das crianças.

Nesse norte, Martins e Tavares (2010) indicam que:

Socializar, transmitir os hábitos que capacitam o indivíduo a viver em sociedade, hábitos esses que começam logo na primeira infância, em seu lar, repassados pela família, mas que implicam no ajustamento de determinados padrões culturais e/ou sociais. Da mesma forma, pode configurar-se no ato de estimular, desenvolver e orientar as aptidões do sujeito, de acordo com os ideais da sociedade na qual está inserido, de modo a prepará-lo para a vida e para o trabalho (MARTINS E TAVARES, 2010, p. 254).

Seguindo os pensamentos desses autores, os primeiros contatos com os ambientes sociais são frutos obtidos no âmbito familiar, é a partir desses lugares que os ensinamentos vividos pelos indivíduos serão demonstrados por meio das influências concebidas dentro do seu universo familiar e, posteriormente, inseridos na sociedade.

Por outro lado, o professor deve recorrer a metodologias que possam facilitar o desempenho do aluno, visto que o lúdico é uma estratégia favorável para o desenvolvimento da aprendizagem, pois desperta a criatividade e possibilita uma relação de confiança entre o aluno e o professor.

Diante do exposto, é notório que o lúdico sempre esteve adstrito ao nosso meio, e com o transcorrer do tempo, dentro do âmbito escolar houve uma necessidade de se ter um olhar pedagógico para esse recurso como estratégia de ensino no processo de aprendizagem, sendo assim, o âmbito escolar necessita aliar esse recurso pedagógico na flexibilidade dos conteúdos.

Segundo Bizerra (2017) a ludicidade muitas vezes

pode ser sugerida como proposta pedagógica para o ensino de conteúdo e, sendo utilizada como ferramenta no processo da educação, possibilita para o aluno uma aprendizagem que contribui para o seu desenvolvimento integral, sendo utilizado com a finalidade de atingir objetivos escolares (BIZERRA, 2017, p. 14).

Desta maneira, certifica-se que a ludicidade é uma ferramenta necessária no processo de ensino-aprendizagem do aluno, que pode ser utilizada em todas as disciplinas escolares, proporcionando uma flexibilidade e até interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento.

Apesar de ser uma ferramenta indispensável no processo educacional, ainda é uma prática que não é vista com bons olhos por parte de alguns professores e equipes técnicas das escolas, pois na percepção desses profissionais, quando alguém lança mão dessa metodologia para se trabalhar em sala de aula, surgem algumas críticas a ponto de dizerem que o professor está perdendo tempo com esses tipos de atividades.

Na visão de Hendler (2010) “Os brinquedos têm um papel crucial na vida das crianças, já que é suficiente para ampliar uma interação entre elas; instigar a dinâmica da imaginação e da criatividade, da sensibilidade”. É por isso que a

ludicidade dentro do âmbito escolar só tem a agregar na aprendizagem do aluno, com um planejamento flexível e estruturado, brincadeiras, brinquedos e jogos podem ser um motivador pertinente para a construção do conhecimento significativo, já que são tantas as áreas do conhecimento podem ter esse apoio pedagógico, como: matemática, português, artes, ciências, história, geografia entre outros, basta o professor

internalizar isso como um recurso pedagógico enriquecedor de sua prática escolar (HENDLER, 2010, p.18).

Quando as crianças brincam, elas têm certo poder e criticidade em relação à brincadeira, no faz de conta, nas imitações de situações cotidianas de seus pais, dos colegas e professores, elas demonstram que existe um elo entre o brincar e o aprender, tornando o processo de ensino-aprendizagem significativo, é por meio das brincadeiras e jogos que a criança aprende mais.

Para Rufino (2010) através de jogos e brincadeiras,

a criança passar a conviver com situações que instigam a autonomia, motivados para muitos interesses e capazes de aprender mais rapidamente, uma vez que um dos objetivos do trabalho lúdico é o de auxiliar a criança a obter melhor desempenho na aprendizagem através da utilização de uma metodologia que proponha a espontaneidade e diversão (RUFINO, 2014, p. 17).

Então, a ludicidade como ferramenta de apoio na aprendizagem possibilita novas formas do aluno absorver o conteúdo de forma dinâmica, prazerosa e significativa, a brincadeira contribui para a imaginação; convívio; compreensão do mundo; e para ela poder se socializar, expressar sentimentos e etc.

São vários os tipos de brincadeiras, tais como as educativas, faz de conta, tradicionais e de construção. Para o ensino de conteúdo o mais indicado são as brincadeiras educativas, em que o professor planeja com um objetivo para o aluno aprender e se desenvolver de forma plena.

Portanto, é importante destacar que o lúdico também está entre as metodologias que contribuem com o desenvolvimento das crenças de forma efetiva e integral para o processo de ensino-aprendizagem, com destaque para o sistema motor, cognitivo e psicossocial.

Na seção seguinte trataremos dos procedimentos que a família pode realizar no processo ensino-aprendizagem, visto que ela tem o maior domínio do educando em razão de ser a primeira escola da criança.

#### 2.2.2.8 Procedimentos que a família pode realizar para ajudar no processo ensino-aprendizagem

Partindo da concepção que a família é a primeira instituição social que a criança está inserida e é sua responsabilidade conceder o saber e a aprendizagem, então cabe a ela buscar estratégias ou procedimentos de como realizar esse processo.

Neste sentido, a família é a referência de proteção e socialização dos indivíduos, independentemente de como ela é constituída dentro da sociedade. Enfatiza-se, nesse sentido, que parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso do desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar.

A demonstração de interesse pela vida escolar dos filhos é parte fundamental em seu processo de aprendizagem. Quando a criança tem a certeza que seus pais e familiares se interessam por sua vida e pelo que acontece com ela na escola, se sente valorizada, desenvolvendo-se de forma segura e com boa autoestima.

Díaz (2011) diz que “a aprendizagem eleva o ‘saber’ do aluno, pois se torna o mais consciente produto de uma sólida interiorização dos conhecimentos e habilidades aprendidas”.

Na construção desse conhecimento as estratégias que a família irá tomar serão fundamentais para o sucesso ou insucesso da criança e do adolescente no processo educacional, haja vista que as escolhas feitas pela família podem interferir diretamente nesse processo.

Nessa perspectiva, é possível dizer que a participação da família influencia na aprendizagem das crianças de maneira muito positiva, desde que seja efetiva. É nesse momento que os pais têm a oportunidade de ampliar a afetividade e a troca de experiências que já vivenciaram e, a partir daí, propor ações favoreçam o desempenho e o sucesso da aprendizagem das crianças.

Para Sarnoski (2014) a afetividade também é concebida como o reconhecimento construído através da vivência,

não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem (SARNOSKI, 2014, p. 4).

A afetividade é um dos principais procedimentos para se alcançar o bom desempenho do educando em função da aprendizagem, é por meio dela que as crianças sentem segurança para poder desenvolver suas atividades com qualidade.

O fato de haver maior aproximação ativa da família na escola faz com os profissionais da educação se sintam auxiliados e amparados para ensinar de forma mais eficiente, pois a criança, em todas as suas fases, tem seu primeiro contato com os membros de sua família para depois se socializar na escola.

E, nada mais justo, que a família colabore nesse processo de ajuste na vida social do educando. No enfoque da importância dessa parceria, sabe-se que isso pode desenvolver ainda mais a capacidade interativa na sala de aula, na instituição e com o professor, visto que uma relação saudável entre essas duas instituições faz com que o processo educativo realmente promova a aprendizagem.

Sobre a família em potencializar o ensino-aprendizagem, Almeida (2017) salientam que:

É notória a importância da família no processo ensino-aprendizagem dos alunos. Crianças que percebem uma afinidade entre suas famílias e a escola tendem a se sentir mais seguras, e, naturalmente, a apresentar melhor desempenho nas atividades escolares. Nesta perspectiva, percebe-se que a criança necessita de uma base familiar sólida para sua formação, enquanto ser humano, e que isto não depende apenas de recursos financeiros, mas de afeto e cuidados. (ALMEIDA, 2017, p. 2).

As instituições escolares recebem a família em “eventos simples como, por exemplo, na entrega de boletins, exposições em datas comemorativas e reuniões sistematizadas”.

Apesar disso, essas ações não bastam, é importante haver outros espaços na agenda escolar para que os pais possam participar mais ativamente, como em feiras, palestras, exposições, nas quais eles se sentirão mais à vontade, com um sentimento de pertença do espaço no qual seu filho convive diariamente e, assim, desenvolver uma boa relação com a equipe escolar.

Nesse sentido, podemos observar que são vários os procedimentos que a família pode realizar para contribuir com o desenvolvimento educacional da criança, sendo que o afeto representa o elo central desse processo.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o desenvolvimento da pesquisa, que tem como base analisar as percepções docentes sobre o impacto da relação entre família e escola na aprendizagem de alunos na rede pública estadual em Itacoatiara. Quanto ao procedimento metodológico, optou-se pela pesquisa bibliográfica pela mesma ter sido realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, sendo que este estudo não tem caráter experimental.

Por se tratar de um estudo educativo, a pesquisa segue dentro de procedimentos analíticos e etnográficos aplicados a quatro (4) informantes. Devido ao fato de a pesquisa ser de cunho social, deliberou-se pelo enfoque qualitativo e descritivo para um universo de docentes da escola Luíza de Vasconcelos Dias, perfazendo um total de 20 docentes/amostra e a ser pesquisada, 4 docentes.

#### 3.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA

Sobre o histórico do município de Itacoatiara, sabe-se que seu povoamento na região data de 1655. Na época, o Padre Antônio Vieira criou a Missão dos Aroaquis na Ilha de Aibi, nas proximidades da boca do Lago do Arauató. Contudo, a Missão não teve progresso por causa das investidas dos índios muras, fazendo com que o povoado mudasse de lugar cinco vezes.

Por desconhecimento da área, não foi possível observar que se moviam em uma vasta área governada pelos esses índios, a qual abrangia quase toda a calha do Rio Madeira. Razão pela qual eles se mudaram para a foz do Rio Abacaxis. O povoado, desta vez, instalou-se em terra firme e as investidas dos Muras foram menores.

Com o notório progresso do povoado o Capitão-General-Governador da Amazônia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, em visita ao local, resolveu alavancar o lugar para categoria de Vila.

Porém, os moradores já tinham previamente escolhido um novo lugar em razão da insalubridade e dos constantes ataques dos índios. Desta vez, foi trocada a calha do Madeira pela margem esquerda do Rio Amazonas, mais precisamente no Sítio denominado Itacoatiara. A figura 1 destaca o mapa do Município de Itacoatiara.

FIGURA 1 - Mapa da cidade de Itacoatiara



Fonte: guiamapa.com (2020)

Na próxima seção também vamos conhecer um breve histórico do bairro da Colônia, onde está localizada a escola na qual o estudo foi sendo realizado.

### 3.2 BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO DA COLÔNIA

O bairro da Colônia é um dos 27 bairros pertencentes à cidade de Itacoatiara, no estado do Amazonas. O bairro apresenta uma boa estrutura física e organizacional, é composto por 18 ruas com asfalto e calçadas para pedestres, praças, igrejas católicas e templos evangélicos. A figura 2 descreve o mapa do Bairro Colônia em Itacoatiara.

FIGURA 2 - Mapa do bairro da Colônia



Fonte: guiamapa.com, 2020

Na seção seguinte faremos uma descrição da instituição onde foi realizada a pesquisa para sabermos como a mesma está estruturada em relação à parte física e do corpo docente.

### 3.3 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A instituição pesquisada fica localizada na cidade de Itacoatiara, estado do Amazonas-AM. A escola encontra-se situada em um dos bairros mais antigos, tendo também alguns dos moradores mais antigos e mais ilustres e que fizeram parte do desenvolvimento da cidade, principalmente do bairro, que tem em sua maioria famílias de classe média baixa e em menor proporção famílias de classe média e alta.

A escola tem aproximadamente 33 servidores distribuídos da seguinte maneira: uma (1) gestora, duas (2) pedagogas, vinte (20) docentes, uma (1) secretária, um (1) auxiliar administrativo, duas (2) merendeiras, dois (2) vigias e quatro (4) serviços gerais.

Trata-se de uma escola pública da rede estadual de ensino, que apresenta uma boa estrutura física e organizacional e bom estado de conservação, também possui um dos melhores resultados em avaliações de larga escala da cidade de Itacoatiara e do estado do Amazonas.

Sua estrutura física está dividida em 26 dependências, a maioria delas são climatizadas, como: uma secretaria equipada com dois computadores, duas máquinas de xerox, dois armários de arquivos e um monitor de câmeras, a escola possui sete salas de aulas equipadas com um data show, uma caixa de som, um quadro branco, dois armários, uma pequena estante para guardar livros didáticos e paradidáticos, um laboratório de informática equipado com computadores e câmera de monitoramento; é importante destacar que maioria dos computadores estão sem uso por motivo de manutenção e falta de instrutor.

A escola possui também uma biblioteca com uma diversidade de exemplares, utilizados para leitura e pesquisas realizadas pelos alunos e professores, sendo esta composta de quatro mesas com quatro cadeiras cada, uma sala de professores equipada com um quadro de avisos, uma mesa grande, dezesseis cadeiras, uma geladeira, dois sofás e uma estante com vários livros didáticos e paradidáticos que servem de apoio aos professores no momento de planejar suas aulas.

A escola tem quatro banheiros, sendo dois para uso dos professores, um masculino e um feminino, ambos com vasos sanitários e com espaço físico adaptado para professores que tenham necessidades especiais e dois banheiros para alunos, um masculino e um

feminino, cada banheiro possui três vasos sanitários para alunos de condições normais e um banheiro com vaso sanitário com espaço físico adaptado para alunos que tenham necessidades especiais.

Também possui um auditório com capacidade média para 150 pessoas, equipado com cadeiras tipo longarina, data show, sistema de sonorização, climatização funcionando de maneira adequado. Contudo, ainda não é um espaço ideal para acomodar de maneira satisfatória todos os pais e responsáveis dos alunos, de acordo com quantidade de alunos matriculados.

A escola também possui uma sala de gestão escolar equipada com uma mesa, uma cadeira, um armário, um computador e uma rádio escola, uma sala de supervisão pedagógica também equipada com uma mesa, uma cadeira, um armário, um computador e uma máquina de xerox, uma cantina bem estruturada e climatizada equipada com um fogão, uma geladeira, um freezer, uma área de lavatório, um depósito de merenda escolar climatizado com um freezer, um depósito de arquivo morto, instrumentos musicais e instrumentos de fanfarra, um depósito de equipamentos e outros materiais esportivos, uma sala de TV escola que também serve de espaço para confecção de trabalhos pedagógicos desenvolvidos pela escola e um amplo salão destinado ao refeitório para a merenda das crianças.

Essa unidade escolar recebe alunos nos dois turnos: matutino e vespertino, oferecendo o ensino fundamental – do 1º ao 5º ano iniciais.

Até o ano de 2012 a escola tinha em média 336 alunos matriculados nos dois turnos, matutino e vespertino, a partir de 2013, a escola aumentou significativamente o número de alunos matriculados. No ano de 2020, a escola contabilizou em seu registro de alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino 490 alunos.

Essa demanda significativa ocorreu devido aos bons resultados obtidos pela escola no decorrer dos anos, resultados expressos por meio da Prova Brasil e o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas - SADEAM, que elevaram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola no ano de 2017 para 7,3 sendo um dos melhores resultados alcançado por uma escola de rede estadual do estado do Amazonas e do Brasil.

Esse estudo é referente a alunos que estudando no 4º ano do ensino fundamental I, turno matutino com (30) alunos, contou com a participação espontânea de quatro (4) professores. Todos os servidores participantes do estudo fazem parte da Secretaria de Estado de Educação.

### 3.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizada a pesquisa de abordagem qualitativa, que é de fundamental importância para o pesquisador, pois oferece várias possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais em diversos ambientes em que se relacionam.

Para Freitas (2017) “o enfoque qualitativo fundamenta-se no conjunto de práticas interpretativas centrada no entendimento do significado das ações do SER HUMANO, no qual é capaz de trabalhar com paradoxos, incertezas dilemas éticos e ambiguidades”.

Diante desse contexto, é possível dizer que a pesquisa qualitativa busca retratar o conhecimento vivido diante da realidade do indivíduo.

Minayo (2013) a pesquisa qualitativa

responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, como um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2013, p. 17).

Esse modo de pensar a pesquisa qualitativa torna-se pertinente, visto que a mesma procura compreender aquilo que expressa da subjetividade do sujeito, ou seja, os resultados obtidos são de acordo com a sua natureza ou do conjunto de fenômenos pelo qual vive o indivíduo.

Complementando o exposto, a abordagem qualitativa dos dados permite compreender os comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, haja vista que os dados gerados: “são ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (BIKLEN; BOGDAN, 1994, p. 16).

Os mesmos autores ressaltam outras características relevantes da abordagem de dados adotadas, dentre as quais defendem que na investigação qualitativa:

As questões de pesquisa não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda sua complexidade em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem a investigação qualitativa possam vir a selecionar questões específicas à medida que recolhem os dados, a abordagem da investigação não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou testar hipóteses (BIKLEN; BOGDAN, 1994. p. 16).

Diante dessa assertiva, podemos dizer que a análise dos dados da pesquisa qualitativa se faz de forma indutiva à medida que os dados são gerados ou construídos. E

assim o fizemos, reconhecendo o fato de que a investigação qualitativa não considera confirmar ou refutar suposições previamente estabelecidas, mas construir uma reflexão a partir de uma complexa análise de cunho interpretativa dos dados.

Costa (2019) enfatiza que nos estudos com abordagem qualitativa é mais adequado,

epistemologicamente, falar de número de participantes, do que de amostra (repito, não é errado, apenas, inadequado), porque essa seleção não é feita por um processo estatístico, mas sim, na maioria das vezes, intencionalmente ou por conveniência. É um grupo de indivíduos que atende critérios da seleção e que são de fácil acesso do investigador (COSTA; COSTA, 2019. p. 813).

Levando em consideração os critérios da abordagem qualitativa, o perfil dos participantes deste estudo, ou seja, a amostra que foi retirada do universo de 20 docentes, pautou-se em critérios específicos dos participantes e contempla as perspectivas do pesquisador referentes ao que está sendo investigado, então a escolha dos participantes ocorreu de forma intencionalmente, com intuito de tornar o trabalho mais acessível e prático para o pesquisador.

Santade (2020) diz que a pesquisa qualitativa se define como um estudo não estatístico, que identifica e analisa,

de forma acurada, dados de difícil mensuração de um determinado grupo de indivíduos em relação a um problema específico. Este problema pode estar representado em sentimentos, percepções, sensações e motivações que tentam explicar diversos comportamentos, delimitados num rol de significado que os indivíduos absorvem em suas situações cotidianas. Esses comportamentos acontecem em situações complexas e não mensuráveis e cabe ao pesquisador fazer suas descrições e análises com bases nos dados apresentados com acurada base científica (SANTADE, 2020, p. 5).

A abordagem qualitativa apresenta características relevantes, principalmente quando se trata de pesquisas sociais, nas quais o estudo se volta para o conhecimento e não se aplica diante do isolamento de variáveis, visto que a construção é um ato subjetivo do sujeito, e que ocorre no ambiente natural como fonte direta de coletas de dados, tendo o pesquisador como ferramenta essencial para coletar os dados.

### 3.5 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Para que pudéssemos atingir a proposta do estudo a partir do objetivo geral, quanto à natureza da pesquisa realizou-se uma abordagem básica do tipo descritiva.

Segundo Gil (2008) a finalidade primordial das pesquisas descritivas é expor as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre diferentes elementos. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa descritiva é a mais a convencional entre as pesquisas. Ela é responsável por explicar as características de uma determinada população ou um determinado evento, e por meios destes interpretá-las. Seguindo os critérios da pesquisa descritiva, o pesquisador não pode inferir e nem adulterar a realidade estudada.

Segundo Corrêa (2008) á a pesquisa que busca descrever detalhadamente um objeto de estudo, seja ele uma ação, um experimento ou algo estático.

Pode ser através de uma descrição etnográfica, de um estudo de casa em um trabalho de campo. Porém, é importante um conhecimento prévio do objeto de estudo e de sua contextualização, pois a descrição normalmente tem por base comparações que ajudam a definir o que é descrito (CORRÊA, 2008, p.13).

No campo das pesquisas sociais o pesquisador deve estar atento aos resultados coletados, principalmente quando as respostas deixam dúvidas na leitura e interpretação, para que o mesmo não possa, de forma involuntária, fazer qualquer tipo de ajuste que acabe interferindo na resposta e, posteriormente, possa prejudicar o estudo diante da realidade do lugar.

Quanto à essa questão, Freitas (2017) fala que:

Os modelos de investigação científica descritivos são usados para descrever, diferenciar ou examinar associações, ao invés de procurar relações diretas entre variáveis, grupos ou situações. Não existem tarefas aleatórias, grupos controle, ou manipulação de variáveis. O pesquisador apenas observa o que ocorre naturalmente sem inferir de maneira alguma. É um tipo de investigação científica indicada quando se sabe pouco sobre um determinado fenômeno (FREITAS, 2017, p. 28).

Nesse sentido, os aspectos que fazem parte da investigação abordam as ações que podem ser descritas, aquelas que fazem parte do sentimento e do conhecimento ou dos saberes de determinados grupos ou indivíduos.

Destacamos que o desenho da pesquisa também assumiu o método de pesquisa não experimental.

Para Leggette (2017) um experimento conta com um grupo teste e um grupo de controle e tem valor por determinar exatamente o que causa o fenômeno.

Pesquisas não experimentais se baseiam amplamente em observações não controladas. Embora isso tenha desvantagens, pesquisas não experimentais permitem o estudo de fenômenos que seriam impossíveis ou imorais de estudar. Embora existam vários tipos de delineamento de estudos não experimentais, eles podem ser agrupados em algumas categorias e tem seus pontos fortes e fracos (LEGGETTE, 2017, n. p).

As pesquisas não experimentais, em síntese, não podem usar métodos numéricos para analisar as variáveis dos fenômenos em estudo, pois estes não são deliberadamente manipulados. O caminho a seguir é observar os fenômenos e analisá-los à medida que ocorrem, em seu estado natural.

### 3.6 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

No dia 19/05/2020 fui à residência da gestora da escola para submeter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento para legitimar o estudo na referida escola.

Diante do rigor da pesquisa científica, e a constatação da sua veracidade, torna-se relevante a clareza dos dados obtidos por meio dos estudos empíricos; por esse motivo se faz necessário esclarecer os modos pelo qual se deram o acesso à coleta dos dados para efetivação do estudo.

É importante destacar também que nesse momento o mundo vivia (vive) um surto global de coronavírus, ocasionando a doença covid-19, para a qual os governos tiveram que tomar algumas medidas de prevenção para conter o avanço da doença em seus estados e municípios.

Entre as diversas medidas preventivas, o distanciamento e o isolamento social foram as principais medidas para tentar diminuir o contágio da doença.

Em razão dessas estratégias de prevenção, as escolas foram fechadas e suas atividades presenciais interrompidas e, posteriormente, passaram ser transmitidas via internet por meio de celulares e computadores, medida disposta no Decreto N° 42061 de 16/03/2020, que normatiza a declaração de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCov), e institui o Comitê de Enfrentamento e Combate à COVID-19.

Esses fatos possibilitaram ao pesquisador coletar os dados por meio da plataforma Google, utilizando o Google questionário.

Vale ressaltar, que esses motivos mencionados não interferiram no desenvolvimento da pesquisa e na coleta dos dados obtidos, o que pode ser comprovado nos documentos em anexo.

De acordo com a finalidade da pesquisa, entendemos que se configurava como pesquisa bibliográfica e etnográfica, visto que as características dessas abordagens partem de bases teóricas referentes a diversos estudos publicados.

Para Dantas (2020) a pesquisa bibliográfica “é o estudo desenvolvido a partir de material publicado em livros, artigos, revistas, jornais, periódicos técnico-científicos, dissertações, teses, entre outros, porém todos de fontes científicas”.

Esse conjunto de obras tem a finalidade de ampliar o conhecimento de estudo nessa área, e após apropriação do conhecimento, o mesmo pode ser utilizado como referência teórica que dará sustentação a outros problemas de pesquisa, ou seja, ajudará outros pesquisadores a compor o Estado da Arte para realizar outros estudos.

Para Cöche (2011) “o objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa”.

Essa análise fornece conhecimento adequado para esse tipo de pesquisa, deixando bem sucinto que os dados que serão utilizados pelo pesquisador já estão disponíveis em diversos meios de comunicação.

Para Dantas (2020) “Isso significa que todas as fontes que você irá consultar têm que ser publicações científicas, originadas de uma pesquisa científica. [...] todos os estudos exigem a pesquisa bibliográfica. Porém, algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente com este tipo de pesquisa”.

Sempre que for desenvolver uma pesquisa bibliográfica, é necessário ter um cuidado redobrado com o uso do material pesquisado, estes não podem ser retirados de qualquer lugar, ou seja, que não tenham cunho científico.

Segundo Severino (2017) a pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir de registros de outros trabalhos já publicados, aqueles que aparecem em documentos impressos ou outros meios de plataformas. Os textos tornam-se fontes de pesquisas para outros pesquisadores, que desenvolvem seus estudos por meio de contribuições dos trabalhos analíticos de outros autores.

Por outro lado, a pesquisa etnográfica é o método etnográfico que é usado como padrão científico, porque ele propõe uma dimensão que combina as técnicas e recursos

metodológicos; permite destaque nas estratégias interativas; observação dos participantes nos questionários e no uso das tecnologias, sendo que o método deve ser aplicado de acordo com a comunidade em estudo.

Severino (2017) tece a seguinte informação sobre a pesquisa etnográfica:

A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades, os modos de vida do indivíduo ou do grupo social. Faz registro detalhado dos aspectos singulares da vida dos sujeitos observados em suas relações socioculturais. Trata-se de um mergulho no microsocial, olhando com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. Utiliza-se do método etnográfico, descritivo por excelência (SEVERINO, 2017, p. 109-110).

Por meio dessa síntese, fica exposto que a pesquisa etnográfica dispõe de instrumentos sólidos que amparam as diversas pesquisas e o questionário, quando usado nas pesquisas sociais, ou seja, em grupos sociais, torna-se mais adequado por se tratar da realidade dos sujeitos.

Segundo Baztan (2017) a etnografia é uma metodologia qualitativa que, especificamente,

investiga (descreve e interpreta) a cultura das comunidades, grupos ou organizações. A etnografia constitui assim fonte primária do conhecimento antropológico e se situa no começo de toda análise da cultura, sendo o trabalho de campo etnográfico, o primeiro contato que avaliará as culturas, fundamentalmente através da documentação, da observação participativa e das entrevistas aos informantes (BAZTÁN; CORRÊA, 2017. p. 4).

Portanto, a pesquisa etnográfica está basicamente atrelada ao conhecimento primário, ou seja, à medida que se investiga e se avalia as comunidades, mais aumentam as possibilidades de compreender as relações vividas entre esses grupos. Isso reforça a concepção que a etnografia não pode ser quantificada.

Quanto à natureza da pesquisa, esta é considerada analítica devido a esse tipo de pesquisa envolver o estudo em avaliação mais profunda.

Segundo Thomas *et al.* (2012) “como o próprio nome diz, a pesquisa analítica envolve o estudo e a avaliação, em profundidade, das informações disponíveis na tentativa de explicar fenômenos complexos”. Os diferentes tipos de pesquisa analítica são: “histórico, filosófico, de revisão e de síntese de pesquisa”.

A pesquisa analítica, em síntese, não se preocupa em trabalhar a quantidade numérica, e sim, a ação gerada pelo fenômeno.

Fontenelle *et al.* (2009) afirmam que a:

Pesquisa analítica – é o tipo de pesquisa quantitativa que envolve uma avaliação mais aprofundada das informações coletadas em um determinado estudo, observacional ou experimental, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população. É mais complexa do que a pesquisa descritiva, uma vez que procura explicar a relação entre a causa e o efeito (2009, p. 6).

Diante dessa perspectiva, a pesquisa analítica tem um viés relevante com a pesquisa descritiva, na qual ambas têm uma profunda relação com o conhecimento subjetivo do sujeito.

Nesta investigação adotamos instrumentos de geração de dados compatíveis com o tipo de pesquisa e os objetivos pretendidos. Inicialmente, recorreremos a instrumentos que podem fornecer, de maneira categórica, as informações desejadas pelo estudo.

O primeiro instrumental que adotamos é o questionário. Para Costa e Costa (2019) “Questionário é uma palavra derivada do latim “*questionarius*”, que significa ação de buscar, interrogar”.

De acordo com as perspectivas do estudo, esse é o instrumento adequado para a coleta de dados. Segundo Teodoro (2018) “o questionário – constitui-se de questões formuladas pelo pesquisador para serem respondidas por escrito pelos elementos definidos (amostra).

É importante lembrar que o pesquisador deve ter ciência que os participantes da pesquisa precisam ter os pré-requisitos necessários exigidos pelos critérios do formulário que contemplem o estudo e suas respostas possam atender o rito da pesquisa.

Para Teodoro (2018) o questionário deve conter perguntas claras e objetivas, de fácil compreensão, deve ter clareza quanto ao objetivo da pesquisa e instruções adicionais para auxiliar o investigado sobre o propósito da coleta dos dados.

Num questionário, as perguntas a serem respondidas devem ser formuladas em linguagem clara e compreensível (adequada ao público), seguindo uma certa lógica em sua ordem, limitando-se sempre a uma única questão para cada pergunta. As perguntas podem ser: 1) abertas – maior liberdade de respostas (de sua opinião sobre...); 2) fechadas – quando a pessoa tem um limite delimitado em suas respostas (tipo, sim/não); 3) de múltiplas escolhas – quando há possibilidade de várias respostas, conteúdo, sendo elas já delimitadas (TEODORO, 2018, p. 27-28).

Dentre os diversos tipos de questionários, optou-se pelo formato “estruturado”, ou seja, aquele que combina perguntas abertas (que não fornecem nem sugerem alternativas de respostas), cuja aplicação ocorre no intuito de se obter informações relativas aos participantes do estudo (pesquisa qualitativa do tipo descritiva).

Segundo Santade (2020) o questionário é composto por questões apresentada por escrito aos investigados.

O questionário apresenta-se algumas vantagens, como: possibilidade de atingir grande número de pessoas; menores custos com pessoal em treinamento; garante anonimato das respostas; e, não há influências de opiniões do entrevistador. Entretanto, há limitações que, muitas vezes, verificam-se intenções ou ideologias do entrevistador na elaboração das questões. E, ainda, exclui os que não são letrados; impede a ajuda quando o pesquisado não entende o sentido da pergunta; impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido; não garante a devolução; apresenta um número relativamente pequeno de perguntas; resultados críticos em relação à objetividade porque se apresentam significados diferentes para cada sujeito pesquisado (SANTADE, 2020, p. 11).

Em suma, o questionário é um dos melhores instrumentos usados para coleta dos dados, portanto, o mesmo deve seguir alguns critérios que serão fundamentais para que os participantes do estudo não possam refutar a pesquisa, principalmente quando se aplica um questionário especificamente com perguntas abertas.

Costa (2019) diz que um questionário não deve ser muito longo para não cansar o respondente, e, além disso, não favorece a respostas rápidas,

muitas vezes sem significados. Os questionários podem ser enviados pelo Correio, mas nesse caso, devem acompanhá-los, todas as instruções básicas para seu preenchimento. [...] Todo questionário deve ser validado, ou seja, antes de aplicá-lo aos sujeitos da pesquisa, deve ser feito um pré-teste com um grupo menor, no sentido de identificar possíveis falhas de linguagem e de compreensão. Esses dados do pré-teste, não devem ser considerados no processo de análise (COSTA; COSTA, 2019, p. 1018-1036).

Diante de uma análise sistemática do questionário, e levado em conta suas diversidades quanto aos fenômenos que aborda, conclui-se que ele é o mais indicado para coletar os dados deste estudo.

A seguir apresentamos os objetivos que contemplam cada questão do questionário de acordo com o tema do estudo.

A pergunta 1 tem o objetivo de saber como está o relacionamento dos docentes com a família dos alunos.

A pergunta 2 tem o objetivo de saber em que momento a família do aluno mantém contato com a escola ou com o docente.

A pergunta 3 tem o objetivo de saber com que frequência esse contato acontece.

A pergunta 4 tem o objetivo de saber quais são os motivos que levam os pais até à escola ou até o docente.

A pergunta 5 tem o objetivo de saber se os pais/responsáveis, quando convocados para as reuniões escolares, participam de maneira espontânea.

A pergunta 6 tem o objetivo de saber se é facilmente perceptível o desempenho do aluno que é acompanhado pela família.

A pergunta 7 tem o objetivo de saber se os alunos têm total independência quanto à necessidade de estudarem sozinhos.

A pergunta 8 tem o objetivo de saber se os alunos acompanhados pelos pais/responsáveis apresentam comportamento adequado para a aprendizagem.

A pergunta 9 tem o objetivo de saber se o aluno que possui acompanhamento efetivo da família apresenta melhor desenvolvimento.

A pergunta 10 tem o objetivo de saber se o aluno sem acompanhamento da família apresenta dificuldade na aprendizagem.

A pergunta 11 tem o objetivo de saber qual é o papel da família na educação dos filhos.

A pergunta 12 tem o objetivo de saber como a família pode participar efetivamente no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

A pergunta 13 tem o objetivo de saber se é perceptível alguma diferença entre o desenvolvimento dos alunos acompanhados pela família durante o processo ensino-aprendizagem em relação àqueles cujas famílias pouco ou nunca participam desse processo.

Como já descrito, o questionário é um instrumento de coleta de dados, que entre outras características, possibilita aos participantes da pesquisa exporem, de forma subjetiva, os sentimentos, ou seja, suas respostas ocorrem de acordo com a natureza do lugar onde os seres usam como habitat.

### 3.7 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Para a temática investigada observou-se como questão problematizadora a seguinte indagação: De que formas a relação entre família e escola impacta no processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino em Itacoatiara?

Em concordância com a problemática apresentada, os objetivos desta pesquisa são:

Objetivo Geral

Analisar o impacto da relação entre família e escola no processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino em Itacoatiara-AM.

Objetivos Específicos:

- Verificar quais aspectos motivam a presença da família na escola segundo a visão de docentes que atuam na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM.
- Perceber como o acompanhamento da família influencia na vida escolar dos alunos, segundo a visão de docentes que atuam na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM.
- Apresentar as crenças que os docentes que atuam na rede estadual de ensino de Itacoatiara/AM possuem sobre os impactos da relação entre família e escola no aprendizado discente.

A pesquisa foi realizada em duas fases: 1ª - A primeira fase iniciou-se em 2019 e início de 2020, e foi direcionada para a revisão bibliográfica pertinente à temática.

As leituras percorreram todo o processo da construção deste estudo, além de contribuir na elaboração de um quadro teórico referente à relação entre família e escola.

As fontes foram: livros, artigos científicos, dissertações, teses, revistas e materiais obtidos na internet. Na 2ª - A pesquisa empírica - foi realizada na segunda metade de 2020 e concluída em 2021, junto aos seguintes sujeitos: professores que atuam na escola de Ensino Fundamental I, do município de Itacoatiara - AM.

Diante da aprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e o agendamento dos horários com os profissionais (sujeitos da pesquisa) iniciou-se a coleta dos dados.

Nessa fase, realizamos a aplicação dos questionários semiestruturados com perguntas direcionadas ao grupo dos participantes do estudo, cuja finalidade foi obter as informações e as concepções dos sujeitos da pesquisa acerca da relação entre a família e a escola.

Após aplicação dos questionários foram realizadas as seguintes etapas: coleta e análises dos resultados.

## 4. ANÁLISES E RESULTADOS

Este capítulo 4 apresenta e discute os resultados obtidos nesta pesquisa, que teve por objetivo analisar o impacto da relação entre família e escola no processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino em Itacoatiara-Am. Portanto, mencionaremos dados coletados por meio de questionários estruturados e aplicados aos docentes.

### 4.1 RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÕES DOCENTES

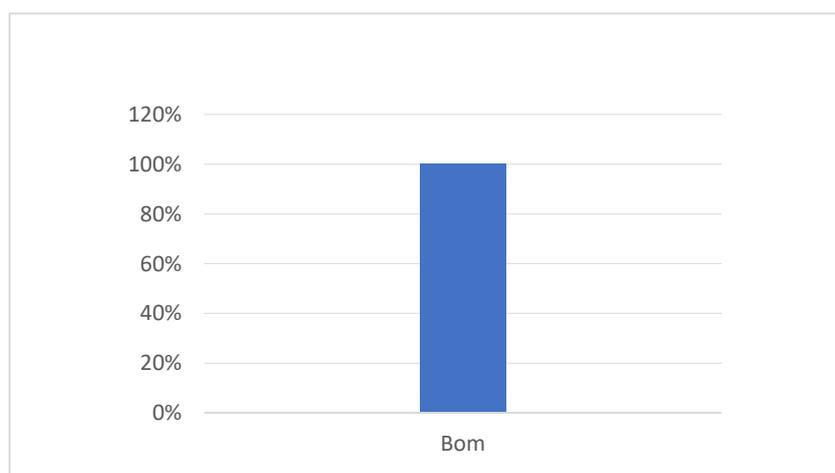
Neste tópico que aborda as perguntas realizadas aos docentes sobre a relação entre família e escola.

sendo apresentados: quais aspectos motivam a participação da família na vida escolar dos alunos na rede estadual de ensino em Itacoatiara/AM; como o acompanhamento da família influencia a vida escolar do aluno na rede estadual de ensino em Itacoatiara/Am, na perspectiva do professor; quais percepções os professores que atuam na rede estadual de ensino em Itacoatiara/Am possuem sobre os impactos da relação entre família e escola no aprendizado descente, entre outros aspectos.

1- Como você avalia o seu relacionamento com a família dos alunos?

A pergunta 1 tem o objetivo de saber como está o relacionamento dos docentes com a família dos alunos. Nesta perspectiva, os informantes da pesquisa copilaram uma única categoria que afirmaram ter um bom relacionamento com a família dos alunos.

GRÁFICO 1 - Relacionamento com a família dos alunos

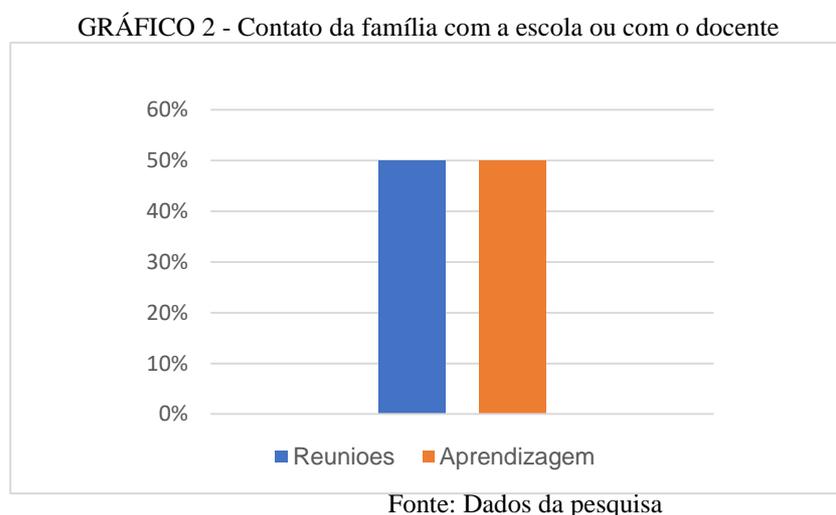


Fonte: Dados da pesquisa

O ambiente escolar é um lugar distinto a todos os indivíduos e é visto como um espaço harmonioso que desperta esperança e conquistas pessoais. Diante disso o gráfico 1 mostra as respostas dos docentes pesquisados que afirmaram ter um bom relacionamento com a família dos alunos, tornando-se um aspecto favorável ao ensino-aprendizagem do mesmo.

2- Em que momento(s) a família do(s) aluno(s) mantém contato com você/a escola?

A pergunta 2 tem o objetivo de saber em que momento a família do aluno mantém contato com a escola ou com o docente. Os docentes pesquisados informaram que há dois momentos em que a família exerce esse contato com professor ou com a escola.



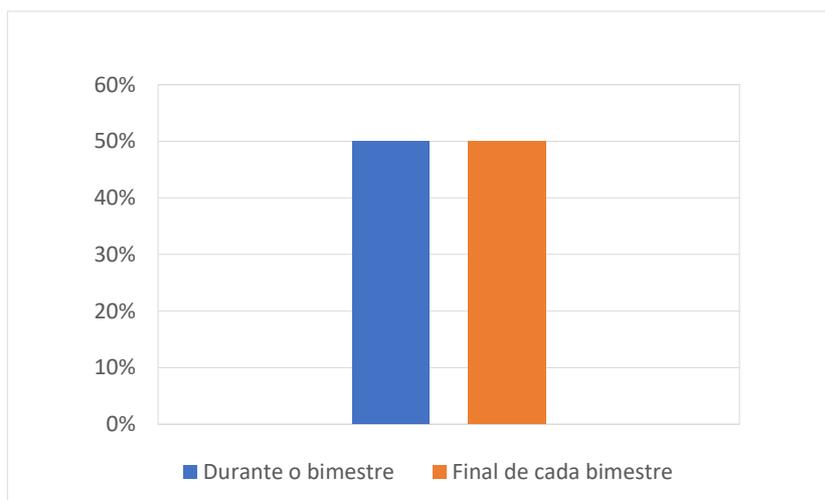
O ambiente escolar é formado por um conjunto de atividades pedagógicas planejadas com objetivos voltados para o ensino-aprendizagem dos alunos, essas ações devem ser acompanhadas diretamente pelos professores, pedagogos e familiares com intuito de alcançar aquilo que foi planejado para processo educativo.

A partir dessas informações os docentes pesquisados apresentaram as reuniões e a aprendizagem dos alunos como pontos relevantes que caracterizam o momento em que a família mantém contato com a escola ou com o docente.

3 - Com que frequência esse contato corre?

A pergunta 3 tem o objetivo de saber com que frequência esse contato acontece. Nesse contexto, os informantes da pesquisa mencionaram quando esse contato ocorre e de que maneira se realiza.

GRÁFICO 3 - Frequência em que o contato ocorre



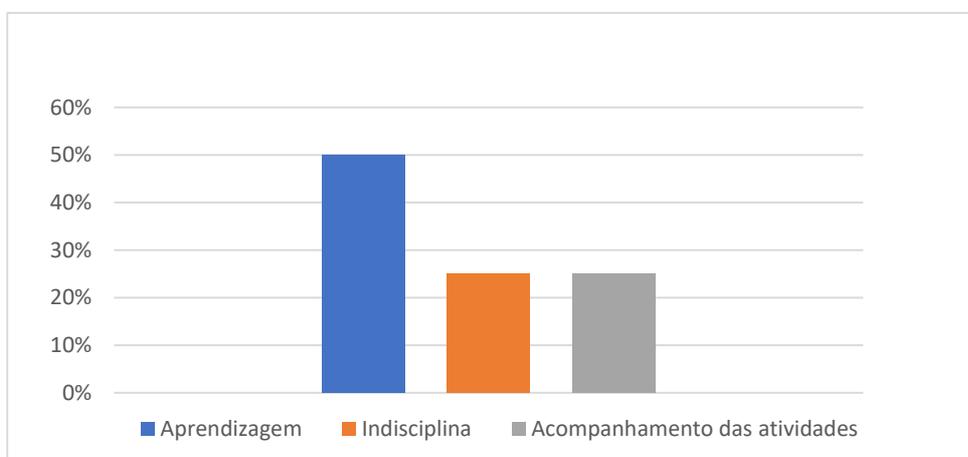
Fonte: Dados da pesquisa

Diante das percepções dos professores, o contato da família com a escola ou até mesmo com o professor é de suma importância e que esse contato deveria ocorrer de forma frequente, tornando essa relação mais amistosa e, conseqüentemente, um resultado mais produtivo diante do processo ensino-aprendizagem dos estudantes.

4 - Geralmente quais são os motivos que levam os pais/responsáveis até você ou até à escola?

A pergunta 4 tem o objetivo de saber quais são os motivos que levam os pais até à escola ou até o docente. Para essa pergunta os informantes da pesquisa apontaram alguns pontos pertinentes que foram copilados no gráfico a seguir.

GRÁFICO 4- Motivos que levam a família até o professor ou à escola



Fonte: Dados da pesquisa

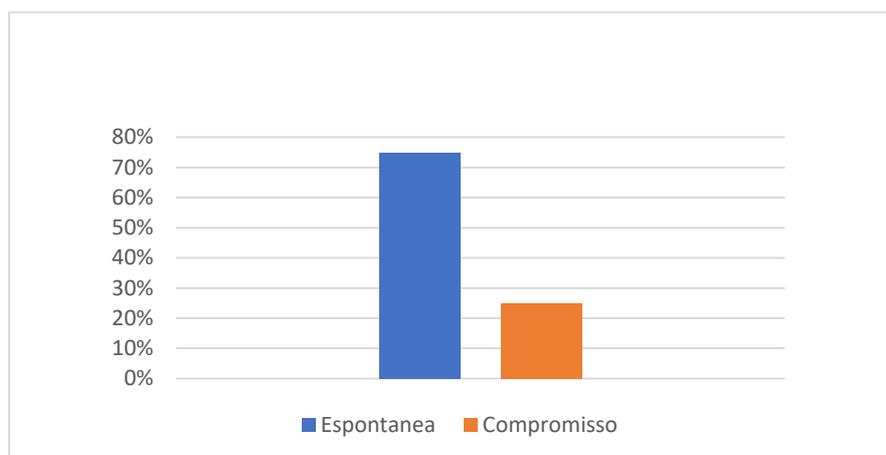
Atualmente, constatamos diversos motivos que impactam o desempenho escolar de crianças e adolescentes, por isso é necessário identificar quais são os principais motivos que podem acarretar deficit de ensino-aprendizagem dentro do universo escolar.

Por meio desta pesquisa professores apontaram alguns pontos pertinentes que podem levar alunos ao fracasso escolar e fazem com que a presença dos responsáveis seja de fundamental importância na escola.

5 - Na sua opinião, os pais/responsáveis participam das reuniões de maneira espontânea? Justifique.

A pergunta 5 tem o objetivo de saber se os pais/responsáveis, quando convocados para as reuniões escolares participam de maneira espontânea. Para esse questionamento os resultados obtidos demonstraram que uma grande porcentagem dos pais/responsáveis participam de maneira espontânea das reuniões escolares e uma pequena porcentagem relata que participa por ser um compromisso.

GRÁFICO 5 - Participa das reuniões de maneira espontânea



Fonte: Dados da pesquisa

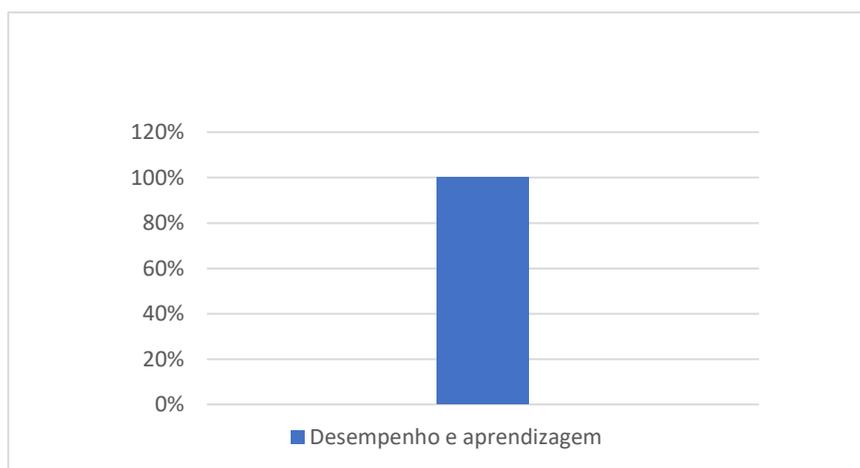
Durante o processo educacional de crianças e adolescentes a escola realiza uma diversidade de atividades culturais e pedagógicas que precisam ser compartilhadas com pais/responsáveis.

Para que essas atividades estejam incluídas no planejamento diário das famílias, é necessário que a escola realize as reuniões bimestrais para que os pais/responsáveis possam se planejar para atender-los nos momentos de convocação.

6 - Na sua opinião, é facilmente perceptível o aluno que é acompanhado pela família? Justifique.

A pergunta 6 tem o objetivo de saber se é facilmente perceptível o desempenho do aluno que é acompanhado pela família. Os resultados obtidos pela pesquisa demonstraram duas características específicas apresentadas pelos alunos acompanhados pela família.

GRÁFICO 6 - Percepção sobre o desempenho do aluno que é acompanhado pela família



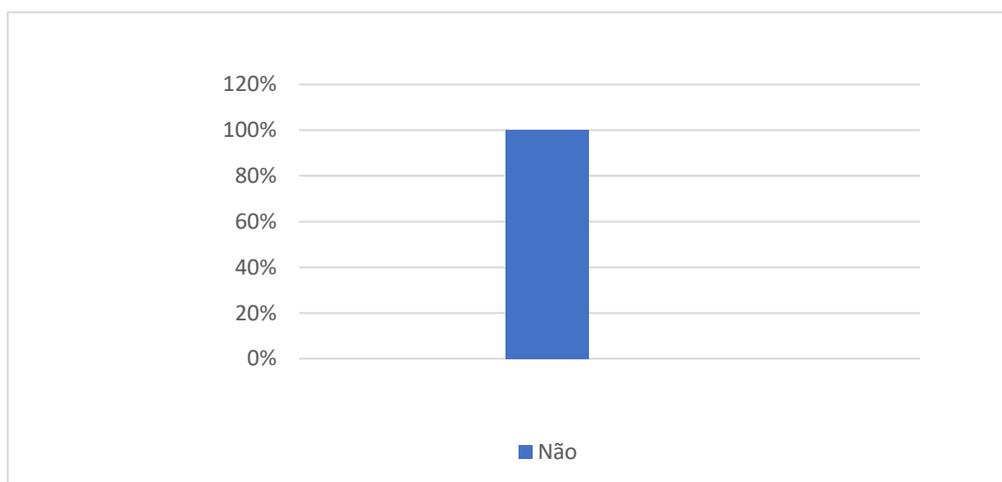
Fonte: Dados da pesquisa

Diante da percepção do professor, a aprendizagem dos alunos é o ápice desse processo ensino-aprendizagem, e para alcançar esse objetivo é indispensável o acompanhamento familiar. A partir desse pressuposto é perceptível o aluno que é acompanhado pela família e esse acompanhamento reflete principalmente no desempenho e aprendizagem dos alunos.

7 - Na sua opinião, os alunos têm total independência quanto à necessidade estudarem sozinhos? Justifique.

A pergunta 7 tem o objetivo de saber se os alunos têm total independência quanto à necessidade de estudarem sozinhos. A pesquisa obteve dados relevantes sobre isso, em que todos os informantes afirmaram que todos os alunos precisam ser acompanhados pela família quanto aos estudos.

GRÁFICO 7 - Independência quanto à necessidade dos alunos estudarem sozinhos



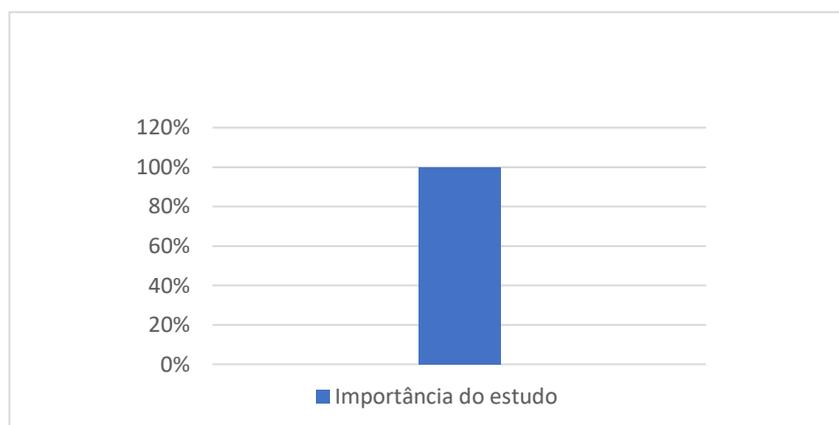
Fonte: Dados da pesquisa

Todos os dias os alunos são submetidos a uma intensiva carga de atividades escolares, que são desenvolvidas na sala de aula e, posteriormente em casa, sob a orientação da família, e na escola sob a diretriz do professor, que em alguns casos isso é quase impossível. Alguns alunos cumprem essa tarefa sozinhos, mas em alguns momentos precisam da ajuda familiar.

8 - Na sua opinião, os alunos acompanhados pelos pais/responsáveis apresentam comportamento adequado para a aprendizagem? Justifique.

A pergunta 8 tem o objetivo de saber se os alunos acompanhados pelos pais/responsáveis apresentam comportamento adequado para a aprendizagem. Diante disso, foram coletados resultados significativos a esse respeito, em que todos os informantes afirmaram ser visível o comportamento adequado do aluno para a aprendizagem.

GRÁFICO 8 - Comportamento adequado para aprendizagem



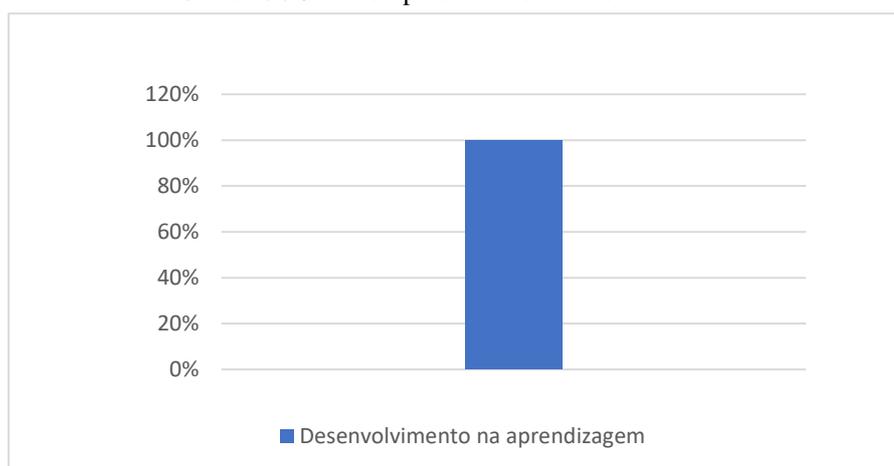
Fonte: Dados da pesquisa

O objetivo do processo educacional é aprendizagem dos alunos, muitas das vezes essa conquista esbarra em algumas dificuldades que são reflexos da própria convivência familiar. Diante desse contexto, é possível retratar que os alunos acompanhados pelos pais/responsáveis apresentam comportamento adequado para a aprendizagem com destaque a importância de estudar.

9 - Você acredita que o aluno que possui acompanhamento efetivo da família apresenta melhor desenvolvimento? Justifique.

A pergunta 9 tem o objetivo de saber se o aluno que possui acompanhamento efetivo da família apresenta melhor desenvolvimento. Os informantes da pesquisa foram unânimes em dizer que o acompanhamento efetivo da família é responsável por melhorar o desenvolvimento no ensino-aprendizagem do aluno.

GRÁFICO 9 - Acompanhamento efetivo



Fonte: Dados da pesquisa

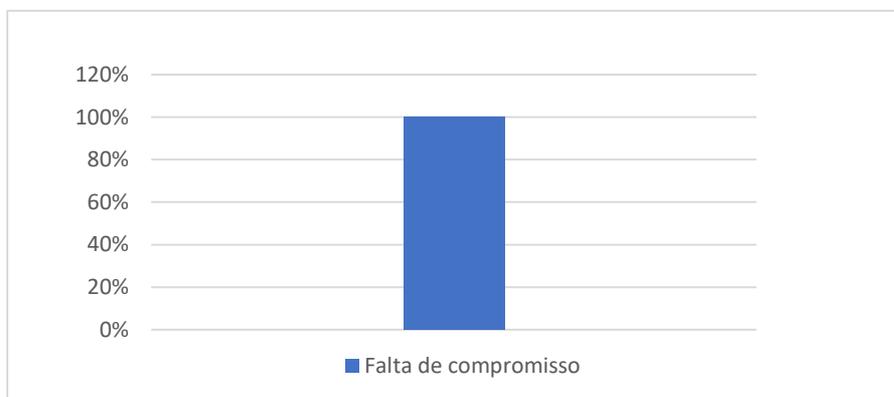
O acompanhamento familiar possibilita um melhor desenvolvimento do aluno, mas para que esse desenvolvimento ocorra é importante manter o grau de efetividade de acompanhamento diário da família para que esse objetivo seja alcançado.

10 - Você acredita que o aluno sem acompanhamento da família apresenta dificuldade na aprendizagem? Justifique.

A pergunta 10 tem o objetivo de saber se o aluno sem acompanhamento da família apresenta dificuldade na aprendizagem. De acordo com a pergunta os informantes da

pesquisa forneceram dados significativos, afirmaram que o aluno sem acompanhamento da família apresenta dificuldade no processo-ensino aprendizagem.

GRÁFICO 10 - Aluno sem acompanhamento da família apresenta dificuldades na aprendizagem



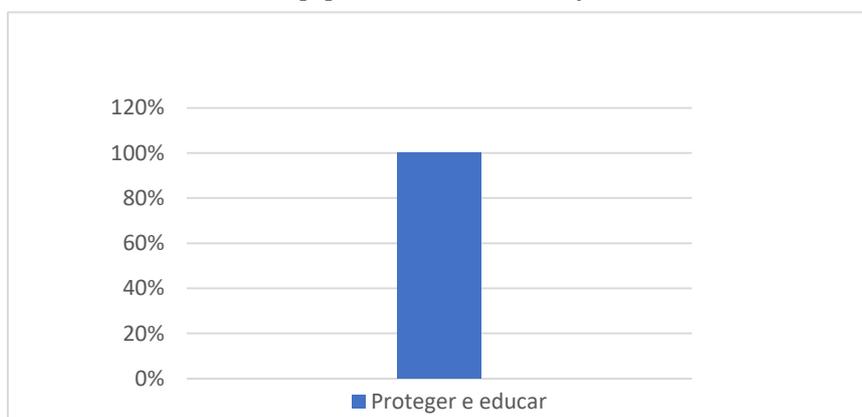
Fonte: Dados da pesquisa

No decorrer do processo ensino-aprendizagem vários fatores causam deficit nesse processo, tornando-o seu desenvolvimento muitas das vezes insignificante. Os professores enfatizaram na pesquisa a falta de compromisso como uma possibilidade que pode levar os alunos a demonstrarem dificuldade na aprendizagem.

11 - Na sua opinião, qual é o papel da família na educação dos filhos?

A pergunta 11 tem o objetivo de saber qual é o papel da família na educação dos filhos. Para essa questão os informantes da pesquisa afirmaram que o papel da família é proteger e educar.

GRÁFICO 11 - O papel da família na educação dos filhos



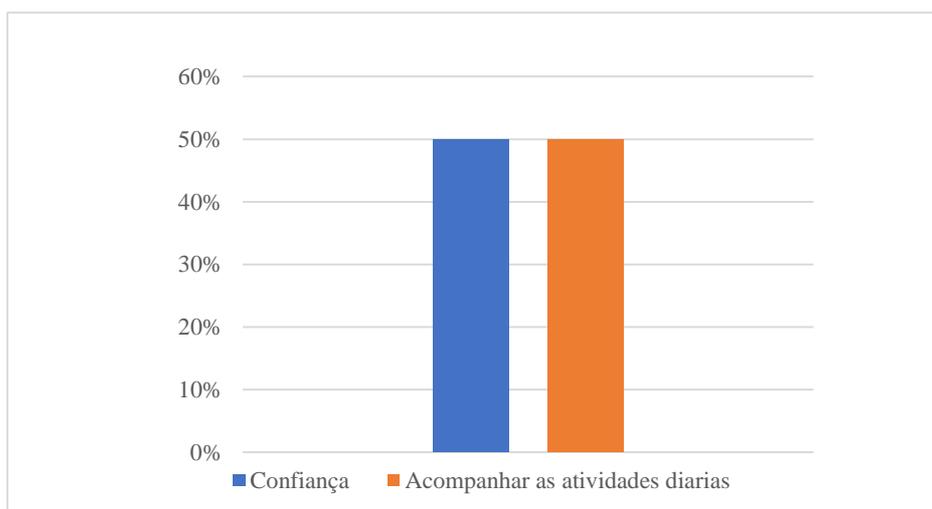
Fonte: Dados da pesquisa

A família é o primeiro núcleo social do indivíduo, é por meio dela que ele conhece e vivência regras que regem a sociedade. Portanto, é fundamental que a família saiba definir a importância do seu papel para que ocorra desenvolvimento no processo educacional dos seus filhos.

12 - Na sua opinião, como a família pode participar efetivamente no desenvolvimento da aprendizagem do aluno?

A pergunta 12 tem o objetivo de saber como a família pode participar efetivamente no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. As respostas obtidas pelos informantes da pesquisa direcionaram alguns pontos relevantes que em sua percepção podem ajudar a família no desenvolvimento de ensino-aprendizagem dos alunos.

GRÁFICO 12 - Participação efetiva no desenvolvimento da aprendizagem



Fonte: Dados da pesquisa

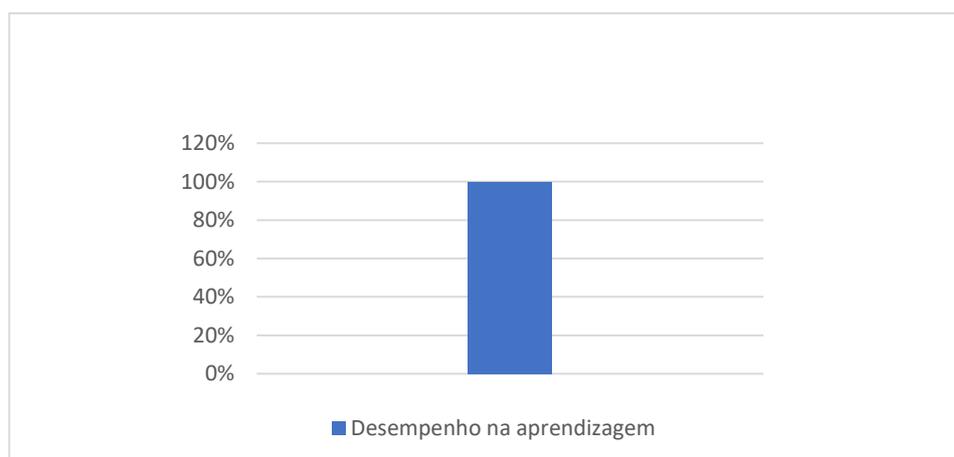
A participação da família é fundamental no desenvolvimento educacional das crianças e adolescente, e existem várias maneiras de isso acontecer, dependendo de como cada grupo familiar se relaciona. Por meio desse questionamento ficou visível que a família tem uma diversidade de elementos que podem contribuir efetivamente na vida escolar do aluno.

13 - Na sua opinião, é perceptível alguma diferença entre o desenvolvimento dos alunos

acompanhados pela família durante o processo ensino-aprendizagem em relação aqueles cujas famílias pouco ou nunca participam desse processo? Justifique.

A pergunta 13 tem o objetivo de saber se é perceptível alguma diferença entre o desenvolvimento dos alunos acompanhados pela família durante o processo ensino-aprendizagem em relação aqueles cujas famílias pouco ou nunca participam desse processo. Diante desse questionamento, os informantes responderam criteriosamente que é notório essa diferença, alunos acompanhados demonstram melhor desempenho na aprendizagem.

GRÁFICO 13 - Diferença entre alunos acompanhados pela família e alunos pouco ou nunca acompanhados



Fonte: Dados da pesquisa

O cotidiano escolar possibilita ao docente um elevado grau de percepção, essa característica permite ao docente um olhar criterioso diante de seus alunos. Portanto, o resultado da pesquisa concretiza aquilo que se estabelece como crença do docente em relação ao acompanhamento da família no dia a dia do estudante.

## **5 DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS ENTREVISTAS E DO PROCESSO**

No capítulo 5 se apresenta a discussão dos resultados obtidos nos questionários aplicados a uma amostra de quatro (4) docentes que lecionam no 4º ano do ensino fundamental, esses resultados estão descritos nos primeiros cinco gráficos relacionados as primeiras cinco perguntas que foram estabelecidas nos questionários e que foram copilados de acordo com a primeira pergunta do problema de pesquisa.

De acordo com os participantes da pesquisa, os familiares dos discentes do 4º ano, tem boa relação com os educandos, essa conduta dos familiares é relevante, porque permite aos responsáveis uma maior aproximação do ambiente escolar e proporciona a criação de um ambiente mais harmonioso entre os familiares e os educandos, por essa razão é possível manter um diálogo coerente entre ambas as partes com o intuito de promover o sucesso dos alunos dentro do processo ensino-aprendizagem.

Os participantes destacaram também que a aprendizagem dos educandos é um item marcante e pertinente que faz com que os familiares estejam sempre presentes na escola para juntos aos educandos obter informações quanto ao nível de aprendizagem dos mesmos e as possíveis dificuldades que podem interferir no seu desenvolvimento.

Na concepção dos educadores essa atitude dos pais/responsáveis é de extrema importância e necessária para promover a aprendizagem das crianças, quando os mesmos percebem que seus pais/responsáveis frequentam o espaço escolar de forma corriqueira para saber como está o andamento do seu processo ensino-aprendizagem, estes tornam-se mais atenciosos e mais responsáveis com suas atividades escolares, conseqüentemente tornam-se mais aptos para a aquisição da aprendizagem.

Portanto, não é dever da família apenas efetivar a matrícula do aluno para o ano letivo escolar é necessário que haja o acompanhamento diário e efetivo para que possa ser assegurado o pleno desenvolvimento do educando e que o mesmo possa ter a garantia de uma educação de qualidade.

No artigo 205, da Constituição Federal (Brasil, 1998), “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Constituição Federal, deixa claro no seu verso, que também é dever da família assegurar uma educação de qualidade dos educandos, visando ao pleno desenvolvimento da

pessoa. Esse desenvolvimento só será efetivado se houver a plena participação da família na vida familiar e escolar do educando.

Em sintonia com a Constituição Federal os docentes declararam que a participação da família de maneira efetiva na escola abre espaço para alinhamento e criação de estratégias para que ambas possam inserir o aluno no cotidiano educacional.

Ivan Roberto (2012) fala “os filhos precisam de pais presentes, proporcionam a vivência da afetividade”.

A presença dos pais/responsáveis em todas as atividades realizadas na escola estão proporcionalmente ligada ao afeto. Isso faz com que as crianças se tornem seguras e amparadas dentro do processo ensino-aprendizagem.

Pereira e Novo (2015) diz que “procura-se a estudar e buscar o quanto o acompanhamento da família na vida escolar, a eficácia adquirida quando há esse entrosamento na vida escolar do filho”.

Por meio desse contexto, fica claro que os alunos precisam da ajuda familiar, a organização da estrutura e dos rumos do estudo carecem de uma integração familiar de base, de modo que consiga, antecipar, possíveis dificuldades encontradas pelos alunos.

Pereira e Novo (2015), também enfatizam, “embora muitas famílias procurem a escola para cobrarem empenho do aluno como do professor”.

Mas é importante destacar que tal atitude reforça o entendimento que a participação da família na escola é essencial, mais que isso não seja a causa de toda participação, portanto, torna-se evidente que família e escola devem caminhar juntas interagindo com a realidade para elevar o desempenho do aluno.

Em outro contexto os participantes da pesquisa relataram que os pais participam das reuniões de pais e mestres que acontece no final de cada bimestre e que a maioria dos pais participam das reuniões maneira espontânea.

Esse é um ponto de destaque, porque as reuniões de pais e mestres ocorrem nos dias normais de aula, tendo em vista que em algumas famílias tanto o pai quanto a mãe estão inseridos no mercado trabalho.

Por essa razão a participação desses responsáveis fica comprometida, fazendo que com muito esforço e dedicação eles acabem encontrando uma maneira de se fazer presente na escola, com a certeza de que é importante a sua participação nas reuniões da escola e por ser o único momento que os mesmos tratam dos assuntos escolares referente aos filhos durante o bimestre.

Na mesma direção o Estatuto da Criança e do adolescente (BRASIL, 1990) no seu artigo 4º afirma “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação”.

Portanto, a família deve cuidar de forma abrangente da criança, principalmente no âmbito educacional, por esta razão é nas reuniões de pais e mestres que a família fica sabendo como está o desempenho do estudante, seus avanços diante da aprendizagem e suas dificuldades, e quais possíveis intervenções a família poderá realizar para suprir tais dificuldades.

Portanto, os resultados do estudo comprovam que as reuniões de pais e mestres é um instrumento pedagógico favorável e usado como estratégia para trazer os pais/responsáveis até a escola, isso porque o estudo aponta para uma parcela significativa de pais/responsáveis.

Comparecendo de maneira espontânea para esse chamado da escola, sendo assim sua eficácia é demonstrada a partir dos desdobramentos das atividades escolares planejadas e realizadas pelos envolvidos para promover e obter um ensino-aprendizagem de qualidade.

Neste mesmo capítulo 5 apresentaremos também a discussão dos resultados obtidos nos questionários aplicados a uma amostra de quatro (4) docentes que lecionam no 4º ano do ensino fundamental, seguindo o mesmo critério já adotado acima, onde os resultados estão descritos a partir do sexto gráfico até o décimo, seguindo a ordem das perguntas que foram estabelecidas nos questionários que vai da sexta pergunta até a décima pergunta e suas respostas foram copiladas de acordo com a segunda pergunta do problema de pesquisa.

Para os participantes do estudo o acompanhamento familiar é primordial e necessário, quase que intransferível, ou seja, é uma ação inerente dos pais/responsáveis, pelo fato de o mesmo ser uma característica que esta vincula a existência do afeto.

Diante do exposto os participantes da pesquisa relataram de forma unânime que é perceptível os alunos que recebem acompanhamento familiar, os mesmos apresentam características de desempenho e aprendizagem, esses fatores tornam-se relevantes para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), versa no artigo 1º a seguinte manifestação, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar”. Portanto, o ato da família ser solidária com a criança e acompanhar suas atividades diárias, seja, na escola ou em casa, desenvolve na mesma o sentimento de

afetividade, conseqüentemente esse sentimento será vivenciado entre as pessoas do seu convívio e posteriormente no meio social.

Picanço (2012) enfatiza que “o papel da família no processo educativo dos educandos é fundamental, senão o mais importante, porque o acompanhamento sistemático, metódico e constante permite que o aluno tenha organização e desempenho escolar efetivo”.

Apesar de o acompanhamento familiar ser abordado praticamente em todos os documentos oficiais, por especialistas da educação e por pesquisadores que acompanham a educação brasileira, as escolas ainda enfrentam muitas dificuldades para efetivar na sua totalidade a presença da família no ambiente escolar, é notório o descaso de pais/responsáveis que acham que o seu papel da família é simplesmente efetuar a matrícula do aluno na escola e o acompanhamento do ensino-aprendizagem fica por conta exclusivamente também da escola.

Quanto a essa questão as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2004), que trata do ensino de 9 anos, traz em sua roupagem, “os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com apoio das famílias [...] devem envidar esforços para assegurar o processo contínuo dos alunos no que refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição o processo contínuo da aprendizagem significativa”.

Caso o apoio familiar não ocorra sua evidencia será comprovada no baixo rendimento escolar do aluno, principalmente porque os alunos nessas faixas etárias ainda não têm autonomia quanto estudar sozinhos, o que revela o estudo da pesquisa.

Por outro lado, o estudo da pesquisa revela também que as famílias que acompanham adequadamente seus alunos despertam nos mesmos, o sentimento da importância do estudo, ou seja, os benefícios que ele trará para o bem-estar social.

Em outras palavras a efetividade acompanhamento familiar do aluno potencializa o seu desenvolvimento na aprendizagem.

O estudo ainda revelou também por intermédio de seus participantes, que sem acompanhamento familiar os alunos não avançam demonstrando principalmente falta de compromisso com seus estudos.

Portanto, os resultados obtidos nesse estudo evidenciam que o acompanhamento familiar influencia na vida do aluno positivamente, tornando-o mais atencioso dentro do espaço escolar, e conseqüentemente alcançando bons níveis de aprendizagem.

A pesquisa apresenta também os resultados que foram obtidos nos questionários a partir das perguntas décima primeira a décima terceira e transcritos nos gráficos de mesma

ordem, esses resultados apresentam as crenças que os docentes possuem sobre os impactos da relação entre família e escola no aprendizado discente, ou seja, destacar positivamente os ganhos educacionais a partir da boa relação entre família e escola.

Os docentes que participaram da pesquisa foram bastantes categóricos quanto as suas percepções, inclusive pelo fato de vivenciarem diariamente o contexto de sala de aula, por esta razão, suas concepções são extremamente coerentes quando se refere ao dever da família na educação dos filhos.

Sendo assim, os docentes responderam que o dever da família está fundamentado no ato de proteger e educar. De fato, essas duas nomenclaturas sincronizam muito com a ato de acompanhar, ou seja, quando os familiares acompanham seus filhos de maneira adequada, simultaneamente está ocorrendo o ato de proteger, e a proteção está vinculada no processo de ensino-aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (2017), discorre:

[...] acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los com suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar [...] (BRASIL, 2017).

Diante das diversas transformações que ocorre no contexto familiar, nenhuma conseguiu tirar a responsabilidade das famílias sobre os seus descendentes, cabe a ela repassar os ensinamentos aos novos membros através das experiências vivenciadas.

Para Nunes (2015) educar “passa da consciência de ser indivíduo, membro da espécie humana, à consciência de ser pessoa, como tudo o que isso implica de empenho na formação permanente, na estrutura da personalidade e no amadurecimento humano”.

Então o ato de educar consiste na relação que a família tem com o indivíduo, essa relação pauta-se na convivência que posteriormente ganha amadurecimento na afetividade, essas ações contribuem para a maturidade da pessoa.

Esse ato ganha destaque porque os primeiros educadores da criança são os familiares, na figura do pai e mãe, é por meio deles que são repassados os valores morais e éticos, e posteriormente a mesma configuração familiar irá acompanhar a educação formal, ou seja, aquela que ocorre por meio das instituições escolares.

A criança por si só é um ser indefeso, ela não tem maturidade para decidir o que é certo ou errado, ela precisa de cuidados, e esse cuidado advém de pessoas adultas, ou seja,

esses cuidados devem partir do seio familiar. Esses são os responsáveis diretos pelo bem-estar da criança, principalmente porque os mesmos são vistos pela comunidade em geral como protetor e cuidador de seus filhos.

Os participantes da pesquisa também enfatizaram que a participação efetiva da família potencializa o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, isso ocorre por meio da convivência familiar e o acompanhamento diário na vida do aluno, essas atitudes, ajudam os alunos a criar um sentimento de confiança, fruto da relação familiar que ocorre através da afetividade entre os alunos e pais/responsáveis.

Por outro lado, a participação da família de maneira efetiva também atua como ativador do desenvolvimento da aprendizagem do aluno que ganha dimensão a partir do acompanhamento nas atividades diárias.

Por esta razão, quando a família acompanha efetivamente os alunos nas atividades diárias, além de deixar os alunos motivados para aprendizagem, deixa os pais aptos para realizar seu dever no processo ensino-aprendizagem dos educandos.

Para Costa (2015) “Os pais, ao partilharem a educação dos seus filhos, contribuem para o seu desenvolvimento pessoal, enquanto cidadãos”. Então não podemos negar que a família é o ponto de partida para todo e qualquer desenvolvimento dos filhos.

É importante frisar que quanto mais a família participa da vida educacional do aluno mais ele apresenta bom desempenho na aprendizagem.

Por essa razão é perceptível o desenvolvimento dos alunos que são acompanhados pelos pais em relação aos que são poucos ou nunca acompanhados, geralmente quando o aluno demonstra baixo nível de rendimento escolar, esse fator está ligado a pouco ou quase nunca a participação da família na escola.

Quanto a essa questão Sousa (2012) diz:

A participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, família e escola são os principais suportes com que a criança pode contar para enfrentar desafios, visto que integrados e atentos podem detectar dificuldades de aprendizagem que ela possa apresentar, podendo contribuir de maneira eficiente em benefício da mesma (2012, p. 6).

Vale ressaltar que o aluno que é acompanhado pela família apresenta comportamento adequado para aquisição do conhecimento, seus rendimentos escolares são expressivos, com isso seu desempenho no processo ensino-aprendizagem é de qualidade.

Portanto, a pesquisa conseguiu responder todo que foi planejado a partir da pergunta do problema, seus objetivos foram alcançados e suas hipóteses confirmadas segundoss as respostas dadas pelos participantes.

A pesquisa retratou que a relação entre família e escola é um ponto crucial para o desenvolvimento do aluno dentro do processo ensino-aprendizagem.

Apesar de serem duas instituições distintas, cada uma desenvolve uma função, mas ambas devem caminhar juntas para que o aluno possa garantir o sucesso educacional e o seu direito a educação possa ser assegurado garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa.

## 6 CONCLUSÃO

Neste capítulo, é traçado os encaminhamentos finais de nossa pesquisa.

Conforme o Capítulo de Introdução, este trabalho nasceu de questionamentos levantados durante a formação acadêmica e no decorrer da nossa vivência educacional. Naqueles momentos, por meio de estágios supervisionados nas escolas da rede municipal e estadual de Itacoatiara, foi verificado diversas discussões de docentes sobre a relação entre família e escola e seus impactos no processo ensino-aprendizagem.

Também foi verificada que a participação efetiva da família na vida escolar do aluno é uma estratégia eficaz no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos discentes.

No entanto, em se tratando de pesquisas voltadas para a relação entre família e escola, não foi deixado de citar alguns problemas que permeiam esse processo.

Com base nos postulados dos documentos norteadores da educação, como a Constituição Federal de 88, e no que dizem os pesquisadores, como nas considerações de Melchiori *et al.* (2014), elencados no capítulo de Fundamentação Teórica, se percebeu que são vários os percalços encontrados na relação entre família e escola.

Entre eles, foram destacados problemas institucionais, como a família não participar da elaboração das propostas pedagógicas e metas preestabelecidas pela escola para o ano letivo; as famílias não se envolverem de maneira adequada da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP); os professores não participam da revitalização do PPP, posto que na muitas das vezes as reuniões de pais e mestres ocorrem nos horários em que os mesmos estão trabalhando.

O auditório da escola não comportar todos os pais para as reuniões e problemas relacionados aos docentes que, muitas das vezes, se sentem desestimulados em exercer sua função devido à falta de políticas públicas de incentivo à formação continuada.

Outro percalço verificado no processo ensino-aprendizagem, além de problemas relacionados aos alunos que apresentam muitas dificuldades em seu desempenho educativo, ocorrem pelo mal uso de equipamentos eletrônicos, impedindo que eles se concentrem nas atividades escolares quando estão em casa; pais separados; problemas de saúde; situações socioeconômicas; nível de escolaridade dos pais e o desemprego que, de alguma forma, está presente em suas vidas.

Dessa maneira, tendo em mente a relação entre família e escola: percepções docentes sobre o impacto na aprendizagem de alunos, foi proposto este trabalho acadêmico de Mestrado.

Para alcançar os objetivos, além do levantamento teórico sobre a temática da relação entre família e escola, foi fornecido um questionário de perguntas abertas para os docentes, lembrando que foram quatro professores que participaram do nosso estudo. Foi escolhido o 4º ano do ensino fundamental devido à familiaridade dos docentes com os alunos e familiares e por eles atenderem aos requisitos propostos pela pesquisa.

A primeira pergunta questiona quais aspectos motivam a participação da família na vida escolar dos alunos na rede estadual de ensino. De acordo com a proposta da questão, como pretendido saber quais são as ações que a escola desenvolve para trazer, efetivamente, os pais e responsáveis para dentro da instituição, com o intuito de acompanhar a vida escolar do(s) filho(s) e por meio deste alcançar resultados significativos no processo ensino-aprendizagem.

Diante desse pressuposto, o primeiro objetivo foi verificar quais aspectos motivam a presença da família na escola segundo a visão de docentes que atuam na rede estadual de ensino.

Para esse objetivo, foi traçada a seguinte hipótese: De acordo com as crenças dos professores sobre a relação entre família e escola, o principal aspecto que motiva a presença da família na instituição são as reuniões de pais e mestres que ocorrem no final de cada bimestre. Como descrito no capítulo de Análises e Resultados, a pesquisa confirmou essa hipótese ao considerar as respostas dos docentes que participaram do estudo, no qual afirmaram que os pais e responsáveis vão à escola para tratar de assuntos referentes à vida escolar dos filhos somente quando são convidados pela equipe gestora para participar das reuniões de pais e mestres, nas quais são entregues as avaliações que ocorreram durante o bimestre e receber os boletins das notas.

A segunda pergunta menciona como o acompanhamento da família influencia a vida escolar do aluno, na visão do professor. O objetivo dessa questão foi saber quais os resultados positivos que ocorrem na vida escolar do aluno quando o mesmo tem o acompanhamento efetivo da família. Para tentar responder a esse questionamento, o segundo objetivo traçado foi perceber como o acompanhamento tem influenciado na vida escolar dos alunos, segundo a visão de docentes que atuam na rede estadual de ensino. Para essa meta, foi traçada a seguinte hipótese: Os docentes acreditam que o acompanhamento da família influencia na

vida do aluno, tornando-o mais atencioso dentro do espaço escolar. Os resultados obtidos na pesquisa, que estão escritos no capítulo de Análise e Resultados, respondidos pelos professores que participaram da pesquisa, confirmam a hipótese levantada no estudo. Os docentes foram categóricos quanto a essa questão, dizendo que os estudantes que têm acompanhamento da família apresentam melhor desempenho, aprendizagem e dão mais importância para os estudos.

A terceira pergunta menciona quais percepções o professor que atua na rede estadual de ensino possui sobre os impactos da relação entre a família e escola no aprendizado discente. Já a terceira questão pretendeu saber do professor qual o impacto da relação entre família e escola na aprendizagem do aluno, se ele nota o melhor desempenho no aprendizado dos discentes diante das famílias que se relacionam com a escola, ou seja, as famílias que se posicionam de forma harmoniosa e participante nas atividades pedagógicas escolares, nas atividades culturais e também no acompanhamento das tarefas que são propostas para casa, impactam de maneira positiva no aprendizado dos alunos.

Para essa terceira pergunta foi relacionado o seguinte objetivo: Apresentar as crenças que os docentes que atuam na rede estadual de ensino possuem sobre os impactos da relação entre família e escola no aprendizado discente. Em consonância com o terceiro objetivo, foi estabelecida a seguinte hipótese: O acompanhamento familiar influencia na vida escolar do aluno, motivando-o para a realização das atividades escolares, o que impacta positivamente em seu aprendizado.

De acordo com os resultados obtidos nos questionários respondidos pelos professores e descritos no capítulo de Análises e Resultados, confirmou-se a hipótese levantada no estudo. Segundo os professores, o acompanhamento familiar possibilita aos alunos uma aprendizagem significativa, pautada principalmente na realização das atividades e no desempenho que impacta positivamente no processo ensino-aprendizagem.

Esses resultados constatados contemplam os objetivos desta pesquisa, ora apresentada, deixando clara a relevância deste estudo, que poderá ser utilizado por educadores, pais/responsáveis e pesquisadores na busca de uma educação de qualidade.

Para realizar esta Dissertação, além do Capítulo Introdutório, no qual foi feita a apresentação do trabalho, na sequência, a Fundamentação Teórica, levantamos os dados bibliográficos que serviram de base para essas pesquisas.

No terceiro capítulo, o de Metodologia, especificaram-se as bases teóricas do estudo, bem como os tipos de instrumentos de coletas de dados dos quais foram lançados mão durante o desenvolvimento do trabalho.

Em seguida, no Capítulo as Análises de Dados obtidos, foi analisado, à luz das considerações teóricas anteriormente levantadas, os dados coletados a partir do questionário das entrevistas, que foram respondidos pelos professores submetidos e que concordaram em participar deste estudo acadêmico.

Por fim, além deste Capítulo de Conclusão, encontram-se as Referências utilizadas, bem como os Anexos de nossa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

Abreu, Ana. (2012). A importância da cooperação entre a escola e a família: um estudo de caso. 2012. Dissertação (Mestrado Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico) – Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco - Portugal.

Albuquerque, Raquel; Alves, João. (2003). Afecções oculares prevalentes em crianças de baixa renda atendidas em um serviço oftalmológico na cidade do Recife - PE, Brasil. *Arq Bras Oftalmol. Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 66.6: 831-834.

Almeida, Jenyfer Fernanda. Pontes, Andreia Aparecida. Maciel, Maria Elganei. (2017). Escola x Família: desafio presente no século XXI. *Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais*, v. 15.

Alves, Luciana; Bianchin, Maysa Alahmar. (2010). O jogo como recurso de aprendizagem. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, vol.27 no.83, 282-287, 1 de ago.

Anderson, Cheryl B. (2016). Biblical interpretation as violence: Genesis 19 and Judges 19 in the context of HIV and Aids. In: SCHOLZ, Susanne; ANDIÑACH, Pablo R. (Ed.). *La violencia and the Hebrew Bible: the politics and histories of biblical hermeneutics on the American continent*. Atlanta: SBL Press.

Aquino, Deyse Ilza. Conceição, Cláudia Rosa Ferreira Ramos Taveira. Pereira, Cássia Regina da Cunha. (2017). A família contemporânea e a estratégia de saúde da família: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Estácio Saúde*, 6.1: 48-62.

Araújo, Ester. (2010). Escola e família: Uma reflexão a partir das experiências vivenciadas nas escolas estaduais de Itacoatiara. *Estar Figueiredo Araújo*. Manaus: UEA Edições e Editora Valer, 2010.

Azevedo, Luciana Jaramillo Caruso. (2015). *As Transformações da família*. Rio de Janeiro.

Azevedo, Milene. (2016). Anemia ferropriva e suas influências nos níveis do fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF) em crianças de um município da região norte do Rio Grande do Sul.

Bandeira, Cláudia de Moraes. Hutz, Claudio Simon. (2012). Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. *Psicol. Esc. Educ.* 16 (1) Jun. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100004>. Acesso em 5 jun. 2021.

Barros, Maria Isabel Amando de (org.). (2018). *Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza*. Rio de Janeiro: Alana.

Baztán, Ángela Aguirre. Corrêa Luiz Nilton. (2017). *A pesquisa etnográfica*. Açores. 2ª edição. ISBN: 9781521388884. Edição Kindle.

Beatón, A, G. (2012). Una concepción integradora sobre el desarrollo del ser humano y su importancia en la educación. In. M.A. Lima e Dias; K. Fukumitsu; A.F.T.Melo. *Temas contemporâneos em psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: VETOR., 2012.

Bérgamo, L. N. (2016). Vitimização entre pares e práticas docentes no ensino fundamental. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Bezerra, J. Evasão escolar (2018). Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/evasao-escolar/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Biroli, Flávia. (2014). Família: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Bizerra, Eliane Teixeira Custódio. (2017). A ludicidade na relação ensino-aprendizagem: o papel do professor de uma escola de educação infantil de castanhal-PA. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Pará-UFPA, Castanhal. Disponível em: [https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/473/1/TCC\\_LudicidadeRelacaoEnsino.pdf](https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/473/1/TCC_LudicidadeRelacaoEnsino.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.

Bogdan, R. Biklen, S. K. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Editora Porto.

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 6 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. (2017). Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf). Acesso em: 22 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. (1988). Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério das Comunicações.

\_\_\_\_\_. (2013). Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. Brasília. MEC.

\_\_\_\_\_. (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 164p.

Broering, Ana Isadora. (2019). O idoso como vítima da alienação parental: um estudo acerca da possibilidade de aplicação por analogia da Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010. Direito-Pedra Branca.

Brougère, G. (2010). Brinquedo e Cultura. 8. ed. São Paulo: Cortez.

Brugim, L.A. (2014). O Papel da família diante da Evasão Escolar. Paraná: Produção Didático Pedagógica, 2014.

Bruno, L. B e Lúcia. (2011). Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, p. 545-562.

Caetano, Luciana Maria. (2009). Dinâmicas para reunião de pais: Construindo a parceria na relação escola e família. São Paulo: Paulinas.

Carnut, Leonardo. Faquim, Juliana. (2014). Conceitos de Família e a Tipologia Familiar: aspectos teóricos para trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. Disponível em: <https://jmp hc.com.br/jmp hc/article/view/198/201>. Acesso em: 06 de fev. 2021.

Casarin, Nelson Eliton Fonseca. (2007). Família e aprendizagem escolar. Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 86 p. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_arquivos/24/TDE2007-04-12T143957Z-499/Publico/389091.pdf](http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/24/TDE2007-04-12T143957Z-499/Publico/389091.pdf) acesso em: 24 mar. 2020.

Cavalcante, Maria Vieira et al. (2020). Estimulação Cognitiva e Aprendizagem Infantil: revisão de literatura. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12432/10423>. Acesso em: 07 de fev. 2021.

Chaves, K. C. Carvalho, V. C. M. S. Cunha, S. M. (2013). Bullying escolar, questão social e serviço social: alguns apontamentos para o debate In: III simpósio mineiro de assistentes sociais, Anais... BH 7 a 9 de jun., p. 1-15. Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/BULLYING%20ESCOLAR,%20QUEST%C3%83O%20SOCIAL%20E%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20alguns%20apontamentos%20para%20o%20debate.pdf>. Acesso em: 28 jun.2020.

Chedidi, M F. (2020). TDAH em crianças na idade escolar - intervenções na escola. Disponível no link: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/tdah-em-criancas-na-idade-escolar-intervencoes-na-escola/59161>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Christiano, Renata Martins. Nunes, Nilza Rogéria. (2013). A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social. Debate, v. 2, n. 11, p. 32-56.

Cid, Maria Fernanda Barboza. (2015). Cotidiano familiar: refletindo sobre a saúde mental infantil e a prática de atividades familiares. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 26.3: 428-438.

Cöche, José Carlos. (2011). Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: vozes. Edição Kindle.

Corrêa, Luiz Nilton. (2008). Metodologia Científica: para trabalhos e artigos científicos. Florianópolis, SC: Do autor. ISBN 9781983311857 – Amazonas.com. Edição Kindle.

Costa, Helder Martins. (2015). Relação Família-Escola: um olhar de ecologia humana entre o ensino público e privado. Santo Tirso – Portugal: Ed. De Facto. ISBN 978-989-8557-49-0. Edição Kindle.

Costa, Marcos Antonio da. Costa, Maria de Fátima Barroso da. (2019). Metodologia da Pesquisa: abordagem qualitativa. Rio de Janeiro: Dos Autores, ISBN 97817938466907. Edição Kindle.

Cury, Augusto Jorge. (2003). Pais brilhantes, professores fascinantes. Augusto Cury, - Rio de Janeiro: Sextante.

Damazio, Reinaldo Luiz. (2018). O que é criança (Primeiros Passos). Brasiliense. Edição do Kindle.

Dantas, Ana Lucia F.L. (2020). Técnica para o trabalho de conclusão de curso: jornada dos quadros de TCC. Florianópolis: Amazon.

Dassoler, Olmira Bernadete. (2021). Na Perspectiva de uma Educação Humanizadora. Editora Appris.

De Lima, Souza Ilka. (2019). Apontamentos sobre a família na cena contemporânea. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Dessen, Maria Auxiliadora. Polonia, A. da C. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Psicologia Escolar e educacional, 9.2: 303-312.

DIAS, Érika; Pinto, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. 2019.

Dias, Tainah Biela. (2017). A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. Mandrágora, v. 23, n. 1, p. 49-70.

Díaz, F. (2011). O Processo de Aprendizagem e seus Transtornos. Salvador: EDUFBA.

Diniz, Maria Helena (2012). Curso de direito civil brasileiro, vol. 5: Direito de família. São Paulo: Saraiva.

Do Nascimento, Rafaely Karolynne. Ramos, Tacyana Karla Gomes. (2018). A concepção de infância em Rousseau. Revista Tempos E Espaços Em Educação, v. 11, n. 01, p. 239-250.

Donadel, T. B. (2017). Mundo Acelerado, crianças aceleradas: sem tempo de Brincar e Se-Movimentar. 2017. 84 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação Física e Desporto, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, RS.

Faco, Vanessa M. Gibran. Melchiori, Lígia Ebner. (2009). Conceitos de família: adolescentes de zonas rural e urbana. In: Valle, T. G. M. (org.). Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 121-135. Disponível em:<http://books.scielo.org/id/kvj5p/pdf/valle-9788598605999.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

Falcão, Eliete Ribeiro. Pauly, Evaldo Luis. (2014). Crianças e adolescentes em situação de evasão escolar: desafios e limites da garantia do direito à educação. Educação, Ciência e Cultura, v. 19, n. 1, p. 51-62.

Fernandes, Solange Hassan Ahmad Ali. Healy, Lulu. (2019). Educação Matemática e inclusão: abrindo janelas teóricas para a aprendizagem de alunos cegos. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 5.10: 91-105.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. (s/a). *Dicionário Aurélio de Português Online*. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/família>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Fevorini, Luciana. Lomônaco, José. (2009). O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias. *Psicologia da Educação*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520, 28.

Fontenelle, et al. (2009). *Metodologia da Pesquisa Científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa*. Belém-PA. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

Freitas, Ricardo Dias. (2017). *Metodologia Científica: um guia prático para profissionais da saúde*. Petrolina-PE: 1º ed. Edição Kindle.

Fukuda, Elaine Cristina César. (2013). *Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE*. Londrina: Produções Didático-Pedagógicas.

Gadotti, M. (1998). *Perspectivas atuais em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Gil, Antonio Carlos. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas.

Hendler, Vanícia Behenck. (2019). *O Lúdico Nas Primeiras Séries Do Ensino Fundamental*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Cachoeiras. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142848/000993665.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 ago.

Ivan, Roberto. (2012). *Família e afetividade*. Brasil cristão. São Paulo, p. 11. fev.

Júnior, Ivanildo Ribeiro Domingos et al. *Anemia ferropriva e seu reflexo no processo ensino-aprendizagem em crianças*. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV117\\_MD4\\_SA9\\_ID1783\\_10092018100402.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD4_SA9_ID1783_10092018100402.pdf). Acesso em 16 mar. 2020.

Leggett, Rochelle. (2017). *As vantagens e as desvantagens dos diferentes tipos de pesquisa não experimentais*. Disponível em: [https://www.ehow.com.br/vantagens-desvantagens-diferentes-tipos-pesquisa-experimentais-info\\_265840/](https://www.ehow.com.br/vantagens-desvantagens-diferentes-tipos-pesquisa-experimentais-info_265840/). Acesso em: 04 fev. 2021.

Libâneo, José Carlos. (2012). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização* – São Paulo Cortez ed.

Lima, Maria Vandia Guedes. Paiva, Francisca Pereira. Guedes, Francisco Valdemir Acioly. (2019). *Família e Escola: parceria essencial no processo de aprendizagem da criança*. Disponível em: <https://faculdadeplus.edu.br/site/wp-content/uploads/2020/02/6->

FAM%C3%8DLIA-E-ESCOLA-PARCERIA-ESSENCIAL-NO-PROCESSO-DE-APRENDIZAGEM-DA-CRIAN%C3%87A.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.

Louzada, Ana Maria Gonçalves. A evolução do conceito de família. Revista eletrônica de doutrina e jurisprudência, Brasília, p. 1-14. Disponível em: [https://www.amagis.org.br/images/Artigos/Evolucao\\_do\\_conceito\\_de\\_familia.pdf](https://www.amagis.org.br/images/Artigos/Evolucao_do_conceito_de_familia.pdf) . Acesso em: 15 out. 2020.

Maluf, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. (2010). Curso de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas.

Marçal, Edgar. Andrade, Francisco Ari de. (2016). Gestão, Ensino e Tecnologia: práticas docentes, experiências e as tecnologias digitais. Campinas, SP: Pontes Editores. ISBN 976-55-7113-6.

Martins, S. V. M. Tavares, H. M. (2010). A família e a escola: desafios para a educação no mundo contemporâneo. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 256-263.

Melchiori, Lígia Ebner. Rodrigues, Olga Piazzentin. Maia, Costa Claudia Bortolozzi. (2014). Escola e Família: uma parceria possível e necessária. São Paulo: Acervo Digital da UNESP/REDEFOR II/NEaD/UNESP.

Miguel, L. O. dos S. Braga, E. R. M. (2019). A importância da família no processo de aprendizagem, visando ao sucesso escolar. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá.

Minayo, Maria Cecília de Souza. (2013). Pesquisa Social. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. ISBN 978-85-326-4214-7 – Edição Kindle.

Mioto, Regina. C.T. (2018). Família e proteção social: Intervenções Profissionais Contemporâneas. In: Teixeira, Solange Maria (Org.). Trabalho com Família no âmbito das políticas públicas. Campinas: Papel Social.

Montandon, Cléopâtre. Perrenoud, Philippe. (1994). Entre parents et enseignants: un dialogue impossible?: vers l'analyse sociologique des interactions entre la famille et l'école. P. Lang.

Mota, Ana Rita. Rosa, Cleci T. Werner da. (2018). Ensaio Sobre metodologias Ativas: reflexões e propostas. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8161/4811>. Acesso em: 7 fev. 2021.

Ney, Marlon Gomes. De Souza, Paulo Marcelo. Ponciano, Nivaldo José. (2015). Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. InterSciencePlace, 1.13.

Nunes, T. P. B. S. (2015). Colaboração Escola-Família para uma escola culturalmente heterogênea. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Oliveira, Cynthia Bisinoto Evangelista de. Marinho-Araújo, Claisy Maria. (2010). A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia (Campinas), 27.1: 99-108.

Oliveira, Nayara Hakime Dutra. (2009). Família contemporânea. Recomeçar: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP.

Osti, A. (2012). Dificuldades de aprendizagem, afetividade e representações sociais: reflexões para a formação docente. Jundiaí: Paco Editorial.

Ozório, Claudina Damascena. Féres-Carneiro, Terezinha. Magalhães, Andrea Seixas. (2017). Casamento dos pais e conjugalidade dos filhos: do modelo tradicional ao contemporâneo. Pensando famílias, 21.1: 20-32.

Paiva, Natália Moraes Nolêto de. Costa, Johnatan da Silva. (2015). A Influência da Tecnologia na Infância: desenvolvimento ou ameaça? Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>> Acesso em: 6 fev. 2021.

Passinhas, Ânia Carina Peru. (2019). A dinâmica familiar relacionada com a qualidade de vida dos filhos. Master's Thesis.

Passos, M. C. (2015). Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. In: T. Féres-Carneiro, (Org). Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos (pp. 11-23). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Pereira, Lauro do Nascimento. Novo, Benigno Núñez. (2015). Família na Escola: interação da família e escola. Edição Kindle.

Picanço, A.L.B. (2012). A Relação Entre Escola e Família: as suas implicações no processo de ensino aprendizagem. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

Picchioni, Marta. (2020). Família e Escola: desafios do presente. São Paulo: Ed. da Aurora. ISBN 978-65-00-08509-9. Edição Kindle.

Piccolo, Luciane da Rosa et al. (2012). Variáveis Psicossociais e Desempenho em leitura de Crianças de Baixo Nível Socioeconômico. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n4/04.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2021.

Piccolo, L.R. Falceto, O.G. (2012). Variáveis Psicossociais e Desempenho em Leitura de Crianças de Baixo Nível Socioeconômico. Psic.: Teor. e Pesq. v.28, n. 4, p. 389-398.

Pinto, Fernanda Chequer de Alcântara, et al. (2015). Denver II: comportamentos propostos comparados aos de crianças paulistanas. Revista CEFAC, 17.4: 1262-1269.

Poli, Luciana Costa. Poli, Leonardo Macedo. (2013). A família contemporânea: reflexões sobre o casamento homoafetivo à luz dos princípios constitucionais.

Pommer, W. M. (2013). A Teoria das Situações Didáticas e a Dialética Ferramenta Objeto: um quadro comparativo. In: V SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DE NOVA ANDRADINA, Nova Andradina, Anais. Disponível em: Acesso em: 2 nov. 2020.

PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Profª Luiza de Vasconcelos Dias – EF, (2021).

Prado, Danda. (2011). O que é família. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. processo de ensino aprendizagem. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus – Lisboa.

Queiróz, F. P. (2010). O conceito de infância e o papel do educador em Rousseau. Dissertação de mestrado - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

Ramos, R. (2018). O que é TDAH e as dificuldades na aprendizagem. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/6123002>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Rampelotto E M. Linassi, P S. Melara, (2015). A. Dificuldade de aprendizagem e sua relação com a prevalência de baixa acuidade visual em escolares do sistema público municipal de Santa Maria. XII- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. São Paulo-Brasil.

Reis, L. J. A. Cavichioli, F. R. (2008). Jogos eletrônicos e a busca da excitação. Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 03. P. 163-183, setembro/dezembro.

Rosa, Alcimar de Melo. (2017). Acompanhamento de crianças com dificuldades de aprendizagem na estratégia de saúde da família Pontal, zona rural de Ponta Nova. BH-Minas Gerais.

Rufino, Terezinha Clementino da Silva. (2014.). O lúdico dentro da sala de aula em series iniciais do ensino fundamental. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares). Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5814/1/PDFTerezinhaClementinodaSilvaRufino.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

Santade, Maria Suzett Biembengut. (2020). A metodologia de pesquisa: instrumentais e modos de abordagem. Interciência & Sociedade, v. 5, n. 2, p. 3-17.

Santos, Ana Karina. Dias, Álvaro Machado. (2010). Comportamentos lúdicos entre crianças do nordeste do Brasil: categorização de brincadeiras. Psicologia: teoria e pesquisa, 26.4: 585-594.

Santos, Daiane Del Massa. Roim, Talita Prado Barbosa. (2015). A interferência da separação familiar na aprendizagem infantil. Revista Científica de Ciências Aplicadas da FAIP. Marília, São Paulo.

Santos, Natália Batista Dos. Souza, José Francisco De. (2009). Afetividade e aprendizagem: a influência do processo de separação de casais na aprendizagem da criança dos anos iniciais. Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/212/1/Franciele%20Pereira%20Moreira.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Santos, Neusa Maria Bastos F. (2021). Cultura organizacional e desempenho: pesquisa, teoria e aplicação. Saint Paul Editora.

Santos, R. C. do E. (2012). Desafios na formação do educador: Retomando o ato de educar. ed.4º, São Paulo: Ágora.

Sarnoski, Eliamara Aparecida. (2014). Afetividade no processo ensino-aprendizagem. Revista de Educação do IDEAU (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai). Vol. 9 – Nº 20 - julho - dezembro.

Severino, Antônio Joaquim. (2017). Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Editora Cortez. ISBN 978-85-249-2520-7. Edição do Kindle.

Silva Filho, Raimundo Barbosa. Araújo, de Lima Ronaldo Marcos. (, 2017). Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48.

Silva, Carla Alves et al. (2019) O conceito de família sob as novas perspectivas sociais. Disponível em: [ttp://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol19\\_n2\\_2019/8\\_O\\_CONCEITO\\_DE\\_FAMILIA\\_SOB\\_AS\\_NOVAS\\_PERSPECTIVAS\\_SOCIAIS.pdf](http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol19_n2_2019/8_O_CONCEITO_DE_FAMILIA_SOB_AS_NOVAS_PERSPECTIVAS_SOCIAIS.pdf). Acesso em: 03 maio 2020.

Silva, Cibele Maria Ferreira da et al. (2013). Desempenho escolar: interferência da acuidade visual. Revista Brasileira de Oftalmologia, v. 72, n. 3, p. 168-171.

Silva, Silvana Rodrigues. (2019). A Centralidade na família e a feminilização do cuidado na política de assistência social. Trabalho de Conclusão de Curso.

Siqueira, C M. Giannetti, J G. (2011). Mau desempenho escolar: uma visão atual. Revista da Associação Médica Brasileira. vol. 57 nº.1 São Paulo.

Soares, Edvaldo. (2003). Metodologia Científica Lógica, Epistemologia e Normas. São Paulo: Atlas.

Sousa, Jacqueline Pereira de. (2012). A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. Trabalho de Conclusão de CURSO. Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Especialização). Departamento de Pró-reitoria de Educação Continuada, Instituto de Estudos Superiores do Ceará, Fortaleza.

Souza, Virginia de et al. (2021). Homens beneficiários do programa bolsa família: pobreza, formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar.

Souza, Lika de Lima. (2019). Apontamentos sobre a família na cena contemporânea. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1757/1717>. Acesso em: 5 fev. 2021.

Stengel, Márcia. (2011). O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes. Psicologia em revista.

Tannock, R e cols. (2016). Combined modality intervention for ADHD with comorbid reading disorders: a proof of concept study. J Learn Dis; 1-18.

Teodoro, Fabiano Jadel. (2018). TCC Total: Curso completo para confecção de monografias e artigos. Curitiba/PR. Edição Kindle.

Thomas, et al. (2012). Metodologia de Pesquisa em Atividades Físicas. Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-363-2714-3. Edição Kindle.

Tiba, I. (2009). Família de Alta Performance: conceitos contemporâneos na educação – São Paulo: Integrare Editora.

Torres, Ana Cristina Paes Leme Giffoni, et al. (2019). Aprendizagem escolar e a formação de conceitos. In: II Congresso Internacional de Investigación 12 al 14 de noviembre de 2019. La Plata, Argentina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Psicología, 2009.

Trad, Leny A. Bomfim (org.) (2010). A Família e Suas Mutações: Subsídios Ao Campo Da Saúde. Família Contemporânea e Saúde: Significados, Práticas e Políticas Públicas, SciELO – Editora FIOCRUZ, Rio De Janeiro, p. 27–50.

Venosa, Silvio de Salvo. (2012). Direito civil, vol. 6: Direito de família. São Paulo: Atlas.

Witt, Hort Albert. A importância da família no processo ensino e aprendizagem: Ensino - Aprendizagem. Amazon. Edição do Kindle.

Zambrano, E. (2011). Mesa: Psicologia, sexualidade, novas configurações familiares e aspectos legais da promoção de direitos. In: Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: CFP, 2011.

## **RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O IMPACTO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM ITACOATIARA/AMAZONAS - BRASIL**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO**

Prezado (a) professor(a),

Você foi escolhido(a) para participar da pesquisa “Relação entre família e escola: percepções docentes sobre o impacto na aprendizagem de alunos na rede pública estadual em Itacoatiara”, realizada por Antônio Carlos Cortez Pinheiro sob a orientação do Prof. Dr. Marciel Costa de Oliveira, da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais - FICS, com o objetivo de analisar o impacto da relação entre família e escola no processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino em Itacoatiara-Am. Esclarecemos que as informações prestadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, científicos e de divulgação científica, sendo resguardado o anonimato do(a) fornecedor(a) dos dados.

Dessa forma, declara estar ciente de que sua participação no estudo é voluntária, não havendo remuneração de qualquer forma, e que também não será cobrado nenhum valor para poder participar fornecendo as informações e/ou colaborando com as atividades solicitadas. E, caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

## APÊNDICE

### **Modelo de questionário específico ao professor: relação entre família e escola**

1. Como você avalia o seu relacionamento com a família dos alunos?
2. Em que momento(s) a família do(s) aluno(s) mantém contato com você/a escola?
3. Com que frequência que esse contato ocorre?
4. Geralmente quais são os motivos que trazem os pais/responsáveis até você/a escola?
5. Na sua opinião, os pais/responsáveis participam das reuniões de maneira espontânea? Justifique.
6. Na sua opinião, é facilmente perceptível o aluno que é acompanhado pela família? Justifique.
7. Na sua opinião, os alunos têm total independência quanto a estudarem sozinhos? Justifique.
8. Na sua opinião, alunos acompanhados pelos pais/responsáveis apresentam comportamento adequado para a aprendizagem? Justifique.
9. Você acredita que o aluno que possui acompanhamento efetivo da família apresenta melhor desenvolvimento? Justifique.
10. Você acredita que o aluno sem acompanhamento da família apresenta dificuldade na aprendizagem? Justifique.
11. Na sua opinião, qual é o papel da família na educação dos filhos?
12. Na sua opinião, como a família pode participar efetivamente do desenvolvimento da aprendizagem do aluno?
13. Na sua opinião, é perceptível alguma diferença entre o desenvolvimento dos alunos acompanhados pela família durante o processo de ensino-aprendizagem em relação aqueles cujas famílias pouco ou nunca participam desse processo? Justifique.

(    ) Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a utilização dos dados e das informações fornecidos neste instrumento de coleta de dados para fins acadêmicos, científicos e de pesquisa.